

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

RAUL CAVEDON NUNES

**EXPLICANDO MUDANÇAS NA DOCTRINA MILITAR:
DEBATE TEÓRICO E INFERÊNCIAS A PARTIR DO CASO DA
DOCTRINA DELTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO (1996)**

PORTO ALEGRE

2023

RAUL CAVEDON NUNES

**EXPLICANDO MUDANÇAS NA DOUTRINA MILITAR:
DEBATE TEÓRICO E INFERÊNCIAS A PARTIR DO CASO DA
DOUTRINA DELTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO (1996)**

Tese de Doutorado em Ciência Política,
apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientador: Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman

Porto Alegre

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Carlos André Bulhões Mendes

VICE-REITORA

Patrícia Pranke

DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Hélio Ricardo do Couto Alves

VICE-DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Alex Niche Teixeira

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Fabiano Pellin Mielniczuk

COORDENADOR-SUBSTITUTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Silvana Krause

CIP - Catalogação na Publicação

Cavedon Nunes, Raul

Explicando mudanças na doutrina militar: debate teórico e inferências a partir do caso da Doutrina Delta do Exército Brasileiro (1996) / Raul Cavedon Nunes. -- 2023.

160 f.

Orientador: Eduardo Munhoz Svartman.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Doutrina militar. 2. Exército Brasileiro. 3. Política de defesa. 4. Debate teórico. 5. Rastreamento de processos. I. Svartman, Eduardo Munhoz, orient.
II. Título.

RAUL CAVEDON NUNES

**EXPLICANDO MUDANÇAS NA DOCTRINA MILITAR:
DEBATE TEÓRICO E INFERÊNCIAS A PARTIR DO CASO DA
DOCTRINA DELTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO (1996)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da UFRGS, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Ciência Política.
Orientador: Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman

Porto Alegre, 14 de março de 2023

Resultado: aprovado.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Adriana Aparecida Marques (UFRJ)

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi (UFRGS)

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte (UFRGS)

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman (UFRGS) – Orientador

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus pelo dom da vida e pela graça de completar esta importante etapa profissional. A Nossa Senhora, Mãe de Deus, pela intercessão.

À União Federal Brasileira, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), que possibilitaram a realização desta tese.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman, pela parceria e suporte constante na formatação e desenvolvimento da pesquisa. Estendo este agradecimento a todos os professores da UFRGS, particularmente dos cursos de Ciência Política e de Relações Internacionais, que me orientaram e foram inspiração desde a graduação. Também estendo o agradecimento aos colegas do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), do Centro de Estudos Internacionais Sobre Governo (CEGOV-UFRGS) e da Oficina de Estudos Estratégicos (OEE).

Aos professores que aceitaram o convite para participar da banca de avaliação desta tese: Prof.^a Dr.^a Adriana Aparecida Marques (UFRJ), Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi (UFRGS) e Prof. Dr. Érico Esteves Duarte (UFRGS).

Aos oficiais do Exército Brasileiro (nominados abaixo em ordem alfabética) que se dispuseram a conversar sobre sua trajetória profissional e colaborar com seu conhecimento sobre a história da doutrina militar terrestre: General Roberto Jugurtha Câmara Senna, Coronel Alexandre de Mesquita, Coronel André Luiz Zubaran Ponzi, Coronel Alessandro Visacro, Coronel Antonio Augusto Brisolla de Moura, Coronel Ary Gusmão Filho, Coronel Eduardo Xavier Ferreira Glaser Migon, Coronel Flávio Roberto Bezerra Morgado, Coronel Heraldo Makrakis e Tenente-Coronel Flávio Américo. Também agradeço ao Professor Expedito Carlos Stephani Bastos pelas discussões sobre a história dos blindados e da política de defesa no Brasil.

À equipe do Escritório de Internacionalização da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) – representada por sua coordenadora, Prof.^a Dr.^a Jenifer Saffi, e pela vice-coordenadora, Isabela Beraldi Esperandio – pela valiosa experiência de crescimento profissional no campo das Relações Internacionais.

Aos meus pais – Sofia Cavedon Nunes e Paulo Renato dos Santos Nunes –, ao meu irmão, Ramiro Cavedon Nunes, à sua esposa, Laura Dalpian, e a todos os familiares e amigos que me apoiaram direta ou indiretamente em todos estes anos.

À minha esposa, Paula Perusato Pereira, que esteve sempre presente neste processo com paciência, amor e incentivo. Sem ela, concluir este trabalho seria, certamente, muito mais difícil. Estendo este agradecimento à Liane Perusato, que esteve sempre junto conosco em todos os momentos, e aos nossos pets – Lucky, Pink, Amora, Louise, Marshall e Susi – que alegram o nosso dia a dia.

A fé e a razão (fides et ratio) constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade (João Paulo II, 1998).

RESUMO

Esta tese tem como objetivo investigar as causas das mudanças na doutrina militar do Exército Brasileiro no século XX, com ênfase na Doutrina Delta (1996). A partir de uma abordagem qualitativa (rastreamento de processos), buscou-se identificar, dentre duas abordagens teóricas selecionadas – realista e organizacional –, qual explica de forma mais completa o estudo de caso. O trabalho identificou que a Doutrina Delta foi resultado de dois processos históricos simultâneos: no plano externo, teve origem no estreitamento das relações entre Brasil-Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial que, mesmo após um arrefecimento nas décadas de 1970 e 1980, permaneceu como referência para a formulação doutrinária terrestre brasileira, principalmente após a Guerra do Golfo de 1991. Internamente, a formulação Doutrina Delta foi viabilizada pela estruturação de um sistema de planejamento doutrinário no âmbito do EME, impulsionado a partir da década de 1960. Este processo resultou, na década de 1990, na criação do Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT), cujo órgão central, a 3ª Subchefia, foi o idealizador e criador da nova doutrina. A pesquisa permite concluir que a abordagem organizacional explica melhor a causa da formulação da Doutrina Delta; contudo, também mostra que há lacunas a serem preenchidas por estudos futuros que comparem o poder explicativo de outras teorias sobre mudanças doutrinárias em países emergentes ou potências regionais semelhantes ao Brasil.

Palavras-chave: Brasil. Doutrina militar. Doutrina Delta. Exército Brasileiro. Rastreamento de Processos. Realismo. Teoria Organizacional.

ABSTRACT

This study investigates the causes of changes in the Brazilian Army's military doctrine during the 20th century, with a particular emphasis on the Delta Doctrine (1996). Using a qualitative approach (process tracing), the objective was to determine which of two selected theoretical frameworks - realism and organizational - provides a more comprehensive explanation of the case. The study found that the Delta Doctrine resulted from two simultaneous historical processes. Externally, it was the result of the closer relations between Brazil and the United States after World War II. Despite a relative distancing between the two countries in the 1970s and 1980s, the US remained a reference for Brazilian land military doctrine, particularly after the 1991 Gulf War. Internally, the formulation of the Delta Doctrine was made possible by the development of a doctrinal planning system within the EME (Brazilian Army Staff), which began in the 1960s and culminated in the creation of the Terrestrial Military Doctrine System (SIDOMT) in the 1990s. The central body of SIDOMT, the 3rd Subcommand, was responsible for the creation of the new doctrine. The results of this research lead to the conclusion that, although the organizational approach better explains the causes of the Delta Doctrine's formulation, there are gaps that could be filled by future studies that compare the explanatory power of other theories regarding doctrinal changes in emerging countries or regional powers like Brazil.

Keywords: Brazil. Military doctrine. Delta Doctrine. Brazilian army. Process Tracing. Realism. Organizational Theory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - IP 100 - Doutrina Delta - Concepção Geral.....	23
Figura 2 - Mecanismos causais.....	32
Figura 3 - Organograma do EME em 1956.....	69
Figura 4 - Estrutura organizacional do Ministério da Guerra (1956).....	70
Figura 5 - Organograma do EMFA em outubro de 1949.....	71
Figura 6 - Organograma do EME em 1968.....	80
Figura 7 - Organograma do EME em 1982.....	91
Figura 8 - Organograma do EME em 1983.....	92
Figura 9 - Organograma do EME em 1991.....	116
Figura 10 – Atividades e Produtos do SIDOMT.....	119
Figura 11 – Fases do SIDOMT.....	120
Figura 12 – Fase da Concepção.....	120
Figura 13 – Fase do Planejamento – Subfase da Coleta.....	122
Figura 14 – Fase do Planejamento – Subfase QSD.....	124
Figura 15 – Fase do Planejamento – Subfase PDD.....	125
Figura 16 – Fase da Formulação – Subfase da Formulação.....	125
Figura 17 – Fase da Formulação – Subfase da Avaliação e Aprovação.....	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Níveis de análise e variáveis abordadas pelos autores analisados.....	29
Quadro 2 - Hipóteses sobre a explicação da mudança doutrinária no Exército Brasileiro.....	31
Quadro 3 - Reuniões entre Brasil e EUA relacionadas à força terrestre (1984-1989).....	90
Quadro 4 – Postura da Estratégia da Resistência.....	110
Quadro 5 – Projetos e Órgãos de Execução do SIDOMT.....	124
Quadro 6 – Unidades de Apoio aos Órgãos de Execução.....	126
Quadro 7 - Reuniões entre Brasil e EUA relacionadas à força terrestre (1991-1995).....	128
Quadro 8 - Rastreamento de processos: as fases da Doutrina Militar do Exército Brasileiro (1919-2014).....	134
Quadro 9 - Rastreamento de processos: níveis de análise e evidências com potencial explicativo.....	135
Quadro 10 - Avaliação da capacidade explicativa das abordagens teóricas: os processos causais identificados (1919-2014)	138

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 DEBATE TEÓRICO: POR QUE AS DOCTRINAS MILITARES MUDAM?.....	17
1.2 A POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL (1996) E AS DIVERGÊNCIAS SOBRE AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS BRASILEIRAS.....	19
1.3 A DOCTRINA DELTA (1996) COMO ESTUDO DE CASO.....	22
1.4 AS VISÕES SOBRE A ORIGEM DA DOCTRINA DELTA.....	25
1.5 OBJETIVO E HIPÓTESES.....	32
1.6 METODOLOGIA.....	34
1.6.1 O Rastreamento de Processos.....	35
1.6.2 Fontes de Pesquisa.....	37
1.7 ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS.....	38
2 EXPLICANDO AS MUDANÇAS NA DOCTRINA MILITAR: DEBATE TEÓRICO E O CASO DA DOCTRINA DELTA (1996).....	40
2.1 A DOCTRINA MILITAR COMO OBJETO DE ESTUDO.....	40
2.1.1 Os níveis da guerra e o conceito de doutrina militar na Doutrina Delta (1996).....	42
2.2 IDENTIFICANDO AS VARIÁVEIS EXPLICATIVAS DA DOCTRINA MILITAR: A ABORDAGEM REALISTA E A ABORDAGEM ORGANIZACIONAL.....	43
2.2.1 A abordagem realista.....	43
2.2.1.1 O Realismo e a doutrina militar: a balança de poder como variável independente.....	45
2.2.2 A Abordagem Organizacional.....	47
2.3 A DOCTRINA DELTA (1996-2014): CARACTERÍSTICAS E CONSEQUÊNCIAS PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO.....	50
2.3.1 As consequências da Doutrina Delta para os manuais de campanha da Força Terrestre.....	55
2.3.2 As limitações para a adoção da Doutrina Delta e sua revogação (2014).....	58
2.4 A APLICAÇÃO DO RASTREAMENTO DE PROCESSOS AO ESTUDO DE CASO	61
3 A EVOLUÇÃO DA DOCTRINA MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO SÉCULO XX: INFLUÊNCIAS EXTERNAS E MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS INTERNAS.....	63
3.1 DA PRIMEIRA REPÚBLICA AO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: A CENTRALIDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO NA FORMULAÇÃO DA DOCTRINA MILITAR TERRESTRE.....	63
3.2.1 A Primeira Guerra Mundial e a Missão Militar Francesa no Brasil.....	65
3.2.2 A aproximação Brasil-EUA e a Doutrina Militar do Exército após a 2ª Guerra Mundial.....	69
3.3.2 As décadas de 1960 e 1970: A busca por uma nova doutrina militar.....	78
3.4 AFASTAMENTO E REAPROXIMAÇÃO BRASIL-EUA: CONSEQUÊNCIAS	

ESTRATÉGICAS E DOCTRINÁRIAS (1977-1991).....	87
3.4.1 A Guerra das Malvinas (1982) e a Amazônia como prioridade estratégica.....	88
3.4.2 O Sistema de Planejamento do Exército (1985).....	92
3.5 CONCLUSÕES PARCIAIS.....	98
4 OS DESAFIOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO PÓS-GUERRA FRIA E A ORIGEM DA DOCTRINA DELTA (1991-1996).....	101
4.1 AS NOVAS AMEAÇAS E OS DESAFIOS PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO	102
4.1.1 As percepções do Exército Brasileiro sobre o pós-Guerra Fria.....	102
4.1.2 O debate sobre o papel das Forças Armadas no pós-Guerra Fria.....	106
4.1.3 O Meio Ambiente como fonte de ameaça e a Defesa da Amazônia como prioridade	108
4.1.3.1 Defesa da Amazônia e a Doutrina Gama (1997).....	111
4.2 A GUERRA DO GOLFO (1991) E AS PERCEPÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO..	114
4.3 A REFORMULAÇÃO DA DOCTRINA MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO PÓS-GUERRA FRIA: A CENTRALIDADE DA 3ª SUBCHEFIA DO EME.....	117
4.3.1 A Concepção Estratégica do Exército (1995).....	119
4.3.2 O Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) e o papel da 3ª Subchefia do EME.....	120
4.4 A FORMULAÇÃO DA DOCTRINA DELTA (1996).....	130
4.5 CONCLUSÕES PARCIAIS.....	134
5 CONCLUSÃO.....	136
5.1 O RASTREAMENTO DE PROCESSOS E O ESTUDO DE CASO.....	136
5.2 BALANÇO TEÓRICO E LIÇÕES PARA FUTUROS TRABALHOS.....	140
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	145

1 INTRODUÇÃO

A doutrina militar é um conceito¹ que define um dos principais aspectos da preparação das forças armadas. Ela designa o conjunto de diretrizes que visam “[...] prescrever como essas forças devem ser **estruturadas** e **empregadas** para atingir os objetivos em vista” (POSEN, 1984, p. 7. Grifos próprios). Tomando como ponto de partida a definição de Posen (1984), depreende-se dois aspectos principais² a serem analisados em uma doutrina: a forma de organização das unidades militares e os principais conceitos que orientam o seu emprego.

Partindo do pressuposto de Clausewitz [1832] (1984) de que a guerra é a continuação da política por outros meios, depreende-se que escolhas em termos doutrinários devem, em teoria³, ser um reflexo dos objetivos políticos e estratégicos a serem alcançados. Posen (1984) identifica a doutrina militar como um subcomponente da grande estratégia ou da estratégia de segurança nacional, definidas como uma “cadeia de meios e fins” que “[...] deve identificar prováveis ameaças à segurança do estado e estabelecer contramedidas políticas, econômicas, militares, entre outras” (POSEN, 1984, p. 13).

No Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, houve uma reorientação dos objetivos estratégicos das Forças Armadas. Em relação ao Exército, pode-se observar três processos importantes: (i) a priorização da defesa da Amazônia, particularmente a partir da elaboração do Projeto Calha Norte (1985), (ii) o aumento da participação do país em Operações de Paz no âmbito da Organização das

¹ As diferentes definições sobre o conceito de doutrina militar são abordadas na seção 2.1. A definição de Posen (1984), contudo, oferece um ponto de partida útil para o propósito deste trabalho, pois abarca dois aspectos doutrinários importantes: estrutura organizacional e forma de emprego da força.

² Como discutido por Pedrosa (2018), há uma terceira vertente a ser considerada, além da organizacional e a procedimental: a instrucional, que “Trata do preparo das forças, em termos de: sistema de educação da oficialidade e dos quadros de nível médio; sistema de instrução e treinamento de tropa, e de adestramento coletivo das forças militares” (PEDROSA, 2018, p. 58). Contudo, para o propósito deste trabalho, não será necessário adentrar os aspectos de instrução, que são implantados após a gestação de uma nova doutrina.

³ Como indicam Coutau-Bégarie (2011) e Posen (1984), apesar de pressupormos uma relação hierárquica entre os objetivos políticos e a doutrina militar, podem ocorrer descompassos entre essas duas esferas de planejamento, trazendo graves prejuízos à preparação militar. Posen (1984) cita dois casos em que mudanças na Estratégia ou na Doutrina levaram a contradições entre elas. Nos anos 1860, a França de Napoleão III alterou sua política externa para contrapor-se à ascensão prussiana; entretanto, não logrou obter as reformas militares necessárias para equiparar-se às capacidades das forças inimigas, o que ocasionaria a derrota na guerra de 1870-1871. Cem anos depois (1973), a Doutrina Militar de Israel, orientada para realizar um ataque preventivo contra possíveis agressores árabes, seria inviabilizada pelo fato de que os EUA afirmaram que não apoiariam os israelenses se tomassem essa decisão. No primeiro caso, a Doutrina não correspondeu às mudanças da Estratégia; no segundo, a Doutrina adotada foi inviabilizada pelo contexto político e estratégico.

Nações Unidas, e (iii) a atuação do Exército em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). As três diretrizes estariam presentes na Política de Defesa Nacional (1996) e nos documentos estratégicos aprovados nas décadas seguintes: Política de Defesa Nacional (2005), Estratégia Nacional de Defesa (2008) e Livro Branco de Defesa Nacional (2012).

No plano da doutrina militar, chama a atenção a aprovação de três documentos⁴ por parte do Estado-Maior do Exército brasileiro nos anos 1990: a Doutrina Delta (1996), para a Área Operacional do Continente (AOC), a Doutrina Gama (1997), para a defesa da Amazônia⁵, e a Doutrina Alfa (1997), relativa à defesa interna⁶ (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2004). Apesar da importância das duas últimas diretrizes, pode-se dizer que a Doutrina Delta sintetiza a tentativa de realização de uma importante mudança na preparação militar do Exército Brasileiro: a priorização das operações ofensivas, ainda que mantendo uma postura estratégica dissuasória. Segundo o documento, a Força Terrestre deveria afastar-se das concepções oriundas da Segunda Guerra Mundial, adotando “novas estruturas organizacionais, mais leves e flexíveis”, além da criação das organizações militares de pronto-emprego e a implantação de Forças de Ação Rápida (BRASIL, 1996).

Desta forma, cabe a pergunta: quais variáveis explicam a criação de uma nova doutrina militar pelo Exército Brasileiro, de caráter ofensivo, em um contexto pós-Guerra Fria e sem estar envolvido diretamente em conflagrações militares desde a Segunda Guerra Mundial? Apesar de diversos estudos citarem a Doutrina Delta e especularem suas motivações⁷, ainda não há uma apreciação específica sobre o caso, que pode trazer importantes inferências teóricas.

⁴ O Exército Brasileiro possui quatro níveis de documentos doutrinários: (1) Fundamental, (2) Conceitual, (3) Tática e (4) Normativa (BRASIL, 2013, p. 26). O primeiro nível é formado pelos Manuais de Fundamentos (MF), que elencam os valores e princípios que norteiam a preparação militar da Força (BRASIL, 2013). O segundo nível contém os Manuais de Campanha que estabelecem os principais conceitos e concepções de uma determinada Força (BRASIL, 2013). No terceiro nível, a tática é designada pelos Manuais de Campanha e Manuais de Ensino tanto da Força quanto de suas Armas. Por fim, o quarto nível refere-se às Normas e Procedimentos e abarca os Manuais Técnicos, Cadernos de Instrução e Vade-Mécum (BRASIL, 2013).

⁵ O termo define o conjunto de iniciativas adotadas pelas Forças Armadas, e também no âmbito governamental, que visam ampliar a presença do Estado brasileiro na região amazônica. No plano político, é representada pelas obras de infraestrutura de transportes nos anos 1970 e pelo Projeto Calha Norte (1985). No âmbito estratégico-operacional, a defesa da Amazônia abarca ações como a criação de pelotões de fronteira e de Batalhões de Infantaria de Selva (estratégia da presença), além da elaboração de conceitos doutrinários específicos para a região, como a “estratégia da resistência” e a Doutrina Gama (1997) (ver seção 4.1.3.1 deste trabalho).

⁶ Leia-se aqui tanto a contra insurgência quanto as Operações de Garantia de Lei e Ordem (GLO).

⁷ As diferentes perspectivas sobre a Doutrina Delta serão apresentadas na subseção 1.4.

1.1 DEBATE TEÓRICO: POR QUE AS DOCTRINAS MILITARES MUDAM?

Este trabalho parte de um debate teórico mais amplo: por que as doutrinas militares mudam? Posen (1984) estabeleceu as bases da discussão em torno das causas das mudanças estratégicas e doutrinárias das Forças Armadas. A iniciativa do autor, que comparou⁸ o poder explicativo do Realismo e da Abordagem Organizacional por meio de estudos de caso, motivou outros estudos nesta linha, com a inclusão de variáveis como a política, a tecnologia e a cultura (FARRELL e TERRIFF, 2002; FARRELL, RYNNING e TERRIFF, 2013).

A abordagem realista⁹ afirma que os Estados reagem às mudanças na estrutura¹⁰ do Sistema Internacional emulando¹¹ o comportamento de outros países para maximizar sua segurança¹² (RESENDE-SANTOS, 2007). Posen (1984) afirma que a grande estratégia e a doutrina militar representam uma “resposta do Estado aos constrangimentos e incentivo do mundo exterior, ainda que envolva meios que estão sob a custódia das organizações militares” (POSEN, 1984, p. 38). Dentre os componentes da busca por segurança externa estão os imperativos tecnológicos¹³, abordados por autores como Gilpin (1981), McNeill (1982), Buzan (1987) e Toffler e Toffler

⁸ A comparação de teorias pode ser encontrada já na obra de Graham Allison, em *Essence of Decision* (1971), que testou a capacidade explicativa de três perspectivas teóricas: o Modelo do Ator Racional (Modelo I), o Modelo do Processo Organizacional (Modelo II) e o Modelo Político Burocrático (Modelo III). Utilizando como estudo de caso a crise dos mísseis de Cuba, de 1962, o autor chega a conclusão de que cada modelo explica parte do fenômeno, pois partem de premissas diferentes. O Modelo I indaga sobre os custos e recompensas das diferentes escolhas estratégicas disponíveis, assim como avalia as pressões do Sistema Internacional. O Modelo II avalia o papel das organizações no processo de tomada de decisão, e como elas processam inputs para gerar outputs. Por fim, o Modelo III investiga o jogo político existente entre os diferentes ramos do governo e como isso afeta o processo de tomada de decisão (ALLISON, 1971). Ao fim, de forma semelhante a Waltz (1959), o autor conclui que as diferentes perspectivas teóricas devem ser complementares entre si, pois explicam diferentes partes de um mesmo fenômeno.

⁹ O neorealismo estrutural, no âmbito das Teorias de Relações Internacionais, possui três pressupostos: o Sistema Internacional é anárquico, os Estados são os principais atores deste sistema, e o seu objetivo é maximizar a segurança (RESENDE-SANTOS, 2007; WALTZ, 1979).

¹⁰ Estrutura significa a distribuição de capacidades entre as unidades do sistema (WALTZ, 1979).

¹¹ Para Resende-Santos (2007), a emulação militar constitui uma forma de balanceamento interno, ou seja, uma estratégia de mobilização de recursos humanos, materiais, organizacionais e tecnológicos que tem como objetivo responder a um desequilíbrio de poder entre os Estados do Sistema Internacional.

¹² Segundo Waltz (1979, p. 118), os meios para atingir esse objetivo resumem-se em dois tipos: esforços internos (capacidades militares, econômicas e a construção de estratégias) e externos (alianças ou coalizões). Mais adiante no mesmo livro, o autor elenca diversos componentes do poder de um Estado: “tamanho da população e território, recursos, capacidade econômica e militar, estabilidade política e competência” (WALTZ, 1979, p. 132).

¹³ Devido à carência de fontes, a tecnologia como variável independente não será abordada neste trabalho. Contudo, os imperativos tecnológicos podem influenciar as demandas de preparação militar, fato que demanda novos estudos a serem realizados.

(1993), que estabelecem uma relação estreita entre mudanças tecnológicas e a preparação militar dos países.

A segunda vertente teórica busca explicar as mudanças militares a partir da articulação das forças políticas internas ao Estado e às organizações. Em suma, aborda as instituições simultaneamente como estruturas e construções dos agentes em constante mudança (SCHMIDT, 2008). Segundo Posen (1984), “Estados e organizações militares são responsáveis por interpretar novas tecnologias militares e responder aos constrangimentos e oportunidades geográficas” (POSEN, 1984, p. 39). Além disso, segundo o autor, contrariamente às teorias de balança de poder, as teorias organizacionais preveem baixa tendência à inovação doutrinária, além da preferência das Forças Armadas por doutrinas militares ofensivas e pouco alinhadas aos objetivos políticos da grande estratégia do país (POSEN, 1984, p. 40).

Entretanto, os trabalhos que formam o mainstream do debate acerca das mudanças militares é centrado nas grandes potências, relegando aos países intermediários (também denominados potências médias ou países emergentes) ou periféricos um papel de importação ou emulação de modelos (NUNN, 1972; RESENDE-SANTOS, 2007; SVARTMAN, 2016). Segundo Høiback (2013), “(...) somente grandes potências, ou mesmo superpotências, podem ter doutrinas estratégicas”, pois “(...) pequenas potências raramente decidem iniciar uma guerra ou não, mas somente devem juntar-se a um aliado maior” (HØIBACK, 2013, p. 75). Tal afirmação pode ser refutada por diversos casos históricos, como as guerras de independência de ex-colônias europeias, as guerras na América do Sul (Chaco, Cenepa, Malvinas), Guerra da Coreia, Guerra Irã-Iraque, entre outras.

O caso brasileiro, neste sentido, é interessante por se tratar de uma potência intermediária cuja Força Terrestre buscou inovar sua doutrina militar mesmo após um longo período sem envolvimento com uma guerra convencional. A mudança doutrinária do Exército foi distinta daquela entre potências centrais: há dependência tecnológica e de recursos – relativamente menor no caso brasileiro na segunda metade do século XX – mas, também, busca por autonomia e capacidade de produção de determinados sistemas de armas, além de baixo grau de controle civil sobre as forças armadas¹⁴.

No âmbito político e estratégico, retratado pela então inédita Política de Defesa Nacional (1996), não havia consenso sobre as prioridades políticas a serem atendidas pelas Forças Armadas.

¹⁴ Esses aspectos serão aprofundados nos capítulos 3 e 4.

Como veremos nas próximas seções, a Doutrina Delta (1996) buscou renovar o modo de emprego convencional da Força Terrestre na Área Operacional do Continente (AOC) em um contexto de reorientação diplomática brasileira: a ampliação do processo de integração regional sul-americana (expressa na Constituição Federal de 1988), que teve como marco a formação do Mercosul pelo Tratado de Assunção de 1991, e a adesão a novos regimes internacionais como o TNP e a agenda de combate a novas ameaças como o narcotráfico.

1.2 A POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL (1996) E AS DIVERGÊNCIAS SOBRE AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS BRASILEIRAS

Em 1996, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, houve a publicação da Política de Defesa Nacional (PDN), um documento¹⁵ destinado a expor os objetivos estratégicos da preparação militar brasileira. Elaborada pela Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN), no âmbito do Conselho de Governo, a PDN sintetiza os consensos e discordâncias dos tomadores de decisão, em sua maioria militares, sobre as prioridades a serem adotadas pela política de defesa do país. Em relação ao Sistema Internacional pós-Guerra Fria, observa-se um consenso:

[...] Com o fim da confrontação Leste-Oeste, verifica-se, no atual processo de acomodação de forças, o surgimento de um ambiente internacional **multipolar indefinido e instável**, gerado pela **falta de correspondência entre os centros de poder estratégico-militar, político e econômico**, cuja evolução ainda é difícil de prever (BRASIL, 1996, p. 4).

Além disso, o diagnóstico inicial inclui as “novas regras (...) de convivência entre as nações”, a “participação crescente de atores não-governamentais”, **a América do Sul com baixa probabilidade de conflitos internos**, e a inclusão do Atlântico Sul como parte do espaço regional do país (BRASIL, 1996, p. 5. Grifos nossos). Em relação às novas ameaças, o documento assume a possibilidade de “ação de bandos armados que atuam em países vizinhos, nos lindes da Amazônia brasileira, e o crime organizado internacional” (BRASIL, 1996, p. 6).

¹⁵ Apesar da curta extensão e rápida produção do documento, como apontado por Alsina Jr. (2003) e Fuccille (2006), é propriamente nestas características que reside a importância de um escopo de ideias (Espaço Discursivo e Comunidades Epistêmicas) pronto para serem aplicados na Estratégia e na Doutrina de um país.

Já em relação aos objetivos estratégicos, é visível a tentativa de conciliar mais de uma perspectiva. O documento afirma que a PDN é “voltada para ameaças externas”, destacando que o Brasil possui um perfil “ao mesmo tempo continental e marítimo”, o que “torna complexa a tarefa de planejamento geral de defesa” (BRASIL, 1996, p. 3). Além disso, inclui metas como a “contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais”, a “projeção do Brasil no concerto das nações” e a “manutenção dos interesses brasileiros no exterior” (BRASIL, 1996, p. 7). Entretanto, logo após, define uma “postura estratégica dissuasória de caráter defensivo”, baseada na “rejeição à guerra de conquista” na “busca da solução pacífica de controvérsias” (BRASIL, 1996, p. 8).

A resposta para o dilema entre a postura estratégica defensiva e a possibilidade de operações ofensivas encontra-se no próprio documento, o que remete aos princípios da Doutrina Delta:

O caráter defensivo não implica que, em caso de conflito, as Forças Armadas tenham que se limitar estritamente à realização de operações defensivas. (...) o País empregará todo o poderio militar necessário, com vistas à decisão do conflito no prazo mais curto possível e com o mínimo de danos à integridade e aos interesses nacionais (BRASIL, 1996, p. 8. Grifos nossos).

A tentativa de síntese encontrada pela CREDEN para lidar com o problema da sustentabilidade da Política de Defesa de um país ao mesmo tempo continental e marítimo foi a necessidade de “[...] construção de um modelo de desenvolvimento que [...] compatibilize as prioridades nos campos político, social, econômico e militar, com as necessidades de defesa e de ação diplomática” e que também permita “o envolvimento dos segmentos acadêmico, científico-tecnológico e industrial do país” (BRASIL, 1996, p. 4, grifos nossos). Em suma, a busca de modernização tecnológica e escala produtiva daria condições ao Estado brasileiro de atender todas as demandas estratégicas das Forças, ainda que muitas vezes de forma concorrente.

Em resumo, pode-se observar que a PDN foi uma tentativa de conciliar diversas visões presentes nas Forças Armadas:

Se olharmos bem, o documento produzido é menos uma política de defesa e mais uma harmonização de pontos de vista entre diversas agências responsáveis por assuntos externos do país: a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - SAE/PR -, os ministérios militares e o Ministério das Relações Exteriores - Itamaraty ou MRE -, além da presença, pouco clara em termos institucionais, do Ministério da Justiça (PROENÇA JR.; DINIZ, 1998, p. 18).

No caso brasileiro, é interessante notar que as mudanças no Sistema Internacional e a transição política interna levaram à constante disputa entre antigas doutrinas militares, oriundas do contexto da Guerra Fria, e novas concepções sobre a finalidade das Forças Armadas do país para as próximas décadas. A nova postura externa dos Estados Unidos (1976 em diante) e a Guerra das Malvinas (1982) fortaleceram a percepção de que o Sistema OEA-TIAR não garantiria a segurança dos países sul-americanos, levando parte dos militares brasileiros a apoiar a criação de um sistema próprio de segurança coletiva na região (NUNES e SVARTMAN, 2019). De forma semelhante, a distensão da Guerra Fria levaria a mudanças na visão estratégica e doutrinária em direção a conceitos como dissuasão, proteção da Amazônia, combate a novas ameaças e a preparação para Operações de Paz. Além desses, são estabelecidos os seguintes objetivos políticos: a integração do Brasil aos regimes internacionais de desarmamento (armas nucleares), a participação em operações internacionais de manutenção da paz, o fortalecimento da integração regional, a manutenção da participação das Forças Armadas em ações complementares ou subsidiárias, e a proteção da Amazônia e da faixa de fronteira, incluindo as áreas marítimas do Atlântico Sul (BRASIL, 1996).

Assim, as diretrizes da Política de Defesa Nacional (1996) ilustram tanto o consenso acerca das mudanças políticas e econômicas do pós-Guerra Fria quanto as divergências sobre a prioridade da Grande Estratégia brasileira a ser adotada para as próximas décadas. Embora existisse uma concordância sobre a multipolaridade econômica, as demandas estratégicas da preparação militar podem ser resumidas em quatro vertentes: (i) a prioridade da dissuasão convencional ou também denominada “dissuasão estratégica”, (ii) a priorização do Atlântico Sul em direção à África e ao Caribe, (iii) a atenção às ameaças não-tradicionais como o narcotráfico e as pressões ambientais, e (iv) a necessidade da preparação para Operações de Manutenção da Paz da ONU.

A primeira vertente pode ser observada em autores como o General Carlos de Meira Mattos (1993) e o então Ministro do Estado-Maior das Forças Armadas General Benedito Onofre Bezerra Leonel (1996), que alertavam para a necessidade de desestimular ataques externos à soberania do país (NUNES e SVARTMAN, 2019). A segunda vertente tem força principalmente no pensamento de oficiais da Marinha como Guilherme A. Leite (1991) e Hernani G. Fortuna (1993), que buscam ressaltar a importância do poder marítimo para a dissuasão convencional. Por fim, há dois debates que ganharam força nos anos 1980 e 1990: a necessidade de adaptar as Forças Armadas às “novas ameaças” e a ampliação das operações de paz no âmbito da ONU (NUNES e SVARTMAN, 2019).

Entretanto, tanto Leonel (1996 e 1997) quanto Mattos (1996 e 1997), Oliva (1996), Grieco (1997), Oliveira (1997) e Santos (1997) identificavam os possíveis perigos oriundos da globalização, propagada por autores como Alvin Toffler (a Terceira Onda), Mc Luhan (Aldeia Global), Francis Fukuyama (O Fim da História) e John Naisbit (Megatrend 2000). Assim como debatido por Fortuna (1993), Vidigal (1996) temia que as elites brasileiras absorvessem a ideia de que, com o fim da Guerra Fria, as Forças Armadas brasileiras deveriam atender a missões tradicionalmente pertencentes às forças policiais.

Meira Mattos (1992), ao analisar a nova ordem internacional, via com cautela a questão da participação do Brasil nas operações de paz da ONU. Sergio Domingues de Figueiredo, então Adjunto da Divisão de Assuntos Internacionais da ESG, reconhecia a frequente participação brasileira em missões de paz por solicitação da ONU ou da OEA durante o século XX. Entretanto, alegava que “o Brasil é um país que jamais usou seu poderio militar em missões que não fossem em defesa de seu território, hoje acrescido do mar patrimonial” (FIGUEIREDO, 1993, p. 88).

1.3 A DOCTRINA DELTA (1996) COMO ESTUDO DE CASO

A fim de lidar com os novos desafios estratégicos, o Estado-Maior do Exército Brasileiro aprovou quatro Instruções Provisórias¹⁶ importantes nos anos 1990: a IP 100-30 (1995), para Operações de Manutenção da Paz; a Doutrina Delta (1996), de caráter geral e voltada para a defesa continental; a Doutrina Gama (1997), para a defesa da Amazônia; e a Doutrina Alfa (1997), relativa à defesa interna (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2004). Enquanto a IP 100-30 e as Doutrinas Alfa e Gama estão diretamente relacionadas, respectivamente, às Operações de Paz, à Defesa da Amazônia e às Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), a Doutrina Delta implicaria um novo perfil de força ao Exército Brasileiro para a guerra convencional no continente sul-americano. Segundo o documento:

[...] o EME identificou a necessidade do estabelecimento de novos fundamentos que, **a título experimental**, orientarão a atuação da F Ter no **cumprimento de suas missões constitucionais**, em particular, quando atuando em **combate convencional no âmbito da defesa externa, em Área Operacional do**

¹⁶ A Instrução Provisória constitui a primeira versão de um documento doutrinário, podendo ser revisado e atualizado posteriormente no âmbito do Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT).

Continente (AOC) exceto a área estratégica da AMAZÔNIA (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1996, p. 1-2. Grifos próprios).

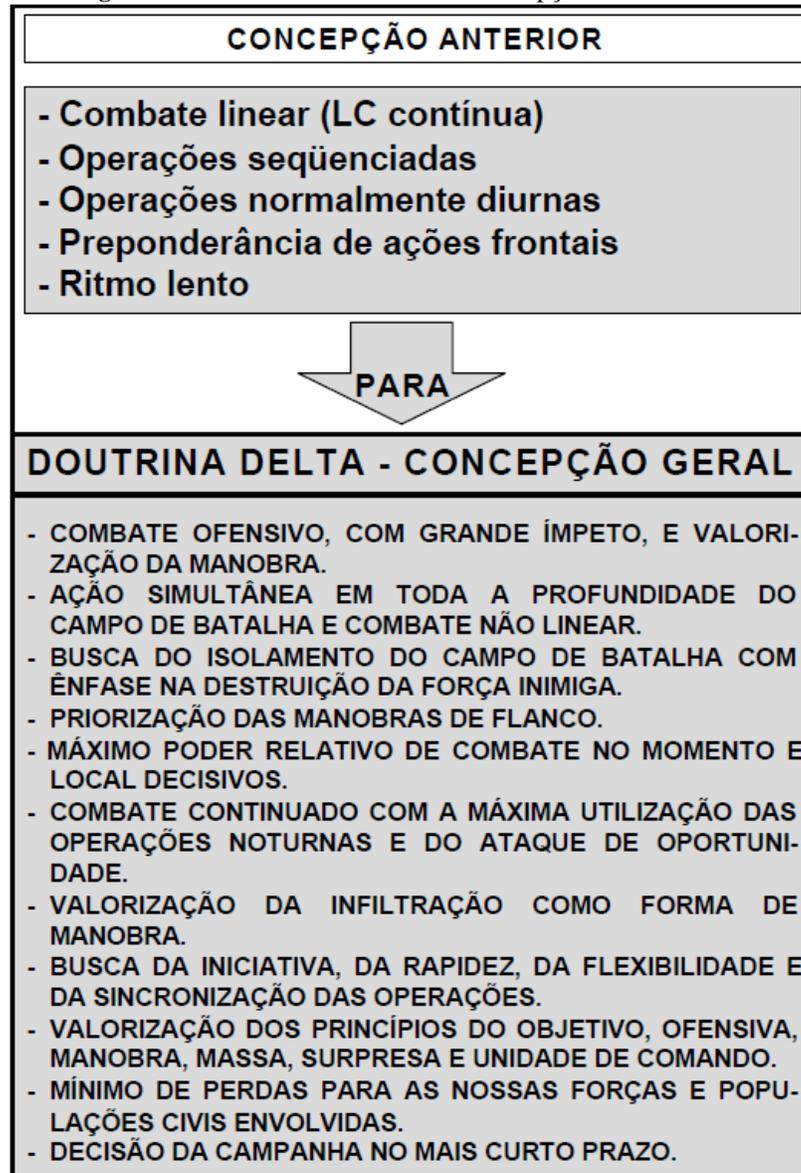
Além disso, o documento expressa a necessidade de acompanhar a modernização tecnológica e as mudanças organizacionais que já estavam em curso no Exército Brasileiro:

[...] aquisição de novos e modernos equipamentos, a adoção de novas estruturas organizacionais, mais leves e flexíveis, o advento da implantação da **Aviação do Exército**, a criação de **Brigada de Infantaria Leve**, a incorporação de blindados modernos, a criação das **OM de Pronto Emprego** e a implantação da **Força de Ação Rápida**, exigem a atualização dos conceitos doutrinários vigentes, adequando-os às novas capacidades da F Ter e aperfeiçoando-os em consonância com as **necessidades impostas pelo combate hodierno** (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1996, p. 2. Grifos próprios).

As diretrizes da Doutrina Delta foram resumidas por meio da Figura 1 abaixo, retirada diretamente do documento. Apesar da postura estratégica defensiva - exemplificada pela preparação contra invasões anfíbias e ataques aéreos -, há uma ênfase nas operações ofensivas, aliadas aos princípios de iniciativa, flexibilidade, rapidez e sincronização (BRASIL, 1996).

Outro aspecto que torna o caso da Doutrina Delta interessante é o fato de que suas diretrizes, assim como os objetivos estratégicos estabelecidos nos anos 1990, não eram compartilhadas de forma consensual entre os militares brasileiros. Além da oposição daqueles que viam na postura dissuasória convencional a principal direção da preparação militar do país, a ascensão das chamadas “Novas Ameaças” e o crescimento do emprego do Exército em operações de Garantia da Lei e Ordem (GLO) colocavam dúvidas acerca da função das Forças Armadas do Brasil no pós-Guerra Fria, como será aprofundado posteriormente.

Figura 1 - IP 100 - Doutrina Delta - Concepção Geral.



Fonte: Brasil, 1996.

Em relação à execução das operações terrestres, Naves (1997) sistematizou as principais alterações previstas pela nova doutrina:

- 1) As manobras de flanco e envolvimento, anteriormente executadas pelas Divisões de Exército e pelos Exércitos de Campanha, passariam também a ser realizadas pelas Brigadas;
- 2) Concentração de poder de combate, buscando superar uma proporção ataque/defesa de 5 para 1, ao invés dos tradicionais 3 para 1;

- 3) A constituição de brigadas (blindadas) em modelo quaternário a fim de viabilizar o combate continuado (operações diurnas e noturnas);
- 4) Redução de metade a dois terços do tempo necessário para a preparação de uma operação militar;
- 5) A infiltração adquire status de manobra, que visa aproveitar os intervalos entre as forças desdobradas no terreno;
- 6) O tempo torna-se um fator de decisão, e não mais somente parte do estudo de situação;
- 7) A combinação de direções e atitudes, anteriormente de responsabilidade do Exército de Campanha, passa a ser distribuído aos demais escalões;
- 8) Descentralização da inteligência operacional;
- 9) A adoção da Defesa elástica, “uma combinação de procedimentos de defesa de área e defesa móvel”, a ser empregada pelos escalões Brigada e inferiores (NAVES, 1997, p. 15).

Essas medidas claramente fazem referência aos princípios da Doutrina da Batalha Ar-Terra, estabelecida pelo Comando de Treinamento e Doutrina do Exército dos Estados Unidos (TRADOC) em 1982 (FM 100-5) e aplicada na Guerra do Golfo de 1991. Contudo, as limitações orçamentárias, tecnológicas e de infraestrutura logística, assim como a resistência interna, não permitiram a plena adoção da Doutrina Delta por parte das armas do Exército Brasileiro, levando ao seu ocaso na década seguinte. Como veremos na seção 2.3, a conjuntura da década de 2000 levou a um novo processo de reformulação doutrinária da Força Terrestre, que adotaria o Planejamento Baseado em Capacidades¹⁷ a partir da Doutrina Militar Terrestre de 2014.

1.4 AS VISÕES SOBRE A ORIGEM DA DOCTRINA DELTA

Desta forma, cabe a seguinte indagação: quais razões levaram o Exército Brasileiro a adotar esta nova postura doutrinária? Ainda que não exista um estudo específico sobre o assunto, lacuna

¹⁷ Diretriz de planejamento de defesa que prioriza investimentos no aumento de capacidades militares em um cenário de indefinição quanto às principais ameaças aos EUA no pós-Guerra Fria (DAVIS, 1994). O conceito foi adotado pelo Departamento de Defesa estadunidense na *Quadriennial Defense Review* de 2001, tendo como objetivo “alterar a base do planejamento de defesa do modelo ‘baseado em ameaças’, que dominou o pensamento no passado para um modelo ‘baseado em capacidades’ no futuro” (DOD, 2001, p. iv).

que este trabalho busca preencher, diversos autores brasileiros analisaram o período a partir de diferentes enfoques teóricos.

A primeira perspectiva teórica tem como enfoque a dinâmica organizacional interna e sua adaptação ao ambiente externo (contexto estratégico), mesmo sem a existência de ameaças diretas à soberania do país. Nos inéditos trabalhos de Kuhlmann (2007) e Campos (2011), a Guerra das Malvinas (1982) é apontada como um ponto de inflexão no planejamento estratégico do Exército, em um processo de reestruturação liderado pelo então Ministro do Exército, General Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, e pelo general Leônidas Pires Gonçalves, então Chefe do Estado-Maior do Exército. Os principais produtos relativos à doutrina militar foram a criação do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), dos Planos de Estruturação do Exército e dos projetos Força Terrestre 1990 e 2000 (FT 90 e FT 2000). Mesmo sem mencionarem a Doutrina Delta, os autores fornecem um modelo analítico condizente com o propósito deste trabalho: avaliar tanto as influências externas (percepção do contexto estratégico) quanto a dinâmica organizacional interna.

Arakaki (2015) também utiliza a perspectiva organizacional, mas inclui, ainda que de forma implícita, a importância da influência ideacional (pensamento militar) externa na definição de um processo de mudança doutrinária. O autor analisa evolução institucional do EME após a Segunda Guerra Mundial, marcada por três processos: a transição da influência francesa para a estadunidense, o fim do acordo militar Brasil-Estados Unidos e, no último quarto do século, a centralização da formulação doutrinária na 3ª Subchefia em 1983, concentrando, a partir de 1991, seus níveis político-estratégico e operacional. Simultaneamente, a partir dos anos 1970, o Exército Brasileiro estruturava as bases do atual Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT): em 1978, as Bases para a Reformulação da Doutrina Militar Brasileira e, em 1985, o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), que daria origem ao Sistema de Doutrina Básica de Emprego da Força Terrestre (SIDOBE) em 1987, tendo o EME, particularmente a 3ª Subchefia, como seu órgão central (ARARAKI, 2015). Mesmo sem ter esse propósito em seu artigo, o Cel Araraki insere a Doutrina Delta no contexto desse longo processo de reavaliação doutrinária do Exército Brasileiro iniciado no início dos anos 1970. Novamente, a análise equilibra aspectos externos (influência norte-americana) com a dinâmica organizacional interna (EME e a ampliação do papel da 3ª Subchefia).

Um aspecto importante adicionado à abordagem organizacional foi o contexto político, tanto na esfera nacional quanto internacional. Adriana Marques (2003) analisou os desafios

enfrentados pelas das Forças Armadas brasileiras tanto no âmbito externo – fim da Guerra Fria e normalização das relações com a Argentina – quanto no âmbito interno – redemocratização e congelamento dos programas de modernização militar iniciados nas décadas anteriores (MARQUES, 2003). Desde os anos 1980, os governos brasileiros foram pressionados a aderir aos novos regimes internacionais de Não-Proliferação de Armas Nucleares e de Controle de Tecnologia de Mísseis, assim como o redirecionamento das Forças Armadas para o combate às “novas ameaças” como o narcotráfico e o crime organizado, além das pressões relativas ao tema do meio ambiente. Daí a necessidade de reposicionar o Exército tanto em relação ao Poder Executivo quanto frente ao Congresso Nacional e à população. Nesse sentido, a Doutrina Delta, segundo a autora, não obteve o mesmo alcance da Doutrina Alfa (operações de Garantia da Lei e Ordem) e da Doutrina Gama, pois a defesa da Amazônia foi uma pauta política e estratégica bem recebida inclusive em setores à esquerda no espectro político brasileiro (MARQUES, 2003). Assim, ainda que o propósito do artigo não seja explicar a formulação doutrinária do Exército Brasileiro, a professora fornece um modelo analítico que abarca os constrangimentos internacionais e a relação entre o poder civil e as Forças Armadas na Nova República para explicar as prioridades da força terrestre.

Martins Filho (2006) adota perspectiva semelhante a de Marques (2003), analisando o reposicionamento estratégico da Marinha e do Exército Brasileiro no pós-Guerra Fria. Em relação à força terrestre, o autor descreve a formação da Estratégia da Resistência (ou lassidão, termo utilizado por André Beufre) para a defesa da Amazônia, formulada para uma hipótese de guerra contra uma força incontestavelmente mais forte (MARTINS FILHO, 2006). Segundo o autor, após a atuação nos trabalhos da Assembleia Constituinte de 1988 e o desmantelamento dos programas de modernização militar iniciados nas décadas anteriores, a percepção de parte do Exército foi de que havia a possibilidade da utilização do tema ambiental como pretexto para uma invasão externa ao Brasil. Esse entendimento explica a transferência de brigadas localizadas no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul para a região amazônica (MARTINS FILHO, 2006). Interessante notar que a Doutrina Delta não é citada no artigo, mas ganham destaque a Doutrina Alfa (defesa interna) e a Estratégia da Resistência (Doutrina Gama), o que sugere a maior difusão das últimas em detrimento da primeira.

O segundo tipo de abordagem diz respeito à análise dos aspectos sistêmicos que influenciam a formulação doutrinária de outros. Esta perspectiva é adotada por Medeiros Filho

(2010), que analisa o contexto sul-americano das décadas de 1990 e 2000 a partir do modelo teórico de Barry Buzan (1991 e 1998), autor que propunha novas perspectivas para a análise dos problemas securitários no pós-Guerra Fria. O conceito de *securitização*, utilizado por Buzan, é definido como um problema que, mesmo não pertencendo à esfera da segurança e defesa nacional, passa a buscar soluções que incluem o uso da força (MEDEIROS FILHO, 2010). A interdependência das preocupações militares de estados de uma região (*securitização*) forma Complexos Regionais de Segurança, um conceito central no trabalho do professor britânico. Assim, Medeiros Filho utiliza a perspectiva construtivista para analisar o padrão de amizade e inimizade na América do Sul nos anos 1990. A conclusão é a de que ele havia sido alterado, principalmente no Cone Sul, à medida em que países como Brasil, Argentina e Chile orientaram seus documentos de defesa em direção à cooperação regional (MEDEIROS FILHO, 2010). A Doutrina Delta, nesse contexto, aparece como contrária a duas tendências da época: no plano da política externa, a aproximação com os países da América do Sul, que afastava a hipótese de guerra prevista pela Doutrina Delta; e, no plano da Grande Estratégia, a priorização da defesa da Amazônia (Doutrina Gama) e da utilização das Forças Armadas para combate a novas ameaças, assim como em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

Outro aspecto sistêmico é a experiência militar de outros países, cujas lições podem servir como base para a formulação doutrinária nacional. Nesta ótica, Mesquita (2010) contextualiza a Doutrina Delta como reação às lições de guerras urbanas recentes, como Golfo (1991), Somália (1992), Mogadíscio (1993), Chechênia (1994) e Grosny (1994), além de comparar com a experiência estadunidense no Iraque (2003) e as operações israelenses em Gaza. Segundo o autor, apesar de priorizar a infantaria a pé como a tropa mais apta ao combate em áreas urbanas, os princípios da Doutrina Delta abrem espaço para um papel importante do emprego de frações blindadas, que “permitem ainda conduzir o combate não linear, empregando o máximo poder de combate no local e momento decisivo, buscando sempre valorizar a rapidez das ações, da ofensiva e da surpresa” (MESQUITA, 2010, p. 5). Morgado, Gomes e Neto (s/d) afirmam que a Doutrina Delta está relacionada às lições operacionais e estratégicas da Guerra do Golfo, não incorporando lições de guerras posteriores. Na mesma linha, Souza (2021) analisa a Doutrina Delta como a tradução da Batalha Aeroterrestre (Ar-Terra), abarcando conceitos como “(...) o poder relativo de combate (PRC), a sincronização, a rapidez, o tempo como um dos fatores da decisão militar e a concepção dos elementos em presença baseada em sistemas operacionais” (SOUZA, 2021, p.

87). A rapidez como princípio norteador do conceito operacional, segundo o autor, baseia-se na doutrina norte-americana influenciada pelas guerras no Oriente Médio, desde a Guerra dos Seis Dias até a Guerra do Golfo (SOUZA, 2021). Em 2013, com a publicação das Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre e a revogação da Doutrina Delta, os princípios seriam alterados, espelhando não mais na Batalha Ar-Terra, mas o conceito de Operações de Amplo Espectro (*Full Spectrum Operations*), utilizado pelos EUA a partir de 2001 (SOUZA, 2021).

Por fim, a variável tecnológica também pode ser enquadrada como um aspecto sistêmico que influencia a formulação doutrinária. Rocha e Ávila (2011) afirmam que a criação da Aviação do Exército e da Brigada de Infantaria Leve foram fundamentais para a concepção da Doutrina Delta, ou seja, a tecnologia precedeu a doutrina. Conforme o General Gleuber Vieira, então Chefe do Estado-Maior do Exército, “(...) nos dias atuais, **a doutrina é ditada pela tecnologia e não o inverso**” (1998 *apud* AVELLAR, 1999, p. 10. Grifos próprios). Furlan Neto (2000) também afirma que a Aviação do Exército foi um dos vetores responsáveis pela modernização dos princípios doutrinários do Exército Brasileiro. Outro indicador de que as mudanças tecnológicas anteciparam-se à reformulação doutrinária foi o desenvolvimento, antes de 1996, do Sistema de Controle de Tiro (SDCT) Gênese¹⁸ pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, que permitiria maior rapidez e coordenação do apoio de fogo por parte da Artilharia, adaptando-a às requisições da Doutrina Delta (ARAÚJO, 2005).

O Quadro 1 abaixo sistematiza as abordagens analisadas anteriormente em dois níveis de análise – Sistêmico e Organizacional –, assim como as variáveis correspondentes. Interessante notar que, enquanto as variáveis do nível organizacional assemelham-se às abordagens de Posen (1984) e Avant (1993), a perspectiva realista não é tão utilizada pelos autores brasileiros¹⁹ que analisaram este período, o que também justifica o empreendimento proposto por este trabalho.

¹⁸ “(...) Sistema modular de levantamento topográfico, busca de alvos, observação e direção de tiro, concebido para dar maior rapidez, precisão e confiabilidade ao subsistema de direção de tiro e coordenação da Artilharia de Campanha” (NAVES, 1997, p. 38).

¹⁹ Uma exceção a ser considerada é o trabalho de Escoto (2000), que aponta a Doutrina Delta como resposta a uma possível, ainda que considere muito remota, uma guerra do Brasil contra uma aliança militar entre Argentina, Paraguai e Uruguai: “Embora a atual conjuntura não indique a eclosão de uma crise com qualquer dos países vizinhos, a velocidade com que os vetores atuantes podem se modificar e, em consequência, provocar uma rápida evolução da situação, exige que o Exército Brasileiro tenha planejamentos ágeis e eficazes para fazer face a uma possível necessidade de atuar em território estrangeiro, antecipando-se a uma invasão do nosso país. A projeção de um cenário no qual o Brasil enfrenta uma aliança militar entre Argentina, Paraguai e Uruguai, no presente momento, pode parecer absurda. No entanto, deve-se recordar que a história da humanidade está repleta de conflitos que eram tidos como de ocorrência pouco provável. Não se trata de uma visão apocalíptica ou pessimista. Trata-se de uma visão realista,

Quadro 1 - Níveis de análise e variáveis abordadas pelos autores analisados

Nível de Análise	Variáveis
Sistêmico	<ul style="list-style-type: none"> ● Contexto político-estratégico internacional ● Pensamento militar (externo) ● Mudanças tecnológicas
Organizacional	<ul style="list-style-type: none"> ● Contexto político nacional ● Pensamento militar (interno) ● Arranjo institucional

Fonte: elaboração do autor.

O conceito de pensamento militar – definido por Gat (2001) como o conjunto de concepções dominantes sobre a guerra, a estratégia e a teoria militar – é utilizado neste trabalho para capturar aspectos que ultrapassam as diretrizes dos manuais de campanha, incluindo:

[...] concepções mais genéricas a respeito do sistema internacional, seus riscos e ameaças, e posição ocupada pelo país; do papel desempenhado pelas Forças Armadas na execução e na elaboração da política de defesa nacional e [...], ainda, visões do que seja a guerra e de que tipo de força armada o país deve ter para evitá-la e ou vencê-la (SVARTMAN, 2022, p. 98).

É necessário admitir a existência de variáveis intervenientes ou moderadoras como a tecnologia e a cultura estratégica ou organizacional. Contudo, devido à limitação de fontes sobre a formulação da Doutrina Delta, optou-se por tomar como centrais os dois grandes eixos teóricos explicativos testados por Posen (1984), quais sejam, o realista e o organizacional. É reconhecida, portanto, a necessidade de trabalhos futuros que levem em consideração a importância da tecnologia e da cultura como variáveis explicativas para as mudanças e continuidades na doutrina militar.

profissional e consciente das responsabilidades para com a Nação e com os antepassados, que, com muito sangue, suor e lágrimas, estenderam e consolidaram as fronteiras deste imenso país (ESCOTO, 2000, p. 51).

1.5 OBJETIVO E HIPÓTESES

O propósito deste trabalho é averiguar se, e em que medida, a abordagem realista e a abordagem organizacional são suficientes para explicar a mudança doutrinária do Exército Brasileiro nos anos 1990. Para cumprir esta finalidade, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

1. Descrever o processo de elaboração da Doutrina Delta (process tracing);
2. Analisar a evolução organizacional do Exército Brasileiro no Século XX (variáveis da abordagem organizacional);
3. Identificar os condicionantes políticos e militares internacionais existentes (variáveis da abordagem realista);
4. Realizar um balanço da capacidade explicativa das teorias e se é necessário elaborar novas abordagens para o problema.

A pergunta de pesquisa e os objetivos justificam-se a partir de dois aspectos: (1) a necessidade de ampliar a base empírica do campo de estudos acerca das mudanças na Doutrina Militar dos países, principalmente daqueles em desenvolvimento; (2) contribuir para o debate teórico²⁰ com inferências a partir do caso da Doutrina Delta do Exército Brasileiro (1996).

A partir da apresentação das abordagens teóricas e do contexto no qual foi aprovada a Doutrina Delta, pode-se elencar duas hipóteses, elencadas no Quadro 2 abaixo.

²⁰ O objetivo não é realizar uma revisão exaustiva sobre as teorias, mas delimitar o núcleo explicativo de cada perspectiva teórica que as diferencia, aproximando-se da visão de Imre Lakatos sobre os Programas de Pesquisa (ELMAN; ELMAN, 2003). Busca-se especificar o escopo analítico de cada abordagem a ser testada no caso brasileiro, assim como suas variáveis independentes capazes de explicar as mudanças estratégicas e de doutrina.

Quadro 2 - Hipóteses sobre a explicação da mudança doutrinária no Exército Brasileiro

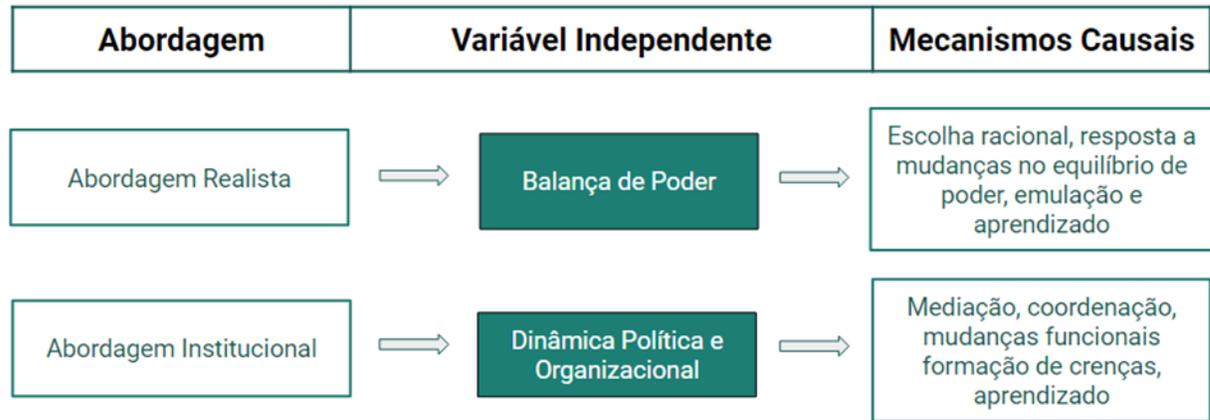
Abordagem Teórica	Hipótese
Abordagem Realista	A mudança doutrinária no Exército Brasileiro pode ser explicada pelas alterações no equilíbrio de poder regional e global. O aumento do número de hipóteses de emprego nos anos 1990, aliado à necessidade de modernização tecnológica observada na Guerra do Golfo (1991) levou à adoção de medidas de balanceamento, dentre as quais, a criação de uma doutrina militar ofensiva (Doutrina Delta).
Abordagem Organizacional	A mudança doutrinária no Exército Brasileiro tem sua origem na resposta organizacional do Exército Brasileiro às alterações na conjuntura política interna. Além disso, o arranjo institucional do Estado-Maior do Exército, que concedera maiores prerrogativas à 3ª Subchefia, permitiu a elaboração de uma doutrina militar inovadora (Doutrina Delta), mesmo que em contradição com as diretrizes da política externa.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tomando como base a sistematização realizada por Schettini, Cunha e Araújo (2018), pode-se dizer que o Realismo pressupõe a escolha racional e aprendido como mecanismos causais principais. Já o institucionalismo leva em consideração mecanismos como corretagem (mediação), coordenação, consequências funcionais, substituição (de lideranças políticas), formação de crenças e aprendido. Cabe notar que há a possibilidade da existência de mais de um mecanismo causal atuando no mesmo fenômeno (SCHETTINI; CUNHA; ARAÚJO, 2018).

A partir da metodologia utilizada por Jensen (2016), que analisou as mudanças doutrinárias ocorridas no Exército dos Estados Unidos, pode-se esquematizar os mecanismos causais das hipóteses desta tese (Figura 2 abaixo). Em seu livro, o autor levou em consideração quatro variáveis de análise: choque externo (equivalente à teoria realista), mudança cultural, articulação institucional e influência da tecnologia. Ao final, realizou um balanço acerca das evidências coletadas sobre os casos em cada teoria estudada, variando quanto ao seu impacto agregado.

Figura 2 - Mecanismos causais.



Fonte: Elaboração própria.

1.6 METODOLOGIA

Sendo o objetivo deste trabalho analisar o caso da doutrina militar do Exército Brasileiro a partir das variáveis e hipóteses de duas abordagens teóricas²¹, será realizado um estudo de caráter qualitativo em cinco etapas:

1. Descrição da evolução doutrinária do Exército Brasileiro no século XX e a formulação da Doutrina Delta;
2. Análise de duas variáveis durante o período: o contexto político-estratégico internacional e a dinâmica organizacional interna;
3. Pesquisa empírica de documentos, periódicos, trabalhos acadêmicos e entrevistas com formuladores de políticas e de ideias relevantes do período citado.

²¹ Esta pesquisa parte do pressuposto de que as teorias possuem núcleos explicativos que as distinguem umas das outras (ELMAN; ELMAN, 2003). Assim, adota como base o “realismo hipotético” ou “pragmatismo” referido por Jaccard & Jacoby (2009, p. 9), no qual a realidade existe de forma independente, mas, no momento da construção do conhecimento, é restringida ou condicionada pela perspectiva teórica e paradigmática (visão de mundo). Isto porque, segundo Robert Cox (1981, p. 128), “a teoria é sempre para alguém e para algum propósito”. Deste modo, este trabalho não pretende encontrar respostas definitivas ao problema levantado, mas investigar possíveis relações entre o objeto e as variáveis analisadas. Busca, portanto, equacionar a proposição de Elman & Elman (2003) sobre os Programas de Pesquisa Científica de Lakatos, que buscam avaliar o poder explicativo das teorias.

4. Análise das evidências encontradas e identificação dos mecanismos causais que impactaram as mudanças na Doutrina Militar do Exército Brasileiro;
5. Avaliação da capacidade explicativa das duas abordagens teóricas frente à pesquisa empírica.

As próximas subseções visam (i) discutir a metodologia que foi utilizada para a realização do estudo de caso (rastreamento de processos), e (ii) apresentar as fontes de pesquisa.

1.6.1 O Rastreamento de Processos

Tratando-se de uma pesquisa essencialmente qualitativa, o principal método a ser utilizado é o *process tracing*, ou rastreamento de processo, definido como um “exame sistemático de evidências selecionadas e analisadas à luz de perguntas de pesquisa e hipóteses” (COLLIER, 2011, p. 823). Este método visa descrever uma sequência de fatos e observar o comportamento das variáveis independentes, dependentes e intervenientes (COLLIER, 2011). Após o estabelecimento das hipóteses, segue-se à sistematização dos conhecimentos prévios (pressupostos) como, por exemplo, os atores relevantes no processo.

Em termos metodológicos, o rastreamento de processo diferencia-se dos métodos estatísticos por identificar os mecanismos causais, enquanto os primeiros buscam definir os efeitos causais (SCHETTINI; CUNHA; ARAÚJO, 2018). Neste sentido, o método visa:

[...] **desenvolver ou testar hipóteses** a partir da identificação e análise de evidências selecionadas em **processos, sequências e conjunturas de eventos**, com o objetivo de **identificar e rastrear mecanismos causais**, suas partes constituintes e a conexão entre eles (cadeia causal) que expliquem o caso (SCHETTINI; CUNHA; ARAÚJO, 2018, p. 40. Grifos próprios).

Um processo causal, por sua vez, é definido como uma “uma sequência de eventos, relacionados entre si, que formam um todo coerente” (SCHETTINI; CUNHA; ARAÚJO, 2018). Tais processos, identificados pelo conceito de mecanismos causais, diferenciam-se das variáveis intervenientes ou mediadoras²²:

²² Segundo Jaccard e Jacoby (2009, p. 142), a variável mediadora faz parte de uma relação causal indireta entre duas outras variáveis. Equivalendo-se à “variável interveniente” de Evera (1997), trata-se do meio pelo qual um objeto de pesquisa interfere ou é influenciado por outro objeto em tela.

Variáveis são atributos observáveis de unidades de análise, com valores nominais, ordinais ou numéricos, enquanto **mecanismos** são conceitos relacionais, que descrevem as relações ou as ações entre unidades de análise (SCHETTINI; CUNHA; ARAÚJO, 2018, p. 44. Grifos próprios).

Neste sentido, os mecanismos causais formam estruturas que podem assumir cinco formas (HALL, 2006 *apud* SCHETTINI; CUNHA; ARAÚJO, 2018):

1. Múltiplas causas para um resultado;
2. Dependência causal no tempo;
3. Mesma causa produzindo diferentes resultados, devido a fatores contextuais;
4. Interação de diferentes fatores para produzir determinado resultado;
5. A existência de um sistema de retroalimentação ou correlação, sem relação causal direta.

Em relação à avaliação da capacidade explicativa das duas abordagens teóricas, o método de rastreamento de processos exige a articulação de métodos indutivos e dedutivos. A dedução está relacionada à identificação das teorias, seus pressupostos, as variáveis de análise, e as hipóteses e seus mecanismos causais. A segunda parte da pesquisa é de caráter indutivo, pois busca gerar inferências a partir das evidências coletadas. Assim, conforme prevê a lógica bayesiana, “o grau de confiança na hipótese aumenta na medida em que se coletam e se avaliam as evidências” (SCHETTINI; CUNHA; ARAÚJO, 2018, p. 58).

Entretanto, nem todas as observações podem ser caracterizadas como evidências. Os indicadores causais relevantes são os fenômenos que determinam que uma ação futura é mais provável caso ele ocorra (SCHETTINI; CUNHA; ARAÚJO, 2018). Além disso, as evidências devem ser avaliadas a partir do conhecimento contextual sobre o caso, e são de quatro tipos (BEACH; PEDERSEN, 2013 *apud* SCHETTINI; CUNHA; ARAÚJO, 2018, p. 60-61):

1. Evidência padrão: relacionada à predição de padrões estatísticos;
2. Evidência sequência: relacionada a uma sequência de eventos no tempo e no espaço;
3. Evidência vestígio: sua existência prova que o mecanismo causal existe;

4. Evidência prova: conteúdo do material empírico, de origem documental ou oral, que detalha os fatos;

Cabe, por fim, refletir quais observações podem ser consideradas evidências que reforçam ou negam uma perspectiva teórica, ou seja, qual o seu valor inferencial. Essa avaliação depende de dois fatores: conhecimento das teorias e familiaridade com o caso estudado (SCHETTINI; CUNHA; ARAÚJO, 2018). Os autores citam três passos para aprimorar a capacidade de avaliar as evidências:

1. Estimar a probabilidade inicial da teoria (antes da coleta de dados);
2. Identificar quais evidências são necessárias para que a teoria seja verdadeira (derivadas das hipóteses);
3. Identificar quais evidências podem representar falsos positivos.

Em relação às abordagens teóricas, o centro da pesquisa é identificar as condições necessárias e suficientes para a validação das hipóteses. As condições necessárias não comprovam uma tese, mas podem fortalecer suas hipóteses. As condições suficientes, apesar de difíceis de serem definidas, comprovam ou reprovam a hipótese para o caso específico, possuindo maior poder de inferência.

1.6.2 Fontes de Pesquisa

Em relação à pesquisa empírica, foram utilizados quatro tipos de fonte: (i) revisão bibliográfica acerca do período e do tema, (ii) pesquisa em acervo de revistas militares dos anos 1980 e 1990; (iii) pesquisa de documentos estratégicos e doutrinários do Exército Brasileiro do período; (iv) realização de entrevistas com oficiais militares. Em relação às revistas militares, pode-se elencar A Defesa Nacional, a Revista da Escola Superior de Guerra (ESG), a Revista do Exército Brasileiro, a Revista do Clube Militar e a Revista Verde-Oliva, todas disponíveis para consulta no acervo do Museu do Comando Militar do Sul, localizado em Porto Alegre/RS.

Em consulta às edições dos anos 1980 e 1990 da Revista A Defesa Nacional, da Revista da ESG e da Revista do Exército Brasileiro dos anos 1980 e 1990, realizou-se um levantamento dos

principais autores e temas abordados. Os autores são majoritariamente oficiais militares (tanto ativos quanto da reserva) e alguns civis ligados à área como, por exemplo, a professora Therezinha de Castro. Os temas variam desde questões tecnológicas e operacionais (como a aviação do Exército) até temas estratégicos como operações de paz e a defesa da Amazônia.

Em relação à pesquisa documental, foram analisados os principais documentos doutrinários do Exército Brasileiro dos anos 1980 e 1990 a fim de identificar as principais mudanças anteriores e posteriores à Doutrina Delta. Até 1999, a Marinha, o Exército e a Aeronáutica possuíam Ministérios com relativa autonomia²³ orçamentária e de planejamento (MOREIRA, 2011). Em relação ao Estado-Maior das Forças Armadas, Proença Jr e Diniz (1998) afirmam que consiste em espaço de articulação de algumas ações entre as forças singulares, mas que não logrou integrá-las em um planejamento comum. Desta forma, a pesquisa documental deve levar em consideração o fato de que os próprios Comandantes do Exército possuíam grande importância na formulação de sua Doutrina Militar, em sinergia às diretrizes da Presidência da República tanto nos regimes militares quanto no período posterior à Constituição de 1988.

1.7 ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

A fim de cumprir os passos estabelecidos, o trabalho foi dividido em cinco capítulos, incluindo esta introdução e a conclusão. O segundo capítulo aborda o debate teórico sobre as mudanças na doutrina militar, destacando as abordagens realista e organizacional para identificar as variáveis explicativas de cada perspectiva. Em seguida, apresenta a Doutrina Delta de 1996 e suas consequências para o Exército Brasileiro, incluindo as limitações para sua adoção e sua revogação em 2014. Por fim, é discutida a aplicação do rastreamento de processos ao estudo de caso.

O capítulo três analisa a evolução da doutrina militar do Exército Brasileiro no século XX, com destaque para a influência de fatores externos e mudanças organizacionais internas. A partir

²³ De forma semelhante ao que seria postulado pela Constituição de 1988, a relativa autonomia dos Ministérios era compensada pelo fato de que o Presidente é o comandante supremo das Forças Armadas, e, até a criação do Ministério da Defesa, era assessorado pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), criado em 1946 (Decreto nº 9.107). Além disso, a partir de junho de 1970, o EMFA obteve o status equivalente ao de ministério (CPDOC, verbete). <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-maior-das-forcas-armadas-emfa>

da Primeira República, o Estado-Maior do Exército passou a ser estruturado como o centro da formulação da doutrina militar terrestre, influenciado pela Missão Militar Francesa e, após a Segunda Guerra Mundial, pela aproximação com os EUA. O capítulo também aborda a busca por uma nova doutrina militar nas décadas de 1960 e 1970, o afastamento e reaproximação Brasil-EUA, bem como a priorização estratégica da Amazônia após a Guerra das Malvinas, e a criação do Sistema de Planejamento do Exército em 1985.

O capítulo quatro aborda os desafios estratégicos do Exército Brasileiro no pós-Guerra Fria, incluindo a percepção das chamadas “novas ameaças”, o debate sobre o papel das Forças Armadas, a defesa da Amazônia como prioridade e a influência da Guerra do Golfo no pensamento militar da força terrestre. Também é discutida a reformulação da doutrina militar do Exército Brasileiro, com destaque para a centralidade da 3ª Subchefia do EME e a formulação da Doutrina Delta em 1996.

Por fim, a conclusão (capítulo cinco) resume o rastreamento de processos aplicado ao estudo de caso da doutrina militar do Exército Brasileiro no século XX. São descritas as principais características de cada período, além das variáveis, evidências e processos causais com potencial explicativo para o caso da Doutrina Delta. Além do balanço teórico, são elencados indicadores para futuros trabalhos que visam entender as mudanças e continuidades em doutrinas militares.

2 EXPLICANDO AS MUDANÇAS NA DOCTRINA MILITAR: DEBATE TEÓRICO E O CASO DA DOCTRINA DELTA (1996)

Este capítulo busca estabelecer as bases teóricas do estudo da Doutrina Militar, assim como descrever a Doutrina Delta do Exército Brasileiro (1996). Seu objetivo é apresentar os fundamentos da abordagem realista e da abordagem organizacional, assim como sua relação com os estudos de segurança e defesa, e, especificamente, com a doutrina militar. Deste modo, a exposição foi dividida em três passos: a análise da evolução da Doutrina Militar como objeto de estudo; o estabelecimento dos pressupostos das duas abordagens que serão utilizadas para a análise do caso brasileiro – Realista e Organizacional –; e, por fim, a apresentação da Doutrina Delta, suas características, consequências e o seu processo de revogação.

2.1 A DOCTRINA MILITAR COMO OBJETO DE ESTUDO

A doutrina militar, apesar de existir de forma embrionária desde o século XVII, seria empregada em sua acepção moderna somente a partir da guerra franco-prussiana de 1870 (HØIBACK, 2013). Buscando identificar os motivos da derrota, generais franceses como Ferdinand Foch passaram a utilizar o termo *doctrine* para analisar o modo alemão de fazer a guerra (D’ANDURAIN, 2016). A adoção do termo ocorreria também nos EUA, com a publicação do Field Service Regulations (FSR) em 1905, e também na Grã-Bretanha após a Guerra Anglo-Boer, com a publicação de seu FSR em 1909 (HØIBACK, 2013). Na União Soviética (URSS) da década de 1920, Mikhail Frunze defendeu a formulação de uma “Doutrina Militar Unificada”, tomando como exemplo a Alemanha, a Grã-Bretanha e a França (BAKER, 1976).

Contudo, se na URSS o debate sobre a Doutrina Militar envolvia a reflexão sobre a própria estrutura do Estado, nos EUA e na Europa, sua formulação continuaria delegada às Forças Armadas, ficando a esfera civil responsável pela Estratégia Nacional (Grande Estratégia): “Aqui, a doutrina é tradicionalmente vista como um instrumento militar que explica *como* fazer a guerra, e não *quando* ou *por quê*” (HØIBACK, 2013, p. 75). William “Billy” Mitchel, por exemplo, utilizava o conceito para referir-se à “doutrina da aviação” (HØIBACK, 2013, p. 71).

No âmbito acadêmico, o termo “doutrina militar” seria utilizado somente após a Segunda Guerra Mundial, principalmente para analisar o perfil das Forças Armadas da URSS e da República

Popular da China (NIHART, 1954; J.K., 1955). Raymond L. Garthoff foi pioneiro nesse formato de análise, publicando, em 1953, o livro “A Doutrina Militar Soviética” (*Soviet Military Doctrine*), dividido em três partes: (1) a base da doutrina militar soviética, (2) os princípios de guerra soviéticos, e (3) o emprego operacional e tático das forças (NIHART, 1954). Segundo o autor, a Doutrina Militar “representa a codificação de visões sobre os métodos de condução das operações militares” (GARTHOFF, 1958, p. 7-8).

De fato, apesar da estratégia nuclear ter chamado a atenção para as implicações políticas das decisões táticas, a tendência de separação entre a Grande Estratégia e a Doutrina Militar seria aprofundada nos EUA durante a Guerra Fria, principalmente após a Guerra do Vietnã. A resposta estadunidense para a derrota estratégica no sudeste asiático foi a adoção do nível operacional como intermediador entre a Estratégia e a Tática. Simultaneamente ao fim da conscrição e a redução de efetivos, houve a fundação do Comando de Treinamento e Doutrina do Exército dos Estados Unidos (TRADOC), tendo como objetivo elaborar conceitos operacionais capazes de “ganhar a primeira batalha da próxima guerra”, que, em tese, ocorreria na Europa Oriental contra a URSS (TRADOC, 1976 *apud* JENSEN, 2016, p. 44). Daí o surgimento de conceitos como a Defesa Ativa (1976), a Batalha Ar-Terra (1982) e as Operações de Amplas Dimensões (1993) e as Operações no Amplo Espectro (2001), elaborados na esfera militar (JENSEN, 2016).

Uma abordagem da Doutrina Militar contrária a essa tendência foi elaborada pelo tenente-coronel norueguês Harald Høiback (2013), que aprofundou a discussão sobre o conceito, argumentando que a doutrina militar é produto da conjugação de três forças: autoridade (subordinação), racionalidade (teoria) e a-razionalidade (cultura). Uma doutrina, segundo o autor, não somente diz respeito a uma operação militar específica, mas confere significado para a própria existência das Forças Armadas, ou seja, tem impactos políticos e estratégicos (HOBACK, 2013, p. 163). A complexificação do conceito busca evitar o positivismo exagerado – que ele denomina “fundamentalismo doutrinário” – presente no pensamento militar de autores como Antoine-Henri Jomini (1779-1869), de J. F. C. Fuller (1878-1966) e William E. DePuy (1919-1992) (HØIBACK, 2013, p. 101-103). A busca por princípios gerais de execução da doutrina militar, segundo o autor, afasta a reflexão acerca de seus objetivos políticos fundamentais e, como preconiza Clausewitz, de seu caráter inerentemente imprevisível.

2.1.1 Os níveis da guerra e o conceito de doutrina militar na Doutrina Delta (1996)

A Doutrina Delta (IP 100-1), assim como o Manual de Campanha 100-5 – Operações (1997), seu principal subproduto, separam a condução da guerra em três níveis: estratégico-militar, estratégico-operacional²⁴ e tático (BRASIL, 1996; 1997). A estratégia militar define “os TO [Teatros de Operações], a manobra estratégica, os grandes objetivos a serem alcançados, além de repartir as forças e alocar os meios” (BRASIL, 1996, p. 1-4). A estratégia operacional conduz “[...] as operações de grandes comandos num TO, criando as condições para o sucesso das manobras em nível tático e, em princípio, compreende o deslocamento estratégico, a concentração estratégica e a manobra estratégico-operacional” (BRASIL, 1996, p. 1-4). Por fim, a tática conduz as batalhas que visam alcançar os objetivos da estratégia operacional (BRASIL, 1996).

O conceito de doutrina militar, presente nos documentos de forma implícita, está relacionado diretamente ao nível estratégico-operacional. Ela busca estabelecer os fatores decisivos para a vitória, também denominados “fatores de êxito” (BRASIL, 1996, 1997). A Doutrina Delta aponta que “[...] a conquista e a manutenção da iniciativa e a rapidez das operações, com vistas a explorar os pontos fracos do inimigo, devem constituir-se em princípios básicos para a **condução das operações**” (BRASIL, 1996, p. 1-1. Grifos próprios). Já o Manual de Campanha – Operações, de 1997²⁵, “[...] apresenta a doutrina básica de operações do Exército Brasileiro e destina-se a orientar o emprego da Força Terrestre (F Ter) no cumprimento de suas **missões operacionais**” (BRASIL, 1997, p. 1-1. Grifos próprios). Ambos constituem documentos de alto nível, servindo de “[...] base para a elaboração de outras publicações das séries de manuais de campanha e instruções provisórias da Força Terrestre” (BRASIL, 1997, p. 1-1).

Retomando a definição de Posen (1984) sobre o conceito de doutrina militar – que abarca as diretrizes de organização e emprego das forças armadas –, pode-se dizer que a Doutrina Delta atende a ambos os requisitos servindo, junto ao Manual de Campanha C 100-5 (1997), como documento conceitual de alto nível para orientar a atualização dos manuais de campanha das armas da força terrestre.

²⁴ O nível operacional da guerra foi adotado pelo Exército dos Estados Unidos da América oficialmente em 1982, com a publicação do Manual de Campanha - Operações 100-5 (FM 100-5) (EUA, 1982).

²⁵ O Manual “Abrange os aspectos básicos das operações” e “serve de base para a elaboração de outras publicações das séries de manuais de campanha e instruções provisórias da Força Terrestre” (BRASIL, 1997, p. 1-1). Em sua introdução, o documento deixa claro que “Baseia-se no preconizado pelas IP 100-1 – Bases para a Modernização da Doutrina de Emprego da Força Terrestre (Doutrina Delta)” (BRASIL, 1997).

2.2 IDENTIFICANDO AS VARIÁVEIS EXPLICATIVAS DA DOCTRINA MILITAR: A ABORDAGEM REALISTA E A ABORDAGEM ORGANIZACIONAL

Esta subseção tem como objetivo identificar o núcleo explicativo das duas abordagens que serão utilizadas neste trabalho: a abordagem realista e a abordagem organizacional. Partindo da periodização estabelecida por Peres (2008), podemos identificar as principais tendências de cada perspectiva teórica, assim como suas variáveis explicativas.

2.2.1 A abordagem realista

A Ciência Política consolidou-se como área de pesquisa acadêmica sistemática a partir do século XX (ADCOCK; BEVIR, 2010). A partir de então, pode-se identificar três grandes paradigmas²⁶ sucessivos que constituíram a base teórica e metodológica da disciplina: o Antigo Institucionalismo²⁷, o Comportamentalismo²⁸ e o Neo-Institucionalismo²⁹ (PERES, 2008).

Simultaneamente à ascensão do Comportamentalismo, o empirismo positivista baseado em pesquisas indutivas também ocupou um espaço no que se convencionou denominar Realismo Político. O Realismo como linha teórica tomou forma em contraposição ao Idealismo e ao Liberalismo, predominantes entre os pensadores até a virada para o século XX. A crença na infalibilidade da razão humana, da opinião pública e da harmonia de interesses (Jeremy Bentham, Adam Smith, James Mill, Woodrow Wilson, Henry Ford) foi sendo contestada por uma visão que resgatava, por exemplo, os princípios teóricos da competição política, econômica e ideológica (Maquiavel, Darwin, Spinoza, Hegel, Marx, Lênin) (CARR, 1939).

²⁶ Segundo Thomas Kuhn, um paradigma significa uma situação em que uma área de pesquisa unifica-se em torno de um mesmo marco de pressupostos básicos (RANSANZ, 1999).

²⁷ Até as primeiras décadas do século XX, o institucionalismo – também chamado como “Ciência Política tradicional” – tinha como objetivo investigar as instituições políticas e suas consequências para o funcionamento dos sistemas políticos (EASTON, 1985).

²⁸ Após a Segunda Guerra Mundial (2ª GM), o Comportamentalismo representou uma tentativa de complexificação da análise política, recebendo influências da sociologia, da psicologia e, posteriormente, da economia (DRYZEK, 2006).

²⁹ A partir dos anos 1970, o terceiro paradigma, neoinstitucional, buscou a síntese entre o Antigo Institucionalismo e o Comportamentalismo, dividindo-se em duas grandes linhas: (I) histórico-sociológica e (II) com ênfase na Escolha Racional (PERES, 2008).

No âmbito da análise política interna, Carr (1939) identifica a origem do Realismo na obra de Maquiavel: “A moral é produto do poder” (CARR, 1939, p. 86). Em suma, pode-se dizer que esta abordagem eleva ao nível interestatal as premissas sobre a natureza egoísta e anárquica do ser humano em seu estado de natureza (MEARSHEIMER, 2001). Os Estados, assim como as pessoas, baseiam suas ações em cálculos racionais de relações de poder.

Os grandes marcos do estabelecimento do Realismo como vertente teórica das Relações Internacionais após a Segunda Guerra foram as obras de Hans Morgenthau (*A Política entre as Nações*, de 1948) e de Kenneth Waltz (*O Homem, o Estado e a Guerra*, de 1959). A principal categoria analítica utilizada por Morgenthau, o equilíbrio ou balança de poder, se tornaria o núcleo explicativo do Realismo como linha teórica. O autor transportou o conceito de “equilíbrio de poder” para a esfera internacional, significando a “estabilidade dentro de um sistema composto de uma variedade de forças autônomas” (MORGENTHAU, 1948, p. 322). Neste sistema internacional, o “balanceador” é aquele que busca restaurar o equilíbrio por meio de diversos instrumentos, dentre eles, a diplomacia e a guerra (MORGENTHAU, 1948).

Dez anos depois (1959), o cientista político norte-americano Kenneth Waltz publicou a sua dissertação, denominada *O Homem, o Estado e a Guerra*, definindo três níveis – ou “imagens”, nas palavras do autor – de análise das causas da guerra: o homem (tomador de decisão), o Estado e o Sistema Internacional. Kenneth Waltz realizou uma crítica ao Comportamentalismo, afirmando que a abordagem empírica nunca será suficiente para explicar os fenômenos, visto que há um número infinito de dados coletáveis e diversas interpretações sobre os fatos. Assim, o autor encarregou-se de sistematizar e situar o Realismo no debate acerca das causas da guerra, estabelecendo três níveis de análise: a natureza humana (primeira imagem), o Estado (segunda imagem) e o Sistema Internacional (terceira imagem) (WALTZ, 1959).

Em 1979, Waltz publicaria sua tese de doutorado, denominada *Teoria da Política Internacional*, estabelecendo o que seria denominado Neorealismo ou Realismo Estrutural: a terceira imagem (nível internacional) condiciona e constrange as ações do tomador de decisão e do Estado. A importância da terceira imagem para Waltz está no fato de que, para o autor, as pesquisas que enfatizam os dois primeiros níveis de análise falham ao pressupor que a paz só será alcançada se as pessoas e os Estados forem de índole pacífica, o que, para ele, é impossível. Além disso, o Estado pode ser tratado como um ator unitário pois, em tempos de crise, o poder torna-se altamente concentrado (WALTZ, 1959). Assim, Waltz concorda com Morgenthau no fato de que a variável

explicativa da política internacional é a sua estrutura, caracterizada pelo equilíbrio e a balança de poder:

Na política internacional não há autoridade efetivamente capaz de proibir o uso da força. A balança de poder entre os Estados é a balança entre todas as capacidades, incluindo força física, que os Estados utilizam para alcançar seus objetivos (WALTZ, 1959, p. 205).

Independentemente do nível de análise adotado, pode-se afirmar que há um núcleo explicativo do Realismo: as ações dos tomadores de decisão são condicionadas pelos cálculos de relações de poder entre os Estados, levando-os a ações de Balanceamento para restaurar ou manter um determinado Equilíbrio de Poder. Este eixo ontológico independe do debate entre os autores realistas acerca dos tipos de relação de poder existentes entre os Estados e de quando ocorre o Balanceamento, como discutido por Feng e Ruizhuang (2006). O argumento principal, que se contrapõe à lógica institucionalista e ao Comportamentalismo, consistia no fato de que os líderes obedeceriam à lógica da balança de poder independentemente de sua orientação política:

Mesmo que pessoas contrárias à balança de poder estejam em controle da política de um estado, eles tenderão a agir de forma a perpetuar ou estabelecer uma balança. (...) Em suma, a balança de poder não é imposta pelos estadistas aos eventos, mas sim é imposta pelos eventos ao estadista (WALTZ, 1959, p. 208-209).

2.2.1.1 O Realismo e a doutrina militar: a balança de poder como variável independente

Posen (1984) argumenta que as mudanças doutrinárias das Forças Armadas estão ligadas a ações de Balanceamento: “O comportamento de Balanceamento é qualitativo e quantitativo. Os Estados não somente procuram formar alianças e aumentar seu poder militar, mas também revisam suas doutrinas militares” (POSEN, 1984, p. 40). Neste sentido, argumenta³⁰ que uma Doutrina Militar ofensiva, por exemplo, é um método de balança de poder (POSEN, 1984, p. 70).

³⁰ Ao analisar o caso da Doutrina Militar francesa na década de 1930, Posen analisa o peso de quatro fatores que influenciaram a adoção de uma preparação doutrinária defensiva: distribuição de poder, fatores tecnológicos, geografia e elementos organizacionais. Para o autor, as considerações sistêmicas superaram, por exemplo, as de cunho tecnológico. Em sua análise, cita o exemplo da Linha Maginot como um indicador de que as considerações da Grande Estratégia da França superaram as lições oriundas da tecnologia empregada na Primeira Guerra Mundial.

Resende-Santos (2007) argumenta que a teoria Neorrealista é a mais adequada para explicar a existência de reformas militares. Segundo o autor, as ameaças externas – estrutura do Sistema Internacional – levam os Estados a copiar as melhores práticas doutrinárias e organizacionais existentes, na forma do que denomina Emulação Militar:

As exigências do ambiente externo, e a necessidade de contínuas mudanças para sobrevivência e viabilidade, condicionam o desenvolvimento organizacional e não somente o comportamento externo dos Estados. A competição [internacional] tem consequências organizacionais (RESENDE-SANTOS, 2007, p. 15).

A partir da concepção da Emulação Militar como uma forma de balanceamento interno, o autor analisa os casos de Chile, Argentina e Brasil na virada do século XIX para o século XX. De fato, o argumento de Resende-Santos (2007) demonstra a validade do Realismo como instrumento analítico na medida em que as disputas de poder condicionaram as escolhas estratégicas e doutrinárias desses países.

Entretanto, os estudos de caso expuseram as limitações analíticas e explicativas da Abordagem Realista. Primeiramente, a visão do Estado como um ator unitário capaz de realizar ações de balanceamento interno e externo não captura os dilemas políticos e institucionais internos que precedem as escolhas estratégicas. Ao descrever o caso chileno, por exemplo, o autor deixa claro que houve divergências internas quanto à necessidade e ao tipo de reformas militares a serem realizadas. Logo após, ao abordar o caso de forma teórica, torna a falar em “Chile” como um tomador de decisão unitário, sem retomar a descrição realizada³¹.

Tanto Posen quanto Resende-Santos expõem um argumento que diferencia a abordagem realista da abordagem institucional: a primeira prevê uma tendência de inovação das organizações, enquanto a segunda entende que estas são raras, pois o pressuposto das organizações é a busca da ordem, da estabilidade e da previsibilidade. Além disso, enquanto a teoria organizacional antecipa a preferência por doutrinas ofensivas, devido à pretensão de controle por meio da iniciativa e a atração de recursos para a modernização tecnológica, a abordagem realista da Balança de Poder deixa tal questão em aberto devido aos diferentes desafios externos que um país pode sofrer, independentemente de seu quadro organizacional interno.

³¹ Cabe reconhecer que o objetivo do livro de Resende-Santos (2007) não era comparar o poder explicativo de mais de uma abordagem, mas sim elaborar uma Teoria Neorrealista de Emulação Militar.

2.2.2 A Abordagem Organizacional

A abordagem organizacional tem origem no desenvolvimento de duas áreas acadêmicas: a Ciência Política e a Administração. Allison (1971) divide essa origem em dois modelos analíticos: o organizacional e o político. A linha organizacional³² (Modelo II de Allison) define a burocracia como um lugar de processamento de dados de entrada (*inputs*) e saída (*outputs*), sendo, os últimos, as ações de política externa. Neste sentido, as organizações são dotadas de rotinas, procedimentos e repertórios para lidar com os problemas. Assim, são pertinentes conceitos como Ambiente e Arranjo Institucional³³ para delinear a formatação das organizações analisadas.

Segundo Posen (1984), as teorias organizacionais buscam explicar os *outputs* de uma burocracia a partir de três forças causais inter relacionadas: propósito, pessoas e ambiente. O propósito confere legitimidade à organização frente ao seu ambiente e demanda coordenação, planejamento e supervisão para seu cumprimento. Assim, os objetivos delineiam o formato da burocracia e a divisão de suas funções, caracterizadas por programas e procedimentos operacionais padrão (SOP, sigla em inglês) (POSEN, 1984). As pessoas são responsáveis pela consecução dos objetivos da organização e também pela intermediação de sua relação com o ambiente (POSEN, 1984). Por outro lado, também são fonte de incerteza para as organizações, valorizando aspectos como poder, prestígio e relações interpessoais. Por fim, o ambiente constitui a origem e a finalidade da organização. Contudo, pode também ser uma fonte de incertezas, obstáculos para a coordenação, controle e racionalidade necessários para o seu propósito (POSEN, 1984).

A linha política desta abordagem (Modelo III de Allison) argumenta que a política externa de um país é resultado das barganhas governamentais internas ao Estado. Assim, cabe analisar variáveis como percepção, motivações, posições de poder e a ação política dos diferentes atores constituintes do governo nacional (ALLISON, 1971). Pode-se relacionar este modelo às premissas do Neoinstitucionalismo³⁴ Histórico-Sociológico, que ganhou corpo teórico a partir do momento

³² Herbert Simon é citado como um dos primeiros autores a lidar com as organizações de forma sistemática, partindo do pressuposto de que tanto elas quanto os homens possuem uma “racionalidade limitada” (ALLISON, 1971). Tal premissa difere a abordagem organizacional da visão das teorias da escolha racional, que pressupõem a existência de uma racionalidade abrangente do Estado para a tomada de decisões.

³³ O arranjo institucional é um conjunto de regras, mecanismos e processos que definem a forma particular como se coordenam atores e interesses na implementação de uma política pública específica (GOMIDE; PIRES, 2014).

³⁴ Apesar da ascensão do Comportamentalismo no século XX, as instituições voltaram progressivamente a ocupar um espaço expressivo nas agendas de pesquisa da Ciência Política a partir dos anos 1970, no que seria denominado

em que os pesquisadores passaram a trabalhar as instituições para além dos pressupostos da Teoria da Escolha Racional³⁵. Em outros termos, a análise “incorporou elementos indutivos e dedutivos”, além de ampliar o conceito de “instituições” para além das regras e constrangimentos, vendo-as como “um conjunto de entendimentos compartilhados que afetam o modo como os problemas são percebidos e as soluções são buscadas” (THELEN, 1999, p. 370-371).

Os pesquisadores do neoinstitucionalismo histórico “ênfatizam as assimetrias de poder associadas ao funcionamento e ao desenvolvimento das instituições”, e “tendem a formar uma concepção do desenvolvimento institucional que privilegia as trajetórias, as situações críticas e as consequências imprevistas” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 196). Autores como Sven Steinmo, John Ikenberry, Kathleen Thelen, Elisabeth Sanders, entre outros, desatacam-se na adoção desta abordagem, marcada pela defesa de uma causalidade social dependente (*path dependence*):

[rejeitando] o postulado tradicional de que as mesmas forças ativas produzem em todo lugar os mesmos resultados em favor de uma concepção segundo a qual essas forças são modificadas pelas propriedades de cada contexto local, propriedades essas herdadas do passado (HALL & TAYLOR, 2003, p. 200).

Paralelamente, desenvolvia-se um segundo tipo de Neoinstitucionalismo, com ênfase na Teoria da Escolha Racional. Em linha semelhante à de Kenneth Arrow, William H. Riker e Douglas North buscaram estudar as instituições a partir de pressupostos da economia:

[...] os teóricos da escola da escolha racional importaram de maneira fecunda no domínio da ciência política recursos teóricos emprestados à “nova economia da organização”, que insiste na importância dos direitos de propriedade, das rendas e dos custos de transação para o desenvolvimento e o funcionamento das instituições (HALL; TAYLOR, 2003, p. 203).

“Neoinstitucionalismo”. Hall e Taylor (2003) dividem essa linha de pesquisa em três vertentes: (I) histórico, (II) da escolha racional e (III) sociológico.

³⁵ Uma das teorias oriundas do paradigma comportamentalista foi a Teoria da Escolha Racional, que teria impactos tanto na Ciência Política quanto nas Relações Internacionais e nos Estudos de Segurança e Defesa. Enquanto a vertente sociológica do comportamentalismo abordava o nível dos sistemas, da ação coletiva e dos grupos de pressão, uma vertente econômica passou a ganhar espaço a partir dos anos 1970, partindo de pressupostos acerca da escolha racional dos indivíduos. Apostando em uma rigorosa lógica dedutiva e em técnicas formais de modelagem, a Teoria da Escolha Racional diferenciava-se das teorias comportamentalistas na busca da formalização e nas premissas racionais acerca dos indivíduos. Em meados dos anos 1980, cerca de 20% dos artigos da Revista American Political Science Review (APSR) utilizavam técnicas formais, o que perduraria nas décadas seguintes (SINGELMAN, 2006 apud ADCOCK; BEVIR, 2010, p. 92). Os temas de estudo variavam desde a política americana até Relações Internacionais, história econômica internacional e política comparada.

Por fim, o Neoinstitucionalismo sociológico possui três características fundamentais: (I) a ampliação do conceito de “instituições”, incluindo aspectos simbólicos e culturais, (II) um enfoque culturalista na definição das relações entre as instituições e a ação individual, e (III) a importância da “dimensão cognitiva” do impacto das instituições (HALL; TAYLOR, 2003).

Avant (1993) aproxima a abordagem organizacional da análise histórica e, de forma indireta, da cultura estratégica e organizacional. A autora utiliza o conceito de “viés institucional” (*institutional bias*) para explicar as diferenças de tomada de decisão de burocracias semelhantes (Forças Armadas dos EUA e da Grã-Bretanha) em situações similares: o enfrentamento da guerra irregular no Vietnã e no sul da África, respectivamente. O argumento principal é de que, enquanto o processo histórico de profissionalização do Exército norte-americano tornou sua doutrina militar insensível a alterações nos objetivos políticos da grande estratégia, seu congênere europeu adquiriu um viés institucional que premiava as lideranças capazes de adaptar a Força à vontade do poder civil (AVANT, 1993). Assim, a abordagem de Avant permite à teoria organizacional, de forma implícita, absorver conceitos como cultura estratégica e cultura organizacional, que são parte importante das organizações e formam, com o tempo, um “viés institucional” na tomada de decisões (JOHNSTON, 1995; KIER, 1995; MARQUES, 2007).

Em relação à análise do caso brasileiro, há dois autores que utilizaram a abordagem institucional para explicar a formação das elites. Nunn (1972) afirma que os militares brasileiros realizaram dois processos simultâneos como instituição: a profissionalização de sua organização (profissionalismo militar) e o que o autor denomina “militarismo profissional”, que significa o aumento de sua participação no cenário político do país. Carvalho (1974), trabalhando a partir do caso brasileiro, analisa o processo de formação do Estado e as consequências para a composição de suas elites políticas. Segundo o autor, diferentes tipos de socialização, treinamento e carreira dos atores resulta em diferentes formatações da elite do país:

A homogeneidade ideológica e de treinamento é que iria reduzir os conflitos intra-elite e fornecer a concepção e a capacidade de implementar determinado modelo de dominação política. Essa homogeneidade era fornecida sobretudo pela socialização da elite, que será examinada por via da educação, da ocupação e da carreira política (CARVALHO, 1974, p. 21).

Em linha semelhante ao Institucionalismo Histórico-Sociológico, o Institucionalismo Discursivo adota uma definição das instituições “simultaneamente como estruturas e construtos

internos aos agentes, cujas ‘habilidades ideacionais’ e ‘discursivas’ advogam em prol de uma abordagem das instituições mais centrada nos agentes” (SCHMIDT, 2008, p. 305). Entretanto, diferentemente da visão anterior, possui uma forte ligação com as teorias pós-estruturais, ou seja, que visam investigar o poder das ideias, do discurso e dos textos. Em suma, visa aplicar o que Der Derian (1989, p. 6) denominou “abordagem intertextual”.

Segundo Zimmerman (2016), o Institucionalismo Discursivo tem como objetivo investigar a criação de “espaços discursivos” e sua influência nos processos políticos e nas instituições. As comunidades epistêmicas, por sua vez, são formadas por meio da coordenação de discursos, seja ela ao nível internacional ou ao nível nacional. Neste sentido, os atores são capazes de produzir “espaços discursivos”, ou seja, meios de propagação de um discurso ou de um determinado conjunto de ideias que visam influenciar um determinado processo político ou instituição. Em seu trabalho, a autora investiga como a criação do Diálogo de Shangri-La na região do Sudeste Asiático por parte do think tank britânico International Institute for Strategic Studies (IISS) obteve sucesso em criar um espaço discursivo em torno dos novos temas da agenda securitária para os países da região.

2.3 A DOCTRINA DELTA (1996-2014): CARACTERÍSTICAS E CONSEQUÊNCIAS PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO

Conforme será aprofundado no capítulo 3, a doutrina militar do Exército Brasileiro passou por três grandes fases após a Segunda Guerra Mundial. Até a década de 1960, a força terrestre buscou, com resultado aquém do esperado, incorporar o modelo divisionário estadunidense baseado em forças motorizadas e mecanizadas. Da metade da década de 1960 até os anos 1980, a adoção da brigada como grande unidade autônoma visava atender tanto à guerra revolucionária interna quanto à defesa da Amazônia e a uma possível guerra no continente. Por fim, as décadas de 1980 e 1990, respectivamente marcadas pela Guerra das Malvinas (1982) e pela Guerra do Golfo (1991), representaram a estruturação do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx) e, como consequência, do Sistema de Doutrina Básica de Emprego da Força Terrestre (SIDOBE), futuro Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT). Esses sistemas seriam a base, na década de 1990, de quatro documentos doutrinários: doutrina de operações de paz (IP 100-30, de 1995), a Doutrina

Delta (IP 100-1, de 1996), voltada para a defesa continental; a Doutrina Gama (IP 100-3, de 1997), para a defesa da Amazônia; e a Doutrina Alfa (IP 100-2, 1997), relativa à defesa interna (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2004).

A Doutrina Delta parte do pressuposto de que a guerra “transformou-se em tarefa multidimensional, exigindo alto grau de iniciativa, agilidade, sincronização e capacidade de gerenciamento das informações” (BRASIL, 1996, p. 1-1). Ferreira (2001) argumenta que tanto a Guerra das Malvinas quanto a Guerra do Golfo representam uma dinâmica doutrinária oposta àquela predominante na Segunda Guerra Mundial:

Os conflitos modernos - Guerra do Golfo em 1991, Kosovo em 1999 e de certa forma, Malvinas em 1982 - possuem características próprias, que levaram o planejador a **abandonar o paradigma doutrinário vivido na II Grande Guerra**, assentado no combate linear, ações frontais, ritmo lento, associado às operações diurnas, para uma concepção onde, buscar uma decisão, sem que haja o desgaste desnecessário das tropas envolvidas, com grande **espírito ofensivo** tendo todos em mente a real intenção dos comandantes superiores e **conduzindo o conflito o mais rápido possível para uma imediata negociação de paz** (FERREIRA, 2001, p. 22. Grifos próprios).

Segundo a Doutrina Delta, tal fato decorre, dentre outros fatores, pelo “advento de novos armamentos de elevada letalidade e a intensiva utilização do espectro eletromagnético”³⁶ (BRASIL, 1996, p. 1-1). Como exemplos, o documento cita a necessidade da conquista da superioridade aérea e a utilização de helicópteros (utilizados tanto nas Malvinas quanto no Golfo) para o “aumento da mobilidade tática” e o “eficaz emprego da Guerra Eletrônica” (BRASIL, 1996, p. 1-3). Neste sentido, são elencados quatro fatores de êxito – iniciativa, flexibilidade, rapidez e sincronização – e cinco princípios de guerra: objetivo, ofensiva, manobra, massa e surpresa (BRASIL, 1996, p. 3-1 – 3-3).

Um dos fundamentos da nova doutrina é o princípio do “combate continuado”, realizado “mediante a ampla utilização do combate noturno e do ataque de oportunidade, com frequente substituição dos elementos em primeiro escalão, para se manter permanente pressão sobre o inimigo” (BRASIL, 1996, p. 2-6). Para a aplicação desse princípio, as grandes unidades “deverão ser organizadas, temporariamente, com **estrutura quaternária**³⁷, a fim de favorecer a substituição

³⁶ A capacidade de neutralização dos radares iraquianos por parte dos EUA foi um dos aspectos destacados pelas análises de oficiais do Exército Brasileiro (MORALES, 1993).

³⁷ O modelo divisionário oriundo da 2ª Guerra Mundial era ternário: formado por três regimentos de infantaria, cada um com três batalhões. A partir da década de 1970, as recém criadas brigadas de infantaria e de cavalaria também

dos elementos em primeiro escalão, sem a redução do poder de combate” (BRASIL, 1996, p. 2-6. Grifos próprios). Segundo Farah (2000), a estrutura quaternária visa atender, “ (...) a necessidade de atuar em largas frentes e grande profundidade” e a exigência de “(...) frequente substituição dos elementos do primeiro escalão” (FARAH, 2000, p. 23).

Interessante notar que o modelo quaternário estava em consonância com as diretrizes dos projetos FT-90 e FT-2000 do SIPLEX, que previam o “[...] aumento de efetivos, a criação de novas unidades, grandes unidades, e grandes comandos (Divisões de Exército)” (RODRIGUES, 2020, p. 58). A busca por modernização tecnológica (aviação do Exército, radares e meios de guerra eletrônica, por exemplo), neste caso, não significava a redução de pessoal, mas o seu aumento combinado com uma redistribuição dos militares no espaço geográfico brasileiro em direção ao centro e norte do país (RODRIGUES, 2020).

Em relação à doutrina militar, esse novo contexto favoreceria “a conquista e a manutenção da iniciativa e a rapidez das operações, com vistas a explorar os pontos fracos do inimigo”, ou seja, a “conservação do espírito ofensivo e a manutenção da liberdade de ação” (BRASIL, 1996, p. 1-1). Além disso, a distância entre a estratégia (alto comando) e o nível operacional teria aumentado, “ampliando a necessidade de iniciativa e liderança, em todos os escalões” (BRASIL, 1996, p. 1-1).

No âmbito estratégico-militar, os principais objetivos são aqueles que “tenham grande impacto sobre o moral do inimigo e sobre a opinião pública, procurando-se evitar danos à sua população civil”, quais sejam:

- (a) o centro de gravidade da F Ter [Força Terrestre] inimiga;
- (b) pontos sensíveis de importância política, econômica ou militar, tais como cidades, indústrias bélicas, usinas, entroncamentos rododiferroviários, portos e aeroportos, regiões de passagem radares;
- (c) parte do território inimigo que favoreça as negociações de paz; e
- (d) regiões que materializem o restabelecimento da integridade do território nacional (BRASIL, 1996, p. 2-1 - 2-2).

Quanto à estratégia operacional, a Doutrina Delta prevê a condução das campanhas de forma ofensiva “buscando a decisão no menor prazo possível, com o mínimo de perdas para as nossas forças e assegurando as condições favoráveis para uma imediata negociação da paz”

tinham uma formatação ternária: as primeiras eram constituídas por três batalhões de infantaria, e, as segundas, por três regimentos de cavalaria (PEDROSA, 2018). A Doutrina Delta propôs a organização quaternária para as brigadas blindadas “[...] a fim de possibilitar o descanso da tropa, a manutenção do material e facilitar a substituição dos elementos empregados em 1º escalão, durante o **combate continuado**” (NAVES, 1997, p. 44. Grifos próprios).

(BRASIL, 1996, p. 2-1). Atenta-se aqui para os princípios de “combate continuado e não-linear com ênfase nas manobras desbordantes ou envolventes” (BRASIL, 1996, p. 2-1). A tática, por sua vez, resume-se na “seleção da frente, onde deverá ser aplicado o máximo poder de combate, no momento oportuno, visando a obtenção da vitória o mais rápido possível” (BRASIL, 1996, p. 2-1).

Em termos operacionais e táticos, segundo o documento, “as **forças blindadas**³⁸ e **mecanizadas** são as mais adequadas a esta concepção de emprego” (BRASIL, 1996, p. 2-1. Grifos próprios). Tal fato remonta à própria Operação Tempestade no Deserto, uma manobra de desbordamento executada por forças blindadas (esforço principal) e aeroterrestres (força de cobertura no flanco) (VISACRO, 2019). Como exemplo, Santos (1991) cita que, na Guerra do Golfo “[...] o uso de equipamentos de visão noturna possibilitou o emprego intensivo de Helicópteros e aviões em ações noturnas” (SANTOS, 1991, p. 31). No mesmo sentido, Cunha (1991, p. 2) afirmou que o helicóptero “[...] pode ser considerado como o elemento básico de mobilidade das forças terrestres”. Daí o aproveitamento de unidades recém-criadas como a Aviação do Exército (1986), a Brigada de Infantaria Leve (aeromóvel) e o Centro de Instrução de Blindados, ambos de 1996 (ALVIM, 2001).

A ação em profundidade³⁹ e não-linear diz respeito à “realização de operações aeromóveis [assalto aeromóvel]⁴⁰ e com blindados, aplicação de fogos maciços em profundidade, assim como por infiltrações táticas noturnas e incursões” para efetivar a “rápida conquista dos objetivos estratégicos selecionados” (BRASIL, 1996, p. 2-2). O objetivo dessas operações é o isolamento do campo de batalha – pela interdição dos movimentos das reservas e sua capacidade logística – e a destruição da força inimiga por meio de três “ações básicas”:

(a) fixar frontalmente o inimigo; (b) com forças de grande mobilidade estratégica e tática, isolá-lo, pela retaguarda; e (c) atacá-lo em seu flanco e retaguarda, buscando destruir seus sistemas de comando e controle, logístico, apoio de fogo e

³⁸ O documento chama a atenção para a preferência de blindados sobre rodas como “os meios mais adequados ao rápido movimento em grandes distâncias, possibilitando, em curto prazo e melhores condições, a concentração de forças no local oportuno” (BRASIL, 1996, p. 4-1).

³⁹

⁴⁰ **Operações Aeromóveis e Assalto Aeromóvel** – O conceito de Operação Aeromóvel é definido no IP 1-20 como toda operação realizada por força de helicópteros ou forças aeromóveis de valor unidade ou subunidade, tendo como características a “surpresa, a flexibilidade, a manobra, a oportunidade e a velocidade para vencer rapidamente grandes distâncias e ultrapassar obstáculos do terreno” (BRASIL, 2000, p. 1-3). O assalto aeromóvel, por sua vez, é realizado por uma Força-Tarefa Aeromóvel visando “à conquista e manutenção de regiões do terreno e à participação na destruição de forças inimigas” (BRASIL, 2000, p. 2-27).

reservas, e ainda obrigá-lo a combater em mais de uma frente (BRASIL, 1996, p. 2-3).

Baganha (2003), em trabalho sobre o papel da aviação na Doutrina Delta, resumiu a importância do helicóptero na Guerra do Golfo:

Durante as 100 horas do desenrolar da campanha terrestre[...], os helicópteros de ataque desempenharam sua mais decisiva campanha em conflitos até então registrada. [...] Todas as dúvidas que ainda persistiam sobre a durabilidade e a efetividade desse meio aéreo foram descartadas. Dezenas de unidades de aviação e várias centenas de helicópteros foram empregados em **missões de ataque, assalto aéreo, reconhecimento, transporte, busca e salvamento e observação** (BAGANHA, 2003, p. 110. Grifos próprios).

Outro princípio elencado pela Doutrina Delta é a busca do desequilíbrio no poder de combate, definido pela obtenção de um “um poder relativo de combate em proporções superiores a 5 para 1, (respeitada a capacidade da via de acesso)” (BRASIL, 1996, p. 2-5). Em relato do General Roberto Jugurtha Câmara Senna⁴¹ na entrevista realizada para esta tese:

[Anteriormente] O ataque era planejado numa proporção de 3 x 1 para o atacante e para defendermos era 1x3, logo essa proporção caracteriza um equilíbrio de poder de combate e, conseqüentemente grandes perdas para ambos os lados. A Delta buscou corrigir isso planejando seus ataques com proporções de 6, 8, ou 10x1. Como? O poder relativo de combate de 3x1 se realizado sobre o **flanco** do inimigo **passa a ter o valor de 6x1** e se realizado a **retaguarda**, buscando o cerco do inimigo, passa a ser de **8 a 10 x 1**. [Além disso, há a] Utilização de blindados para realizarem ataques velozes e contínuos, associados ao emprego de mísseis antitanques de longo alcance (+ 10 km) para destruir os blindados inimigos lá na retaguarda e fora do alcance dos seus canhões (2 a 3 km) (CÂMARA SENNA, 2020. Grifos próprios).

No contexto de uma postura político-estratégica defensiva, a Doutrina Delta prevê a execução de operações contra desembarque anfíbio em duas hipóteses: “(1) impedir que as forças de desembarque (F Dbq) inimigas atinjam a praia; ou (2) caso se concretize uma cabeça-de-praia, destruir a F Dbq e restabelecer a integridade do território nacional” (BRASIL, 1996, p. 4-3). Novamente, conta com a utilização da artilharia de longo alcance e dos blindados para destruir os meios anfíbios de desembarque (BRASIL, 1996). A artilharia teria como objetivo principal atacar os sistemas de Comando e Controle (C2) e logísticos, e realizar a saturação de área privilegiando

⁴¹ 3º Subchefe do EME entre março de 1995 e fevereiro de 1998, o General Câmara Senna liderou a formulação da Doutrina Delta.

“os princípios da massa e da centralização” (BRASIL, 1996, p. 4-2). Além disso, “As Forças Naval e Aérea atuarão prioritariamente na neutralização dos meios de apoio de fogo naval e aéreo inimigos” (BRASIL, 1996, p. 4-3).

Em operações ofensivas, a conquista de cabeças-de-ponte de forma rápida ocorreria a partir de três eixos, seguidos pela engenharia:

- (1) mediante o emprego da Brigada de Infantaria Pára-quedista (Bda Inf Pqdt), se possível dentro do alcance da artilharia de longo alcance, para bloquear as vias de acesso que incidem sobre a C Pnt;
- (2) pelo emprego da Bda Inf L Amv, conduzida em vagas sucessivas para a outra margem, para conquistar objetivos importantes nessa C Pnt; e
- (3) pela ocupação dos demais objetivos na C Pnt por tropas de infantaria em botes ou em veículos blindados (BRASIL, 1996, p. 4-4).

Devido ao pressuposto da utilização da terceira dimensão do campo de batalha, a Defesa Antiaérea seria desenvolvida no âmbito do Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA), “em áreas onde todo o espaço aéreo é precisamente controlado pelos radares do Sistema Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (SINDACTA)” (BRASIL, 1996, p. 4-4). O sistema permitiria, à artilharia antiaérea, “receber, de imediato, as informações sobre os vetores inimigos identificados e reagir de modo coordenado com as demais armas de defesa aérea” (BRASIL, 1996, p. 4-4).

2.3.1 As consequências da Doutrina Delta para os manuais de campanha da Força Terrestre

Após a publicação da Doutrina Delta, o EME passou a atualizar os manuais⁴² de campanha da Cavalaria, da Aviação do Exército, da Artilharia e da Infantaria. Em análise preliminar, percebe-se que tal modificação afetou de forma mais central a Cavalaria e Aviação do Exército, enquanto os manuais atualizados das outras armas referem-se a escalões menores, como Grupos e Baterias de Artilharia, e Batalhões de Infantaria.

⁴² A referência explícita à nova Doutrina pode ser identificada nos seguintes documentos: C 100-5 Operações (1997), C 6-20 Grupo de Artilharia de Campanha (1998), IP 31-10 Operações contra Desembarque Anfíbio (1998), C 2-1 Emprego da Cavalaria (1999), C 6-16 Bateria de Lançadores Múltiplos de Foguetes (1999), C 2-30 Brigada de Cavalaria Mecanizada (2000), IP 1-1 – Emprego da Aviação do Exército (2000), IP 90-1 – Operações Aeromóveis (2000), C 17-20 – Forças-Tarefas Blindadas (2002), C 7-20 – Batalhões de Infantaria (2003), IP 1-30 – Brigada de Aviação do Exército (2003) e IP 1-20 – Esquadrão de Aviação do Exército (2003).

No âmbito da Cavalaria, seu Manual de Emprego (C 2-1) refere-se aos avanços doutrinários oriundos das “experiências de combate obtidas nos conflitos Árabe-Israelenses, no Vietnã e no Golfo Pérsico”, ressaltando os princípios da Doutrina Delta como maior mobilidade das forças, rapidez das operações, sincronização das ações, combate continuado e frentes não-lineares (BRASIL, 1999, p. 1-2). O documento dedica uma subseção à Doutrina Delta, especificando suas características:

A Doutrina Delta é uma nova concepção doutrinária do Exército Brasileiro, orientada para a guerra limitada, do tipo convencional, ao nível da estratégia operacional, em área operacional do continente (excluída a área estratégica Amazônica) e no âmbito da defesa externa (BRASIL, 1999, p. 1-4).

No manual referente à Brigada de Cavalaria Mecanizada (C 2-30) também há a referência aos princípios da nova doutrina:

A doutrina de emprego da cavalaria mecanizada, em particular, está condicionada por três conceitos doutrinários fundamentais: o “COMBATE MODERNO”, a “DOUTRINA DELTA” e a “GUERRA DE MOVIMENTO”. Esses conceitos irão repercutir sobre três vertentes da doutrina de emprego da Arma: o “COMO COMBATER”, o “COM QUEM COMBATER” e o “COM O QUE COMBATER” e estão descritos no capítulo 1 do C 2-1 - EMPREGO DA CAVALARIA (BRASIL, 2000, p. 1-2).

O documento referente às Forças-Tarefas Blindadas – baseadas no Batalhão de Infantaria Blindado (orgânico das Brigadas de Infantaria Blindada), no Regimento de Carros de Combate (subordinado à Brigada de Cavalaria Blindada) e no Regimento de Cavalaria Blindado (orgânico das Brigadas de Cavalaria Mecanizada) – é o que abarca o maior número de princípios da Doutrina Delta: combate ofensivo, ação simultânea em toda profundidade do campo de batalha, combate não-linear, isolamento do campo de batalha, priorização das manobras de flanco, máximo poder relativo de combate, combate continuado, iniciativa, rapidez, flexibilidade, sincronização, objetivo, ofensiva, manobra, massa, surpresa, unidade de comando e decisão da campanha no mais curto prazo (BRASIL, 2002).

A Aviação do Exército é englobada por quatro manuais publicados: IP 1-1 Emprego da Aviação do Exército (2000), IP 90-1 Operações Aeromóveis (2000), IP 1-30 – Brigada de Aviação do Exército (2003) e IP 1-20 – Esquadrão de Aviação do Exército (2003). Nesses manuais, tanto a Doutrina Delta quanto a Doutrina Gama (Amazônia) são tomadas como referência, demonstrando

o papel da aviação nos dois teatros de operações. O princípio da surpresa é ressaltado, aplicado principalmente por meio de técnicas como “[...] o voo desenfado, as operações noturnas, a rigorosa disciplina de utilização do espectro eletromagnético e o criterioso estudo do inimigo” (BRASIL, 2003, p. 4-1).

A Artilharia também atualizou seus documentos doutrinários no pós-Doutrina Delta ao nível⁴³ de Grupos (C 6-20) e Baterias (C 6-16). Os Grupos de Artilharia de Campanha (GAC) são unidades táticas e logísticas autossuficientes, e seu manual (C 6-20) busca “adequar o emprego do GAC à atual concepção da doutrina militar terrestre, que valoriza o combate continuado, com ação simultânea em toda a profundidade do campo de batalha” (BRASIL, 1998, p. 1-1). Em seu primeiro capítulo, o documento relaciona o papel da artilharia aos seguintes princípios da Doutrina Delta: frequente mudança de posição, rapidez de cadência de tiro e busca de alvos em profundidade (BRASIL, 1998).

Referente às Baterias de Lançadores Múltiplos de Foguetes, o Manual de Campanha C 6-16 afirma que:

A Bia LMF, como um dos principais meios de apoio de fogo da divisão de exército (DE), proporciona ao comando, volume e potência de fogo, nos momentos e locais necessários à manobra e deve ostentar as características definidas nas IP 100-1 - BASES PARA A MODERNIZAÇÃO DA DOCTRINA DE EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE (DOCTRINA DELTA) (BRASIL, 1999, p. 1-1).

Seu principal sistema na época, o Astros II, “foi testado em combate no Golfo Pérsico, sendo reconhecido como um dos mais eficientes sistemas táticos de lançadores múltiplos de foguetes em uso no mundo”, além de possuir “mobilidade em qualquer terreno e facilidade de operação e manutenção” (BRASIL, 1999, p. 1-4). Contudo, o manual reconhece suas limitações, principalmente em relação à “necessidade de sucessivas mudanças de posição” e a “vulnerabilidade à ação aérea do inimigo, particularmente durante as entradas e saídas de posição e nos deslocamentos” (BRASIL, 1999, p. 1-5).

Por fim, a arma de Infantaria teria somente um manual atualizado durante a vigência da Doutrina Delta: o C 7-20 Batalhões de Infantaria (2003). Trata-se de uma unidade básica, podendo

⁴³ O manual referente à Artilharia da Divisão do Exército (C 6-21, de 1994) seria atualizado somente em 2019 (Manual de Campanha C 6-21 – Artilharia de Campanha nas Operações), seis anos após a revogação da Doutrina Delta.

operar “isoladamente, enquadrado em uma Brigada (Bda) ou diretamente subordinado à Divisão de Exército (DE) ou Exército de Campanha (Ex Cmp)” (BRASIL, 2003, p. 1-2). Suas formas de emprego prioritárias referem-se aos princípios da Doutrina Delta, principalmente “possibilitando ações de flanco por outras forças” e “[...] [realizando] o Assalto Aeroterrestre, visando isolar o campo de batalha, interditando o deslocamento de tropas inimigas” (BRASIL, 2003, p. 1-3).

2.3.2 As limitações para a adoção da Doutrina Delta e sua revogação (2014)

De fato, a descrição realizada no subcapítulo anterior mostra que somente a Cavalaria absorveu os princípios da nova doutrina quase em sua totalidade, enquanto as demais armas efetuaram uma incorporação seletiva de suas premissas e prescrições. Uma das causas para isso pode ser encontrada no capítulo 5 da própria Doutrina Delta, que estabelece as unidades blindadas como as principais responsáveis por sua adoção: a Infantaria Blindada, a Cavalaria Blindada, a Infantaria Leve (Aeromóvel), a Cavalaria Mecanizada, a Infantaria Paraquedista, as Forças Especiais e Comandos (BRASIL, 1996). A infantaria a pé também é citada, mas somente como a força capaz de, a partir de um ataque frontal, permitir a ação das demais.

Além disso, o Exército Brasileiro carecia de meios para adotar os pressupostos da Doutrina Delta. No âmbito tecnológico, segundo Oliveira (2006, p. 62), os meios técnicos e materiais para a implementação da nova doutrina eram escassos, e as prioridades de investimento⁴⁴ previstas pelo SIPLEx 3, Política Militar Terrestre, “(...) pouco consideram a Doutrina Delta, que teoricamente deveria orientá-las”:

São esquecidos sistemas ofensivos como os CC [Carros de Combate], as VBR [Viaturas Blindadas de Reconhecimento] e os helicópteros de reconhecimento, ataque e emprego geral, e Art AP [Artilharia Autopropulsada], **sendo claramente beneficiados os defensivos como mísseis AC [Anticarro], armas AC, fuzis, lança granadas, óculos de visão noturna para combate a pé e morteiros** (OLIVEIRA, 2006, p. 63).

⁴⁴ “São elas: 1 – Viatura Blindada de Transporte de Pessoal – Média de Rodas (VBTP-MR); 2 – Sistema de Artilharia Antiaérea; 3 – Sistema de Comando e Controle Nível Bda e DE; 4 – Integração das Bases de Dados; 5 – Sistema de Pagamento de Pessoal do Exército; 6 – Fuzil 5,56 mm com luneta para tiro noturno, mira laser, mira de visada rápida diurna e lança-granadas acoplável de 40 mm; 7 – Arma Leve Anticarro, com simulador; 8 – Morteiro médio e munições; 9 – Óculos de visão noturna binocular e monocular; 10 – Morteiro Pesado de 120mm e munições; 11 – Míssil anticarro; 12 – Sistema Tático de Guerra Eletrônica; e 13 – Veículo Aéreo Não Tripulado” (OLIVEIRA, 2006, p. 62-63).

Tavares (1999) também avaliou que o principal obstáculo para a execução da Doutrina Delta era a carência de meios:

Ciente da realidade nacional, entende-se que as mudanças propostas não poderão ser implementadas a curto prazo. No entanto, deve-se introduzir o mínimo delas para que se possa assimilar a nova doutrina e, no caso de uma mobilização nacional, a tropa estará em sintonia com o combate moderno (TAVARES, 1999, p. 43).

Avellar (1999), ao analisar a Doutrina Delta, aponta como uma de suas fragilidades a utilização de helicópteros prioritariamente como meios de deslocamento de tropas e atuando dentro do alcance da Artilharia – que, segundo o autor, não ultrapassava 40km de alcance –, o que limitaria consideravelmente o assalto aeromóvel. Santos (2008) também alerta para as deficiências de meios materiais para a conquista e manutenção da superioridade aérea, que, como preconiza a Doutrina Delta, não é de responsabilidade exclusiva da Força Aérea. A ausência de uma doutrina de operações conjuntas ou do conceito de unidade de comando ampliava a necessidade da constituição de Grupos de Artilharia Antiaérea de Média Altura, que tiveram papel ativo, por exemplo, na Guerra do Yom Kippur (1973) e na Guerra do Iraque (1991) (SANTOS, 2008).

No plano político e estratégico, os pressupostos e objetivos da Doutrina Delta contrastavam com as prioridades brasileiras, expressas, a partir de 1999, nos documentos publicados pelo recém-criado Ministério da Defesa. Em 2002, a atualização do SIPLEX abandonou a utilização de Hipóteses de Guerra, adotando as Hipóteses de Emprego (HE), o que, mesmo com a vigência das Doutrinas Alfa, Gama e Delta, já indicava uma mudança de postura no planejamento estratégico. Em 2005, a publicação da Política de Defesa Nacional (PDN, aprovada pelo Decreto nº 5.484) também indicava que o pressuposto estratégico da Doutrina Delta estava em dissonância com as prioridades do país, apesar de concordar em relação à necessidade de modernização tecnológica. Por exemplo, enquanto a Doutrina Delta preparava o Exército para a guerra convencional no continente, a PDN previa a “integração regional da indústria de defesa”, o que seria reforçado pela Estratégia Nacional de Defesa, publicada três anos depois (BRASIL, 2005).

Em 2007, foi publicada a segunda edição da Doutrina Militar de Defesa (DMD) (a primeira versão fora aprovada em 2001). Em seu artigo 2.3.4.4, a DMD define as principais características do Poder Militar Terrestre de forma oposta aos princípios da Doutrina Delta. Pode-se dizer que, enquanto a Doutrina Delta remonta aos princípios de Jomini (ação ofensiva e concentração de

forças no ponto decisivo), a DMD de 2007 ressalta aspectos como o controle de território e a capacidade de sustentar guerras prolongadas (BRASIL, 2007).

De forma análoga à PDN, a Estratégia Nacional de Defesa (END, Decreto 6703/2008) também assumia como improvável uma conflagração no âmbito sul-americano, propugnando a preparação militar baseada em capacidades, a integração das bases industriais de defesa dos países da região e a busca por tecnologias de uso dual, civil e militar (BRASIL, 2008b). A 18ª diretriz da END especificava a integração da América do Sul, sob os auspícios da UNASUL, como um de seus objetivos.

Em 2011, a Doutrina Militar Conjunta (DMC) consolidou os quatro níveis do ciclo da Sistemática de Planejamento de Emprego Conjunto das Forças Armadas (SisPECFA): político, estratégico, operacional e tático. Se, por um lado, a DMC manteve alguns princípios da doutrina delta no nível operacional, no âmbito estratégico, a tendência era contrária: a “Diretriz Geral do Comandante do Exército 2011-2014” reforçou a necessidade de reformulação doutrinária e de manutenção das seguintes prioridades estratégicas: missões de garantia da Lei e da Ordem (GLO) e a defesa da Amazônia (BRASIL, 2011).

Em 2012 ocorreu a Reunião de Coordenação de Objetivos Doutrinários (RCOD), com apresentações no âmbito do Estado-Maior do Exército (EME). A apresentação que realiza um diagnóstico acerca das tendências globais das operações militares aponta para características diametralmente opostas à Doutrina Delta:

- **Ausência e batalhas decisivas;**
- Incapacidade do vetor militar concluir o conflito;
- Objetivo estratégico é conquistar a vontade do povo;
- Quebra da dinâmica: paz-conflito-guerra-resolução. Nova dinâmica: **Confronto prolongado - Conflitos pontuais;**
- Novas missões: operações de paz, ações humanitárias e controle de contingentes populacionais ou de recursos escassos (EME, 2012, p. 14. Grifos próprios).

No plano operacional também foi realizado um diagnóstico oposto aos princípios da Doutrina Delta:

- **Proporcionalidade** na resposta militar e no emprego da força;
- **Diminuição do emprego da massa de blindados;**
- Letalidade inteligente ou seletiva das armas e os efeitos colaterais;
- Modularidade do emprego das estruturas militares;
- Emprego de veículos não tripulados;
- Guerra Cibernética (BRASIL, 2012, p. 17. Grifos nossos)

O resultado desse processo foi a publicação das Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre (Portaria nº 197-EME, de 2013), que consolidou dois conceitos centrais: as operações no amplo espectro e o planejamento baseado em capacidades. Outra consequência direta foi a aprovação do Manual de Fundamentos EB20-MF-10.102 Doutrina Militar Terrestre, em 2014, que revogou oficialmente as Instruções Provisórias IP 100-1 “Bases para a Modernização da Doutrina de Emprego da Força Terrestre (Doutrina Delta)”.

2.4 A APLICAÇÃO DO RASTREAMENTO DE PROCESSOS AO ESTUDO DE CASO

Após a exposição do debate teórico e do núcleo das duas abordagens que serão utilizadas neste trabalho, podemos iniciar o rastreamento de processos (capítulos 3 e 4). O objetivo estabelecido pela metodologia é capturar evidências nos níveis de análise sistêmico e organizacional (Quadro 1, na subseção 1.4) capazes de configurar processos causais relativos à formulação da doutrina militar do Exército Brasileiro. A Doutrina Delta, neste contexto, é o “fato novo” que pode avaliar a capacidade explicativa das duas abordagens, inclusive alertando para a necessidade da adoção de outras perspectivas analíticas e explicativas.

As hipóteses descritas no Quadro 2 (subseção 1.5) refletem conjuntos distintos de processos causais que poderão ser observados durante a pesquisa. Deste modo, os capítulos 3 (a evolução da doutrina militar terrestre brasileira no século XX) e 4 (análise do contexto estratégico dos anos 1990 e a formulação da Doutrina Delta) buscam identificar como as duas variáveis – contexto político-estratégico internacional e dinâmica organizacional interna – impactaram a formulação doutrinária do Exército Brasileiro. Por fim, o capítulo 5 realiza um balanço teórico-explicativo em relação ao estudo de caso, buscando deprender lições para futuros trabalhos acadêmicos.

3 A EVOLUÇÃO DA DOCTRINA MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO SÉCULO XX: INFLUÊNCIAS EXTERNAS E MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS INTERNAS

Esse capítulo tem como objetivo descrever e analisar a evolução da doutrina militar do Exército Brasileiro no século XX. O período pode ser dividido em quatro fases (i) a Missão Militar Francesa (1920-1940) e a consolidação do modelo de “nação em armas”, (ii) o pós-Segunda Guerra Mundial e a absorção parcial da doutrina estadunidense (1945-1960), (iii) a busca de modelos doutrinários nacionais e a modernização das décadas de 1960 e 1970, e, por fim, (iv) os impactos da Guerra das Malvinas na preparação militar terrestre (1982-1991).

Em termos teóricos, procura avaliar o peso explicativo das variáveis das duas abordagens explicativas para o surgimento da Doutrina Delta (realista e organizacional). Deste modo, visa responder à seguinte pergunta: quais aspectos organizacionais e de equilíbrio de poder influenciaram as mudanças e continuidades doutrinárias do Exército Brasileiro no século XX?

3.1 DA PRIMEIRA REPÚBLICA AO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: A CENTRALIDADE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO NA FORMULAÇÃO DA DOCTRINA MILITAR TERRESTRE

O órgão responsável pela estruturação da força terrestre, a partir da Primeira República, seria o Estado-Maior do Exército (EME)⁴⁵, criado em 1896 (Lei 403, de 24 de outubro) e subordinado ao Ministério da Guerra. Segundo seu primeiro regulamento (1899), a formatação da doutrina militar terrestre ficou distribuída entre a 1ª Seção e a 2ª Seção do EME. A 1ª Seção era responsável pela realização de estudos estatísticos e históricos dos exércitos nacionais e estrangeiros⁴⁶, da organização de paz e de guerra, da tática e da estratégia, das missões militares e do serviço de estado-maior (PAIXÃO JR, 2013; BANHA, 1984). À 2ª Seção “competia os estudos

⁴⁵ O EME tinha como objetivos: [...] preparar o exército para defesa da pátria no exterior e manutenção das leis interiores (...)[,] a organização do Exército e das operações militares, a definição do plano geral da defesa da nação, a formação dos quadros de pessoal e a estruturação do plano geral de mobilização, concentração, transporte, instrução e disciplina da tropa (BRASIL, 1899 apud BELLINTANI, 2009, p. 197).

⁴⁶ As fontes da doutrina provinham frequentemente de países estrangeiros que obtiveram sucesso em guerras recentes (SVARTMAN, 2016). Na América do Sul, o Peru recorreu à França, enquanto Chile e Argentina receberam missões alemãs (SVARTMAN, 2016). O Exército Brasileiro, em um primeiro momento, estreitou relações com a Alemanha, buscando referências tanto organizacionais quanto tecnológicas. Em 1912, o Brasil tinha adidos militares em dois países: Alemanha e França (BANHA, 1984).

dos prováveis teatros de operações, dos meios de defesa do País, da organização dos planos de campanha, da Mobilização e da Concentração e dos serviços de retaguarda” (BANHA, 1984, p. 37).

As experiências negativas na Revolução Federalista (1893-1895) e na Guerra de Canudos (1896-1897) comprovaram a falta de preparo da força terrestre, diagnosticada⁴⁷ pelo Marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet⁴⁸, Ministro da Guerra entre 1898 e 1902 (BELLINTANI, 2009). Além disso, a modernização militar na Argentina seria uma das motivações para a busca brasileira de ampliar suas capacidades convencionais:

[...] Tasso [Fragoso] achava que, em razão da imensidão do Brasil, a Argentina se limitaria a tentar destruir a Marinha e invadir o Rio Grande do Sul a fim de atrair o Exército para uma batalha decisiva. Não podendo deslocar-se por mar, os brasileiros seriam forçados a depender da ferrovia de bitola estreita que ligava São Paulo e Curitiba a Porto Alegre e Santa Maria, uma ferrovia que, para Tasso Fragoso, lembrava a transiberiana na Guerra Russo-Japonesa. [...] Os brasileiros teriam de limitar-se a defender a linha férrea até reunir forças suficientes para contra-atacar. Essas ideias tomaram-se o cume dos numerosos relatórios do Estado-Maior nos anos seguintes (MCCANN, 2009, p. 328).

No âmbito organizacional, as reformas realizadas pelo governo de Hermes da Fonseca a partir de 1908 tiveram como principal medida a criação⁴⁹ de cinco brigadas estratégicas, Grandes Unidades⁵⁰ formadas por três regimentos de infantaria (modelo ternário⁵¹), cada uma com três batalhões, de dois a três batalhões de caçadores (infantaria ligeira), três grupos de artilharia montada, um grupo de obuses, um regimento de cavalaria e um batalhão de engenharia (RODRIGUES, 2020, p. 54). A ideia da reforma de 1908 era constituir uma pequena força profissional capaz de treinar as reservas para o caso de necessidade de mobilização nacional, adaptando o modelo franco-prussiano de “nação em armas” (MCCANN, 1984). Também foram

⁴⁷ Seu principal diagnóstico dizia respeito à carência de instrução teórica e treinamento prático do Exército Brasileiro para a guerra moderna, marcada pelo aumento do poder destrutivo dos armamentos e pela importância da disciplina e da instrução (MCCANN, 2009).

⁴⁸ Filho de Emílio Mallet, que, junto ao General Osório, destacou-se como chefe artilheiro na batalha de Tuiuti (MAGALHÃES, 1998).

⁴⁹ Decretos nº 7.054 e nº 6.971, de 1908.

⁵⁰ É importante notar que, “até então, o Brasil não possuía grandes unidades organizadas em tempos de paz” (SANTOS, 1998, p. 347).

⁵¹ Mallet, que falecera em 1907, já propugnava um modelo ternário para a organização das armas e serviços de combate “três pelotões por companhia, três companhias por batalhão, três batalhões por regimento, três regimentos por brigada e três brigadas por divisão” (MCCANN, 2009, p. 109). Essa disposição permitiria “uma unidade na frente, outra no flanco e uma na reserva” (MCCANN, 2009, p. 109).

criadas três brigadas de cavalaria, formadas por três regimentos – cada um com quatro esquadrões –, um grupo de artilharia a cavalo – com três baterias de quatro peças de artilharia – e uma coluna de munição (BRASIL, 1908). Outras iniciativas podem ser destacadas, como a criação do Tiro Nacional (posteriormente denominado Tiro de Guerra) e a criação de campos de instrução e de manobras (SANTOS, 1998).

3.2.1 A Primeira Guerra Mundial e a Missão Militar Francesa no Brasil

O advento da Primeira Guerra Mundial teria grande impacto nos rumos da preparação militar do Exército Brasileiro tanto no âmbito doutrinário quanto organizacional. Já em 1915, o Decreto nº 14.497 remodelou as Forças Armadas brasileiras criando as sete regiões militares e transformando as brigadas estratégicas em divisões de exército (BASTOS, 2011; PEDROSA, 2018). Um dos principais líderes das reformas militares de 1915 foi o General José Caetano de Faria, chefe de Estado-Maior do Exército entre 1910 e 1914 e ministro da Guerra entre 1914 e 1918, auxiliado pelo tenente Estevão Leitão de Carvalho, um dos fundadores da revista “A Defesa Nacional” (MCCANN, 2009). Uma das propostas de Faria, quando chefe do Estado-Maior, foi a manutenção, em tempos de paz, de “divisões ampliáveis capazes de pôr-se em prontidão de combate mediante o acréscimo de reservistas ou recrutas individuais”, tomando como base a guerra russo-japonesa⁵² de 1905 (MCCANN, 2009, p. 225). O pensamento estratégico do General foi resumido por Mccann (2009) em quatro pontos:

(1) o inimigo provável viria por terra e não por mar, ou seja, seria sul-americano e não europeu ou norte-americano, (2) as batalhas iniciais ficariam a cargo das tropas de primeira linha, (3) a reação brasileira seria de ofensiva, levando a guerra para o território inimigo e (4) para salvaguardar áreas de retaguarda, era preciso que o serviço militar obrigatório produzisse uma força de reserva numerosa e preparada (MCCANN, 2009, p. 226).

Em outubro de 1917, o afundamento de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães, seguido da entrada do país na guerra mundial, foi o pretexto necessário para o rápido aumento das Forças Armadas, que chegariam a mais de 52 mil (MCCANN, 2009). A Guarda

⁵² Em 1910, “o General Caetano de Faria, impressionado com a maneira pela qual os japoneses haviam mobilizado suas Divisões no conflito com a Rússia, empenhou o Estado-Maior em estudos para adoção de solução parecida no Exército” (BANHA, 1984, p. 45).

Nacional foi incorporada ao Ministério da Guerra como Exército de 2ª Linha (não permanente), responsável por desempenhar missões de presença e guarnição de localidades estratégicas como pontos fortificados, retaguarda ou outras missões secundárias (MAGALHÃES, 1998). Outra consequência foi o fortalecimento da necessidade de produção nacional de armamentos, principalmente com a possibilidade de uma guerra na América do Sul, atentando para os avanços industriais da Argentina (MCCANN, 2009).

A derrota da Alemanha, somada à habilidade da diplomacia da França e as relações do seu Exército com as forças de segurança de São Paulo, resultou na contratação da Missão Militar Francesa, que permaneceria no Brasil entre 1920 e 1940 (MCCANN, 2009). O teor do contrato indicava que as pretensões francesas residiam principalmente na área comercial⁵³, no contexto da disputa de esferas de influência com a Alemanha, cuja missão militar já havia sido contratada pela Argentina (SVARTMAN, 2016).

Em termos estratégico-operacionais, a referência para as reformas foi a Doutrina Militar francesa do pós-Primeira Guerra Mundial⁵⁴, marcada pelas “fortificações estáticas e de grande porte para a defesa e grandes divisões de infantaria como elementos básicos das manobras ofensivas” (MCCANN, 2009, p. 272). Segundo Banha (1987), a ideia inicial da Missão Militar Francesa era adaptar, no Brasil, a “[...] manobra em retirada, de abandonar trechos de fronteira e buscar posições mais seguras no interior do Rio Grande do Sul” (BANHA, 1987, p. 239). Segundo o chefe do EME entre 1915 e 1921, Marechal Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro, enquanto o Plano de Defesa “excluía por completo a ideia de ofensiva”, o Plano de Operações, apesar de ser calcado em ideias defensivas, não deveria excluir a ofensiva, “isto é, defensivo-ofensivo” (RIBEIRO, 1917 *apud* BANHA, 1984, p. 34).

Estas diretrizes seriam aplicadas na perspectiva de uma guerra com a Argentina:

O Exército passa, então, a ser treinado para combater uma invasão argentina, e os regulamentos procuram organizar a ação defensiva em solo gaúcho. Os ensinamentos táticos realizados nas tropas são oriundos da Primeira Guerra Mundial, “transportados sem modificações importantes para uma guerra que se desenrolaria no Rio Grande” (BELLINTANI, 2009, p. 242).

⁵³ A compra dos primeiros carros de combate franceses Renault FT-17, alocados na Companhia de Carros de Assalto (criada em 1921), ocorreu antes mesmo da chegada da Missão Militar e foi motivada pelos estudos do Capitão José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque sobre a Primeira Guerra Mundial (BASTOS, 2001).

⁵⁴ A doutrina defensiva foi produto da experiência na Primeira Guerra Mundial, na qual perdera 1,4 milhão de pessoas, que levou a França a apostar na construção de posições fortificadas (Linha Maginot) e na formação de alianças principalmente com a Grã-Bretanha (POSEN, 1984).

Em 1921, “[...] as cinco divisões de exército passaram a ser chamadas ‘divisões de infantaria’, e as três brigadas de cavalaria foram ampliadas para se transformarem em ‘divisões de cavalaria’ (PEDROSA, 2018, p. 137). Segundo seu “Regulamento para a direção das Grandes Unidades”, a divisão de infantaria tinha o protagonismo nas operações, contendo, além dos três regimentos de infantaria, dois regimentos de artilharia e um batalhão de reconhecimento, o que reduzia sua mobilidade (SILVA, 2015). O General-de-Divisão Augusto Tasso Fragoso, chefe do EME entre novembro de 1922 e janeiro de 1929, era forte defensor da centralidade da divisão de infantaria em modelo ternário a fim de “torná-la o mais manobreira possível”, tomando como modelo a Guerra Russo-Japonesa e a Primeira Guerra Mundial:

Antes deste conflito [Primeira Guerra Mundial] pode-se dizer que predominava por toda a parte, inclusive na América do Sul, **a composição quaternária para a Infantaria das Divisões**. Por outro lado, **a guerra russo-japonesa** já havia tornado patente a **importância fundamental da Unidade – Divisão de Infantaria** – quer nas operações estratégicas, quer no domínio da batalha propriamente dita. [...] E mais ainda, que esta mesma circunstância exigia se lhe desse uma composição suscetível de **torná-la o mais manobreira possível**. [...] **Na França e na Alemanha dominavam as Divisões de quatro Regimentos de Infantaria**, mas a experiência colhida no terreno da prática obrigou a **redução da Infantaria a três Regimentos** e pôs em relevo o papel saliente das Divisões de Infantaria, que **se tornaram cada vez mais leves e manobráveis** (FRAGOSO, s/d *apud* BANHA, 1984, p. 69-70. Grifos próprios).

A Artilharia, a Cavalaria e a Aviação teriam suas funções voltadas para a proteção do progresso da infantaria (SILVA, 2015). No mesmo ano, foi criada a Companhia de Carros de Assalto – auxiliar à 1ª Divisão de Infantaria e composta pelos recém-adquiridos tanques franceses Renault FT-17 –, que seria renomeada em 1925 como Companhia de Carros de Combate (BASTOS, 2011; MAGALHÃES, 1998).

A Missão Militar também retomou os exercícios práticos⁵⁵ de mobilização de forças, assim como a utilização dos jogos de guerra, uma prática cultivada pelos oficiais que retornaram de estágio na Alemanha. Os novos ensinamentos seriam aplicados desde a formação básica dos militares, concentrada na Escola Militar do Realengo, até a formação de capitães na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EAO). Além disso, a doutrina francesa passaria também a ser

⁵⁵ Um exemplo ocorreu em outubro de 1921, quando foram realizadas manobras militares no Rio Grande do Sul simulando uma “invasão imaginária por uma coalizão liderada pela Argentina” (MCCANN, 2009, p. 328).

estudada na Escola de Estado-Maior (EEM), responsável pela formação de oficiais superiores (majores e tenentes-coronéis), e também por meio do envio de oficiais para realização de estágios no Exército Francês a partir de 1929 (SVARTMAN, 2006; 2016; MAGALHÃES, 1998).

Outra iniciativa oriunda das lições da Primeira Guerra Mundial e impulsionada pela Missão Militar Francesa⁵⁶ foi a criação da Escola de Aviação Militar (1919), dirigida e organizada por militares franceses, e o estabelecimento das primeiras unidades de aviação do Exército (MAGALHÃES, 1998; NETO, 2007). As 12 esquadrilhas dividiram-se em cinco de observação divisionária, três de caça, três de bombardeio e uma mista (MAGALHÃES, 1998). Na Escola de Aviação também foi iniciada a doutrina de artilharia antiaérea, primeiramente com o emprego de metralhadoras, seguido da constituição de baterias de canhões e companhias de projetores (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2016).

O fim deste ciclo de reformas pode ser demarcado pela a eclosão da Revolução de 1930, da guerra civil de 1932 e, no mesmo ano, pela extinção da Companhia de Carros de Assalto⁵⁷. Findado o conflito interno, estudos encomendados pelo então Chefe do EME, General de Divisão Francisco Ramos de Andrade Neves, concluíram que essa guerra demonstrou a evolução doutrinária e organizacional do Exército Brasileiro (PAIXÃO JR, 2013). Contudo, em relação à guerra convencional com outros estados, o diagnóstico realizado pelo EME era de que as Forças Armadas não estavam preparadas para enfrentar as ameaças à soberania do país, começando pela insuficiência de produção de munições, em grande parte importada de países como Estados Unidos, França, Holanda e Áustria (MCCANN, 2009). Segundo o General-de-Divisão Pedro Aurélio de Góes Monteiro, chefe do EME entre julho de 1937 e dezembro de 1943, era necessário, antes de se pensar em uma Doutrina de Guerra, estabelecer as finalidades políticas do Plano de Defesa, materializadas na Política Militar⁵⁸:

⁵⁶ Segundo Neto (2007), a maior parte do material adquirido para a Escola de Aviação era de origem francesa, incluindo 80 aeronaves Nieuport, 40 Bréguet e 20 Spad.

⁵⁷ Apesar do pioneirismo, os FT-17, além de não serem bem recebidos por oficiais mais antigos, as unidades entregues ao Capitão José Pessoa estavam mal conservadas (BASTOS, 2011). Segundo Bastos (2011) a criação da Companhia “foi uma ação isolada do Capitão José Pessoa, que acabou caindo no abandono e não teve continuidade” (BASTOS, 2011, p. 36). Os FT-17 seriam transferidos, em 1935, para a Seção de Carros de Combate no Batalhão de Guardas (1935).

⁵⁸ Góes Monteiro define a Política Militar como um “conjunto de medidas em tempo de paz aptas a influir no potencial representado pela organização normal dos efetivos das forças de *terra, mar e ar* e das suas reservas, a fim de acudir às necessidades da execução do Plano de Guerra, originado, como expressão da própria Doutrina de Guerra” (MONTEIRO, s/d *apud* BANHA, 1984, p. 82).

Se os elementos fundamentais do Plano de Defesa são inexistentes, ou não forem fornecidos dentro da oportunidade, os trabalhos em curso de elaboração atualmente no EME, sofrerão um mal de origem e perderão o sentido prático. **Como podemos falar em Doutrina de Guerra, se não temos uma concepção nítida da guerra e dos meios correspondentes para aplicar essa doutrina – da qual resultem a preparação e a aplicação dos meios, no caso de uma determinada guerra prevista e estudada?** (MONTEIRO, *s/d apud* BANHA, 1984, p. 82).

Além disso, o estreitamento das relações diplomáticas com os EUA durante a primeira metade do século XX não resultou nos ganhos industriais e de equipamento que o governo e as Forças Armadas brasileiras almejavam (SVARTMAN, 2008). Como consequência, Vargas passou a adotar uma política pendular entre EUA, Alemanha e Itália visando firmar parcerias externas capazes de viabilizar a modernização militar brasileira e equilibrar a competição estratégica com a Argentina, além de fomentar a industrialização do país (SVARTMAN, 2008).

3.2.2 A aproximação Brasil-EUA e a Doutrina Militar do Exército após a 2ª Guerra Mundial

Em 1943, após a reunião de Vargas e Roosevelt em Natal e a adesão do Brasil às Nações Unidas, seria delineado o formato da Força Expedicionária Brasileira para sua entrada na Segunda Guerra Mundial: três divisões e uma pequena unidade aérea (MOURA, 2012). Apesar dos impasses para a organização da Força, as reviravoltas políticas de 1943 ocorridas na Bolívia e na Argentina⁵⁹ convenceram as lideranças dos EUA acerca da importância do Brasil para sua influência na América do Sul, o que impulsionou a transferência de armamentos no âmbito do Lend Lease (MOURA, 2012). Além disso, foi iniciado um fluxo de militares brasileiro para a realização de cursos na Escola de Estado-Maior nos EUA (Fort Leavenworth, no Kansas), com o objetivo de “converter sua formação francesa calcada na guerra de trincheiras para a guerra de movimento e familiarizá-los com os fundamentos, equipamentos e armamentos empregados pelo exército daquele país” (SVARTMAN, 2006, p. 172).

A despeito da previsão de três divisões, as dificuldades de mobilização e treinamento levariam à formação de uma Divisão de Infantaria Expedicionária (1ªDIE) com três regimentos de infantaria e cinco grupos de artilharia, um formato que não era utilizado pelo Exército Brasileiro

⁵⁹ Segundo Moura (2012, p. 145), “O golpe de estado argentino de 26 de fevereiro de 1944 deixou o governo dos Estados Unidos profundamente alarmado. Isto gerou não só o reforço da política de transferência de armamento para o Brasil, como também tentativas de se opor à resultante ofensiva política anti-EUA da Argentina”.

até então⁶⁰. Um total de cinco escalões embarcaram para o teatro de operações europeu entre julho de 1944 e janeiro de 1945, sendo incorporados ao V Exército dos EUA (DONATO, 1996).

As batalhas travadas pela FEB apresentaram, em grande parte, a aplicação do modelo doutrinário francês: ataques frontais liderados pela infantaria com o apoio ocasional de blindados e com a precedência da artilharia (SILVA, 2015). Contudo, na quarta investida de Monte Castelo, em 21 de fevereiro de 1945, a operação passou a priorizar o “desbordamento das posições inimigas, ao invés de um ataque frontal; múltiplas direções de ataque, que obrigaram o inimigo a dividir seus efetivos em vários setores” (SILVA, 2015). Segundo o autor, “A partir de Monte Castelo, todos os ataques da FEB irão ser realizados dessa forma”, tendo como base os manuais de campanha (*Field Manuals*) estadunidenses (SILVA, 2015, p. 171).

Segundo Moura (2012), a principal conquista da FEB foi viabilizar a mudança de status das Forças Armadas do Brasil no âmbito da América do Sul:

Antes da guerra, o exército brasileiro tinha um contingente de cerca de 80.000 homens; ao final de 1944, já eram 200.000, divididos em oito divisões de infantaria, três de cavalaria, uma brigada mista, artilharia costeira, batalhões de engenharia e guardas de fronteira. A marinha também crescera com a aquisição de novas embarcações e um contingente 20% maior entre 1942 e 1943. A força aérea tinha cerca de 500 aeronaves, pequena para padrões europeus ou estadunidenses, mas indubitavelmente a maior da América do Sul (MOURA, 2012, p. 150).

Após a Segunda Guerra Mundial, Eurico Dutra providenciou a pronta desmobilização da Força Expedicionária Brasileira antes mesmo de seu retorno (SANTOS, 2004). Seguindo os pressupostos legados pela Missão Militar Francesa, o Exército haveria de recolher a experiência da campanha além-mar, principalmente por meio do recém-promovido ao posto de Coronel Humberto Castello Branco, que assumiu a Diretoria de Ensino da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército (ECEME). Segundo o chefe do EME entre dezembro de 1944 e fevereiro de 1946, General-de-Divisão Christóvão de Castro Barcellos, era necessário, com urgência, “o emprego pelo nosso Exército, do material americano, o que implicava na **adoção de sua organização e de sua doutrina**” (BARCELLOS, s/d *apud* BANHA, 1984, p. 117. Grifos próprios). Além disso, o general

⁶⁰ Em 1940, o modelo divisionário do Exército Brasileiro era uma adaptação do padrão francês, dando prioridade à infantaria e ao poder de fogo (SILVA, 2015). A divisão de infantaria continha quatro regimentos de infantaria, três regimentos de artilharia e um grupo de artilharia de montanha, um modelo quaternário (SILVA, 2015). Além disso, possuía um regimento de cavalaria, uma esquadrilha de observação e um batalhão de engenharia divisionária (SILVA, 2015).

ressaltava que a organização americana “era toda à base da motorização”, e que “A passagem da organização hipomóvel para a motorizada implicaria em uma série de providências indispensáveis que só poderiam ser levadas a efeito com o auxílio dos Estados Unidos” (BARCELLOS, s/d *apud* BANHA, 1984, p. 117).

Em 1947, o presidente Eurico Dutra, em discurso de encerramento dos exercícios anuais da 1ª Região Militar, referiu-se à rápida adaptação da FEB à doutrina estadunidense:

Não devemos esquecer que, anteriormente ao conflito mundial, regia-se o nosso Exército segundo os padrões vigentes na Europa. Fato novo reclamou uma transformação radical, realizada em pouco tempo graças à competência dos chefes militares, **adaptando-se as nossas Forças Armadas à organização de modelo americano — que servirá à segurança coletiva do Continente** (DUTRA, 1947, p. 185-186. Grifos próprios).

A absorção da doutrina militar estadunidense pelo Exército Brasileiro ocorreria, contudo, de forma parcial:

Essa transformação exigiu do EME muito trabalho, uma vez que estavam presentes, de um lado, a impregnação francesa que não podia desaparecer de uma hora para outra bem como os materiais antigos de procedência europeia e que equipam o Exército, de outro, a americana e os materiais modernos que chegavam (BANHA, 1984, p. 109).

Em relatório de 1945, o EME afirmava que a adoção da nova organização e doutrina esbarrava nas limitações de tecnologia (motorização) e infraestrutura (rodovias) das Forças Armadas brasileiras (SVARTMAN, 2008). Além disso, o debate doutrinário ocorrido durante a Segunda Guerra em revistas como *A Defesa Nacional* mostra que não havia consenso sobre a decadência da doutrina francesa e a superioridade da *Blitzkrieg* alemã, principalmente após suas derrotas na frente oriental (MORAIS, 2020). De fato, a doutrina francesa era constantemente retomada como referência pelos oficiais brasileiros, inclusive sendo percebida como precursora da doutrina militar estadunidense (SVARTMAN, 2014, p. 175-176). O chefe do EME entre outubro de 1946 e novembro de 1948, General-de-Divisão Milton de Freitas Almeida, afirmava que o Brasil contava “praticamente com dois exércitos, equipados com materiais de características diferentes, organizados de maneira diversa, reclamando onerosa duplicidade de suprimentos e até modalidades distintas de emprego” (ALMEIRA, s/d *apud* BANHA, 1984, p. 120).

Em 1946, o Decreto-Lei nº 9120 dividiu o território em quatro zonas militares, cujos respectivos comandantes (Generais de Divisão) tinham a incumbência de fiscalizar e coordenar as atividades das Regiões Militares referentes à preparação das Grandes Unidades⁶¹. O comandante também era responsável pela inspeção dos planos gerais (incluindo os de mobilização) estabelecidos pelo Estado-Maior do Exército (Figura 3 abaixo) e aprovados pelo Ministério da Guerra (Figura 4 abaixo) (BRASIL, 1946; MAGALHÃES, 1998).

Figura 3 - Organograma do EME em 1956

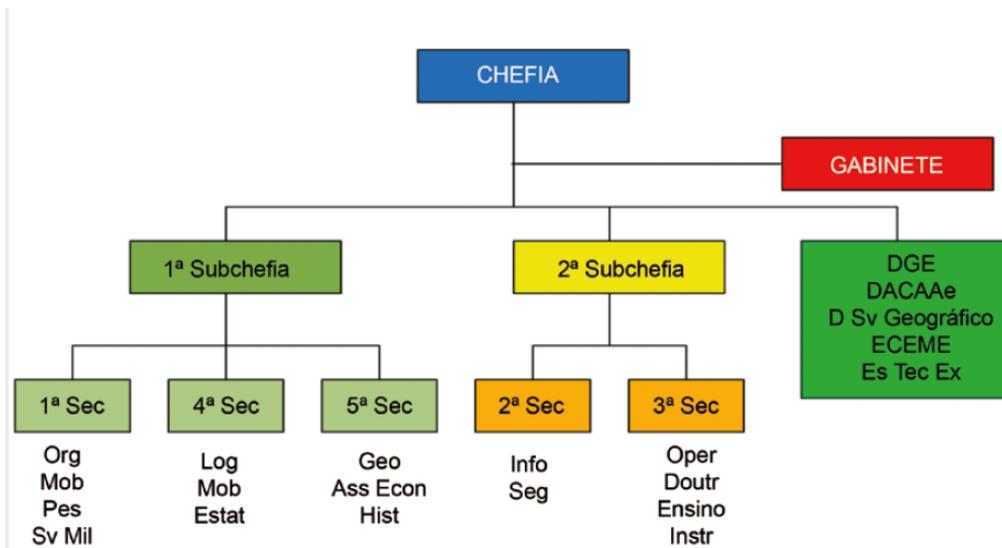
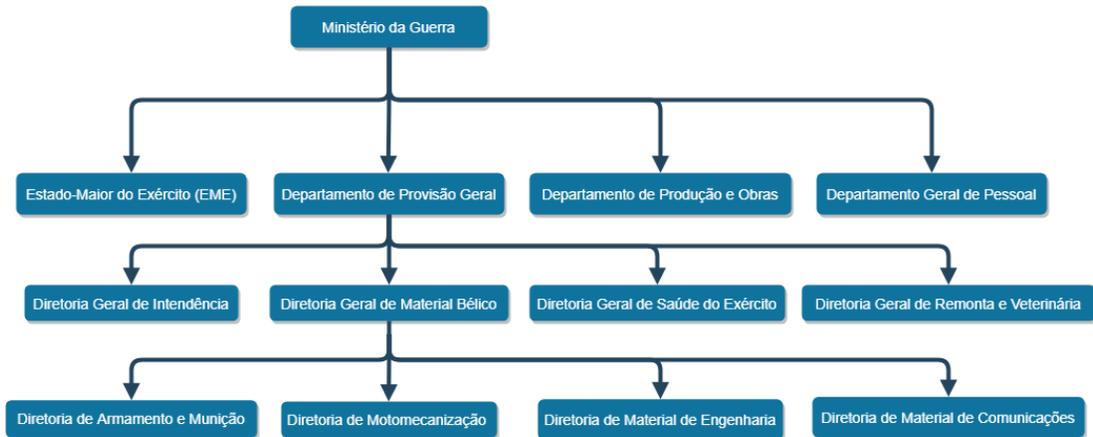


Figura 2: – Organograma do EME em 1956. Fonte: Adaptado de Brasil (1984)

Fonte: Paixão Jr, 2013, p. 11

⁶¹ Segundo o artigo 13 do Decreto-Lei, as Grandes Unidades em tempos de paz eram representadas pela Divisão de Infantaria, Divisão de Cavalaria, Divisão Blindada e Divisão Aero-terrestre, incluindo também Destacamento Misto e a Artilharia de Costa Regional (BRASIL, 1946). Em tempos de guerra, a organização poderia incluir os seguintes escalões: Exército, Corpo-de-Exército (intermediário entre o Exército e a Divisão), Divisão de Infantaria (unidade de combate e emprego combinado de armas) e Divisão de Cavalaria, com a função de busca, informações, exploração, segurança e aproveitamento de êxito (MAGALHÃES, 1998).

Figura 4 - Estrutura organizacional do Ministério da Guerra (1956)

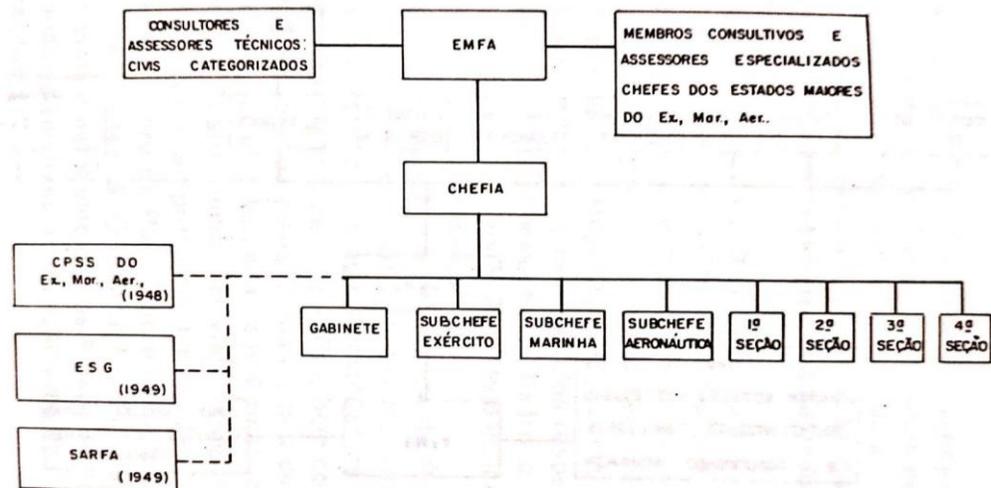
Fonte: Elaboração própria. Dados de Brasil (1956).

No mesmo ano, foi criado o Estado-Maior Geral (EMG) (Decreto-Lei nº 9.107 e Decreto-Lei nº 9.520), cujo objetivo era “preparar as decisões relativas à organização e emprego em conjunto das Forças Armadas e os planos correspondentes”, além de colaborar no “preparo da mobilização total da Nação para a Guerra” (BRASIL, 1946). Em 1948, o órgão – renomeado como Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) – tornou-se responsável pelo planejamento do emprego combinado⁶² das forças (BANHA, 1987). Sua estrutura organizacional (Figura 5 abaixo), contudo, mostra que, em relação ao planejamento estratégico e operacional de cada força, o EMFA tinha limites em suas prerrogativas. O regulamento aprovado em 1949 indicava, dentre seus encargos:

[...] estudare, por delegação do Presidente da República, **aprovar as Instruções baixadas pelos Estados-Maiores do Exército, da Armada e da Aeronáutica aos Comandantes das respectivas Forças** em cada Teatro de Operações, bem como os Planos de Operações elaborados pelos Comandantes desses Teatros ou as Instruções por eles baixadas aos Comandantes das Forças do respectivo Teatro. [...] **emitir parecer sobre os Planos apresentados pelos Ministérios Militares, referentes à Organização, Equipamento e Obras, tendo em vista o estabelecimento dos Planos Militares** (BANHA, 1987, p. 166. Grifos próprios)

⁶² O termo foi empregado para definir operações realizadas conjuntamente entre o Exército, a Marinha e a Aeronáutica.

Figura 5 - Organograma do EMFA em outubro de 1949



Fonte: BANHA, 1987, p. 168.

Em discursos proferidos em 1947, o então presidente Eurico Dutra afirmou que já estavam sendo realizadas modificações oriundas dos ensinamentos da Segunda Guerra, como a “criação do Estado-Maior Geral e a estruturação do Conselho de Segurança Nacional, aos quais incumbem agora a elaboração do sistema uno de defesa e a coordenação de esforços e objetivos do Exército, Marinha e Aeronáutica” (DUTRA, 1947, p. 44). Contudo, reconhecia que o Exército estava em processo de “remodelação”, e que havia “muito o que fazer” (DUTRA, 1947, p. 186). Exemplo disso era a grade curricular da Escola Militar da Praia Vermelha (renomeada em 1951 como Academia Militar das Agulhas Negras), que, em 1949, abarcava “apenas seis grandes temas táticos durante todo o ano, absolutamente clássicos: marchas, marcha para o combate, ataque, defensiva, movimentos retrógrados e operações diversas” (COSTA, 2004, p. 34).

É a partir de 1949 que, segundo Banha (1987), o EMFA, com a liderança da Escola Superior de Guerra (ESG), passou a estudar os problemas relacionados à constituição da “Doutrina Militar Brasileira”⁶³, assim como as “Bases dos Planos de Guerra” e seus “Planos Militares” (BANHA,

⁶³ Pode-se dizer que uma das principais iniciativas oriundas da busca por uma Doutrina Militar Brasileira unificada, além do acúmulo teórico e documental, foi a constituição das Zonas de Defesa (ZD), implantadas a partir de 1953 (Lei nº 1.956, de 26 de agosto). Cada ZD estaria sob jurisdição de um “Grande Comando Combinado” constituído por um Comandante (subordinado ao Presidente da República por intermédio do Chefe do EMFA), um Quartel-General, um Comando Naval, um Comando Terrestre e um Comando Aéreo (BANHA, 1987, p. 253). Contudo, a implantação das

1987, p. 234). A natureza das ações militares, segundo o Relatório Anual do EMFA de 1953, poderia ser de dois tipos coexistentes:

- emprego do potencial militar, com a finalidade de destruir as Forças Armadas do inimigo externo;
- salvaguarda do potencial de Guerra da Nação, inclusive a preservação da ordem interna, contra várias formas de agressão partidas de fora do território nacional ou de dentro dele (BANHA, 1987, p. 251).

Segundo discurso proferido na ESG por Castello Branco em 1957, enquanto correspondia ao EMFA estabelecer a Doutrina Militar, “[...] ao Estado-Maior de cada Força cabia elaborar a Doutrina destinada aos elementos que lhe são correspondentes” (CASTELLO BRANCO, 1957 *apud* BANHA, 1987, p. 135). No ano seguinte, um Grupo de Trabalho Interforças organizado no EMFA, conforme “[...] advogava a corrente liderada, na ESG, pelo General Castello Branco”, afirmava que já existia uma Doutrina Militar Brasileira “[...] mesmo sem estar substanciada em um documento único”, pois estava “[...] sedimentada através de experiências sucessivas em trabalhos com as forças singulares” (BANHA, 1987, p. 247).

Castello Branco foi um dos expoentes do alinhamento brasileiro ao sistema de segurança coletiva ocidental, atuando na Escola Superior de Guerra, no Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA) e no Departamento de Estudos (SANTOS, 2004, p. 33). Em 1960 e 1961, serviu como diretor de Ensino de Formação e como Diretor Geral de Ensino, então órgão máximo do ensino militar⁶⁴. Segundo De Paula (*apud* SANTOS, 2004), Castello Branco:

Foi um dos responsáveis pela transição da doutrina legada pela Missão Francesa para a doutrina norte-americana trazida pela FEB. Participaria também do trabalho de atualização e transformação dessa doutrina em uma brasileira para o emprego da tropa terrestre, a partir da qual se originaram todas as que se sucederam. É natural, portanto, que seu pensamento militar [...] se tornasse a espinha dorsal do pensamento militar brasileiro de sua época. **Esse pensamento guiou as gerações de oficiais do Exército que se formaram desde a década de 1950 até a de 1980** (DE PAULA *apud* SANTOS, 2004, p. 5-6. Grifos próprios).

Sua produção intelectual tinha como principais temas a estratégia e doutrina militar brasileira, segurança nacional e a guerra revolucionária. Em relação à doutrina militar, a principal

Zonas de Defesa sofreu limitações “face à organização das Forças Armadas e à incompreensão do papel a ser desempenhado por eles” (BANHA, 1987, p. 253). Como substitutos, foram implantados os Núcleos de Comando de Zona de Defesa (NCZD), subordinados ao EMFA e constituídos pelo Chefe do Núcleo e por Grupos Combinados de Informações, de Operações e de Logística (BANHA, 1987). Os NCZD seriam desativados em 25 de fevereiro de 1970, “por serem inexpressivos os resultados práticos obtidos com a sua implantação” (BANHA, 1987, p. 254).

⁶⁴ Não subordinado, naquela época, à ECEME.

referência era a experiência na FEB, na qual percebeu a necessidade de transitar do modelo doutrinário francês (majoritariamente defensivo) para as lições da doutrina dos EUA, baseada na ofensiva. Argumentava, inclusive, que o Brasil possui Forças Armadas com uma doutrina tradicionalmente ofensiva, deturpada no final do século XIX:

A nossa Marinha se fez na dura escola **prática da ofensiva** durante o Império. **O Exército de então não destoava dessa concepção** da guerra da Marinha, apesar de sempre descuidado na organização e na preparação. Nossas tropas terrestres se caracterizavam pelas reais **qualidades manobreadas** e pela capacidade de vencer consideráveis obstáculos do terreno. **A concepção da guerra era levar, o mais que possível, a luta em território inimigo.** A forma de guerra, além de comportar também **manobras napoleônicas**, tinha o choque como inevitável. A politização do Exército primeiro, a mentalidade dos oficiais positivistas no meio militar depois e, em seguida, a Revolução de 1893 mudaram o sentido dessa doutrina militar brasileira muito prática e trouxeram à estagnação nossas Forças Armadas (CASTELLO BRANCO, 1957 *apud* SANTOS, 2004, p. 182. Grifos próprios).

Contudo, se a adoção de um novo perfil doutrinário conjunto no âmbito do EMFA esbarrava em limitações práticas⁶⁵, as relações entre Brasil e Estados Unidos, no plano político⁶⁶, ampliaram-se de forma acelerada a partir do início da Guerra Fria. A consolidação da “parceria hemisférica”⁶⁷ foi simbolizada pelo Acordo de Assistência Militar Brasil – Estados Unidos, de 1952, que “[...] teria grande impacto no Exército Brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, seja em termos de equipamento como de doutrina” (PEDROSA, 2018, p. 98). Neste período, houve a publicação de uma série de manuais de campanha⁶⁸ baseados na doutrina norte-americana, cuja tradução havia sido iniciada desde a Segunda Guerra (PEDROSA, 2018).

⁶⁵ Dentre elas, estavam a ausência de uma estrutura burocrática dedicada à formulação doutrinária conjunta, cujos estudos concentravam-se no EMFA e na ESG, além das possibilidades de conflito entre as doutrinas de cada força.

⁶⁶ O chefe do EMG assumiria, conforme o Decreto nº 22.595-A (Reservado) aprovado em 1947, a presidência da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) (BANHA, 1987).

⁶⁷ A adesão brasileira ao projeto de segurança hemisférica dos EUA no continente americano consolidou-se na Organização dos Estados Americanos (OEA) e na Junta Interamericana de Defesa (JID). A Representação do Brasil na JID (RBJID), cuja regulamentação foi definida pelos Decretos nº 55.897 (1965) e nº 83.068 (1979), estava subordinada ao EMFA e envolvia “Oficiais-Generais, [...] Capitães-de-Mar-e-Guerra ou equivalentes, [...] Capitães-de-Mar-e-Guerra, Capitães-de-Fragata ou equivalentes, [...] e Funcionários Civis” (BRASIL, 1979). A RBJID tinha como objetivo elaborar, “para conhecimento do EMFA, pareceres sobre as tendências de natureza política, estratégica ou doutrinária identificadas” (BRASIL, 1979; BANHA, 1987). Antes de serem incorporados à RBJID – cargo que exercerão por dois anos –, os delegados (anualmente, um oficial de cada força singular e um civil) realizavam o Curso Superior de Defesa Continental do Colégio Interamericano de Defesa (CID) (BANHA, 1987).

⁶⁸ Dentre os manuais, podemos destacar aqueles voltados para a utilização de carros de combate: “C 17-22 – O Pelotão e o Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, 1ª Ed. 1956; C 17-30 – O Pelotão de Carros de Combate, 1ª. Ed. 1951; C 17-35 – O Regimento de Reconhecimento Mecanizado, 1ª Ed. 1956; C 17-33 – O Batalhão de Carros de Combate” (PEDROSA, 2018, p. 98).

Um dos entusiastas da integração do Brasil ao sistema de defesa do hemisfério ocidental foi o marechal Oswaldo Cordeiro de Farias – ex-comandante de artilharia da FEB e primeiro comandante da ESG –, segundo o qual era necessário substituir o conceito de defesa nacional herdado da Missão Militar Francesa pelo termo “segurança nacional” (SCALERCIO, 1998). Outro oficial que sustentou essa posição foi o general Golbery do Couto e Silva, com ampla obra geopolítica nas décadas de 1950 e 1960. Apesar de não tratar especificamente da doutrina militar terrestre, a “vocação ocidental-liberal” propugnada pelo autor, complementada pelo conceito francês de guerra revolucionária, estabeleceu um consenso acerca da necessidade adesão do país ao bloco ocidental-liberal e do combate ao comunismo e   subversão (SCALERCIO, 1998).

No plano da prepara o militar convencional, este período foi marcado pela perspectiva da guerra na América do Sul como uma das principais hipóteses de emprego do Exército Brasileiro, a chamada “hipótese Delta” (CAVAGNARI FILHO, 1994, p. 52 *apud* MARTINS FILHO, 2006). Contudo, a partir da década de 1950, as capacidades militares da Argentina diminuíram em rela o às brasileiras, principalmente devido   crise econômica do país vizinho e   aquisi o – e posterior produ o nacional – de material b lico⁶⁹ no Brasil. Na visão de Castello Branco, tal quadro não justificava a postura doutrinária defensiva herdada da Missão Militar Francesa, ainda que, no plano estratégico, ela continuasse válida (PEDROSA, 2018). Segundo o então comandante da Escola de Estado-Maior do Exército, a ado o de uma postura doutrinária ofensiva seria importante para garantir melhores condi o de negocia o no âmbito da OEA após o início de uma guerra na América do Sul (CASTELLO BRANCO, 1957 *apud* PEDROSA, 2018).

Além disso, como forma de reforçar sua posi o no sistema ONU, a partir da década de 1950, o Brasil iniciaria sua participa o em opera o de paz no âmbito da Organiza o. Em 1957, ano posterior   Guerra do Suez entre Israel e Egito, o Brasil integrou a Força de Emergência das Na o Unidas para a região enviando 45 oficiais e 441 soldados (DONATO, 1996). O chamado Batalhão de Suez permaneceria na localidade por 10 anos de forma rotativa e semestral, sendo finalizado a partir de junho de 1967 (FAIBRÁS) da OEA (DONATO, 1996). Em 1965, logo após o início do regime militar, o Brasil participaria junto aos EUA da Força Armada Interamericana da

⁶⁹ A gestão dos investimentos na moderniza o do material bélico do Exército Brasileiro era realizada pela Diretoria de Motomecaniza o (DMM) do Ministério do Exército, criada pelo Decreto n  48.055, de 6 de Abril de 1960 (BRASIL, 1960). Dentre as fun o da DMM, estava “Superintender os trabalhos de pesquisas para o estabelecimento de novos tipos de materiais e equipamentos, bem como para a transforma o e aperfei amento do material existente” (BRASIL, 1960, grifos próprios). A DMM, por sua vez, estava subordinada   Diretoria Geral do Material Bélico e, essa, ao Departamento de Provisão Geral.

OEA (FAIBRÁS) na República Dominicana (DONATO, 1996). O Destacamento Brasil foi comandado pelo então Coronel Carlos de Meira Mattos, sendo formado pelo I Batalhão do Regimento Escola de Infantaria e por uma companhia de Fuzileiros Navais, totalizando 1096 homens (DONATO, 1996). Segundo Santos (1998), os principais benefícios doutrinários da operação para o Exército seriam a adoção de novos métodos de instrução em armamentos leves e operações anti-guerrilha, além da utilização de helicópteros UH1-D, “que proporcionaram inédita mobilidade estratégica e tática ao Exército” (SANTOS, 1998, p. 368).

3.3.2 As décadas de 1960 e 1970: A busca por uma nova doutrina militar

A partir dos anos 1960, pode-se dizer que houve uma coexistência de modelos doutrinários e organização divisionária⁷⁰ (Divisões de Infantaria e de Cavalaria) (PAIXÃO JR. 2013):

[...] - a Divisão de Infantaria (DI) com a organização americana e cujo modelo estava nas tropas do Grupamento de Unidades-Escola (GUEs);
 - a Divisão de Infantaria que em última análise tinha a organização “febiana”; e
 - a Divisão de Infantaria que correspondia à realidade do restante do Exército (BANHA, 1984, p. 111).

Segundo Pereira (1996), o período de 1964 a 1984 foi marcado pela “obtenção de identidade própria e capacitação para formular uma Doutrina Militar Terrestre genuinamente brasileira” (PEREIRA, 1996, p. 12). O EME reconheceu a impossibilidade da adoção total da doutrina estadunidense⁷¹ e a necessidade de identificar soluções próprias para a realidade brasileira (PAIXÃO JR, 2013). As grandes unidades – divisões de infantaria, cavalaria, blindada e aeroterrestre que herdaram o modelo ternário⁷² predominante na Segunda Guerra (três regimentos por divisão) –, na prática, “[...] eram incompletas e compostas por unidades também incompletas e mal equipadas” (PEDROSA, 2018, p. 108). Segundo Bastos (2011):

⁷⁰ As divisões consistiam nas grandes unidades do Exército Brasileiro até 1970, quando as brigadas passaram a ter esse status.

⁷¹ Segundo Banha (1984), a emulação do modelo estadunidense foi inviabilizada também pelas constantes alterações na formatação das divisões daquele país, ou seja, estudava-se, no Brasil, “uma DI [Divisão de Infantaria] que já não existia nos Estados Unidos e que ainda não havia no Exército Brasileiro” (BANHA, 1984, p. 111).

⁷² Conforme a estrutura estabelecida em 1957, cada divisão de infantaria seria formada por três regimentos de infantaria – cada um com três batalhões –, um esquadrão de reconhecimento mecanizado, um batalhão de carros de combate, três grupos de obuses 105 mm, um grupo de obuses 155 mm, um grupo de canhões automáticos antiaéreos, um batalhão de engenharia de combate e uma companhia de comunicações (PEDROSA, 2018).

Muito embora nossas tropas tenham adotado equipamentos e manuais de instrução do exército norte-americano, além de enviar pessoal aos Estados Unidos para treinamento, **soube manter a sua estrutura fundamental anterior ao conflito**, como o sistema de recrutamento e os processos de ensino e instrução. Apesar de ser, certamente, o exército mais “americanizado” da América do Sul, os traços norte-americanos foram agregados aos alemães e franceses. **Mais do que um substituindo os outros, o Exército Brasileiro soube somar as três influências no pós-guerra** (BASTOS, 2011, p. 112. Grifos próprios).

As lideranças do Exército tinham a percepção de que, apesar da aquisição de equipamentos dos EUA – blindados, material de comunicações e peças de artilharia –, as Divisões de Infantaria e Cavalaria, a Divisão Blindada e a Divisão Aeroterrestre eram incompletas e, sem uma doutrina consolidada, eram disfuncionais para emprego em batalha (PEDROSA, 2018). No âmbito da revista “A Defesa Nacional”, diversos artigos foram publicados acerca da necessidade de modernização do Exército Brasileiro nos anos 1960 e 1970 (SILVA, 2013). As temáticas abordadas incluíam as características desejadas para as grandes unidades da Cavalaria, a obsolescência do material de emprego militar (MEM) da Artilharia, e o emprego de forças helitransportadas, tendo como base a experiência da FAIBRÁS, e o manual de campanha estadunidense (*field manual – FM*) FM 57-35 – Operações Aeromóveis, de 1963 (SILVA, 2013). Meira Mattos, por exemplo, apontava a urgência da reorganização do Exército para lidar com os desafios de sua época como a guerra nuclear, a guerra revolucionária e a evolução tecnológica da artilharia (MATTOS, 1960 *apud* PEDROSA, 2018). O General-de-Exército Antônio Carlos da Silva Muricy, chefe do EME de abril de 1969 a dezembro de 1970, apontava o Exército de Israel como “exemplo de um Exército pequeno mas altamente treinado, bem dotado de meios modernos e de pessoal ardoroso e que utilizava intensamente os meios modernos de comunicações e controle através da Informática” (BANHA, 1984, p. 185).

No âmbito político-estratégico, diferentemente da década anterior, as motivações para a modernização militar não estavam primordialmente ligadas à percepção de ameaças externas, como se pode observar no documento “Subsídios Para a Formulação das Bases de uma Doutrina do Exército” e também nas revistas militares da época (PEDROSA, 2018). Somavam-se ao planejamento da força terrestre a preocupação com a escalada da Guerra Fria e a possibilidade da guerra revolucionária⁷³ interna (MARTINS FILHO, 2008):

⁷³ Em 1970, o Contra-Almirante Eddy Sampaio Espellet liderou um grupo de estudos no âmbito da ESG com o objetivo de formular uma Doutrina Militar Brasileira, com destaque para a guerra revolucionária (ROCHA, 1973).

O Chefe do Estado-Maior⁷⁴ [...] estava voltado, em 1963, totalmente para a campanha educativa contra a Guerra Revolucionária, para incisivas pregações cívico-militares e para a preparação psicológica dos quadros, visando à destruição da ação daqueles inimigos da democracia (BANHA, 1984, p. 114).

Segundo o General Muricy, “A luta contra a Guerra Revolucionária cabe tanto aos militares quanto aos civis e, nas fases iniciais, principalmente aos civis, devendo envolver todas as classes e atividades” (MURICY s/d *apud* BANHA, 1984, p. 182). Em aula no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Recife, em dezembro de 1964, afirmava que “Hoje, uma guerra não é mais uma luta entre Forças Armadas de dois povos em choque, é a luta integral entre esses dois povos, nela compreendidos todos os seus setores de atividades” (MURICY, 1964 *apud* BANHA, 1984, p. 181).

Entretanto, conforme Pedrosa (2018), havia um reconhecimento interno de que a preparação para a guerra revolucionária ou insurrecional “não deveria desfigurar a Força, reduzindo suas capacidades para enfrentar forças armadas regulares” (PEDROSA, 2018, p. 102). No âmbito do EME, no início da década de 1960, foram estruturados dois grupos de trabalho: “o ‘Grupo R’, para missões específicas, inclusive a reestruturação e modernização do Exército, e o ‘Grupo de Trabalho da Amazônia’” (BANHA, 1984, p. 130). O segundo grupo foi impulsionado pelo movimento de interiorização da presença do Estado brasileiro, marcado pela construção da nova capital (Brasília) e dos primeiros trechos da Rodovia Belém-Brasília.

Os investimentos que foram realizados pela força terrestre na segunda metade do século XX⁷⁵ foram acompanhados por uma grande modificação na estrutura organizacional, liderada pelo EME (Figura 6 abaixo). Um dos marcos desse processo foi a expedição do Decreto-Lei nº 200 (1967), a partir do qual foi iniciada a Reforma Administrativa no Exército, cujos órgãos essenciais deveriam ser divididos em três níveis: “– Órgãos de Direção Geral; – Órgãos Setoriais; e – Órgãos de Execução” (BANHA, 1984, p. 295). A Portaria nº 370-GB, de 24 de novembro de 1967, que

⁷⁴ A partir de setembro de 1963, o General-de-Exército Humberto de Alencar Castello Branco assumiu a chefia do EME, permanecendo no cargo até abril de 1964 (BANHA, 1984).

⁷⁵ Após uma primeira fase de predominante importação de material bélico estadunidense (décadas de 1940 a 1960), o Exército Brasileiro passou a elaborar projetos próprios de veículos blindados. Exemplos foram o Carro Militar de Reconhecimento VETE T-1 A-1 “Cutia”, a Viatura Blindada Brasileira 1 (VBB-1 4x4) e a Viatura Blindada sobre Rodas 2 (VBR-2 6x6), que seria o “embrião do maior sucesso da indústria nacional de blindado, o EE-9 Cascavel; bem como o Carro de Transporte de Tropas Anfíbio (CTTA), posteriormente conhecido como EE-11 Urutu” (BASTOS, 2011, p. 152). Além disso, pode-se citar o CCL-MB Pioneiro (X1), o EE-17 Sucuri, o lançador de foguetes XLF-40, o projeto X-30 (Tamoyo) e, por fim, o EE-T1 Osório.

“determinava as bases para a implantação da reforma administrativa no Ministério do Exército, em decorrência do Decreto-Lei nº 200”, estabeleceu que o EME seria responsável pela elaboração de três documentos: “ – o Plano-Diretor do Exército, de longo prazo; – o Programa Global do Exército⁷⁶, de médio prazo; e – o Plano de Ação Anual⁷⁷, de curto prazo” (BANHA, 1984, p. 296).

No âmbito do EME, foi criada a 8ª Seção (Figura 6 abaixo), que, até 1978, seria responsável pelos estudos doutrinários, constituindo-se como o “órgão central do Sistema de Desenvolvimento da Doutrina da Força Terrestre”, do qual participava também a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), “que realizava estudos e pesquisas compatíveis com seus currículos, porém, adequados às necessidades do Sistema (BANHA, 1984, p. 282). Dentre os resultados desse esforço de pesquisa, Banha (1984, p. 284) destaca dois: as “Bases para a Doutrina Militar das Forças Terrestres” e os Planos para a Organização, Equipamento, Instrução e Emprego do Exército Brasileiro.

Em relação ao planejamento do perfil da força terrestre, o escalão Divisão de Exército substituiu as antigas Divisões de Infantaria e Cavalaria, e a combinação de armas passou a ser realizada pelo escalão Brigada. Em 1968, por meio do Decreto nº 63.510, a 3ª Divisão de Cavalaria foi transformada na 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, e, por meio do Decreto nº 63.573, o Núcleo da Divisão Aeroterrestre, em Brigada Aeroterrestre (PEDROSA, 2018). Segundo Santos (1998):

[...] foi adotada uma nova doutrina militar terrestre, baseada no emprego da Brigada, Divisão de Exército e Exército de Campanha, privilegiando as **estratégias de presença e da dissuasão. A ofensiva tática e a tomada de iniciativa estratégica foram priorizadas**⁷⁸. A instrução militar teve enorme incremento em meados dos anos 70, com a adoção do Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB). A aquisição de modernos sistemas de artilharia antiaérea –, os canhões *Oerlikon* e o sistema de mísseis *Roland* – além de dotar o Exército de meios operacionais eficazes, permitiu a absorção de tecnologia de **radar e mísseis** (SANTOS, 1998, p. 370).

O processo de modernização da Força Terrestre durante as décadas de 1960 e 1970 foi notável. No âmbito da mecanização da Cavalaria, houve um aumento das unidades blindadas: de três Batalhões de Carros de Combate (BCC) para cinco Regimentos de Carros de Combate (RCC)

⁷⁶ Do Programa Global derivaria o Orçamento Plurianual de Investimentos (OPI) (BANHA, 1984).

⁷⁷ Do qual sairia o Orçamento-Programa Anual (BANHA, 1984).

⁷⁸ Segundo Banha (1984, p. 195), “Coube ao General Borges Fortes a tarefa precípua de transmitir ao Exército, em 1972, o espírito ofensivo que deveria caracterizar o preparo e o adestramento de nossa Força Terrestre”.

e três Regimentos de Cavalaria Blindados (RCB); e de quatro Regimentos de Reconhecimento Mecanizados (RRM) para 11 Regimentos de Cavalaria Mecanizados (PEDROSA, 2018). No plano da motorização e mecanização da Infantaria, de apenas dois Batalhões de Infantaria Blindados (BIB) e nenhuma unidade motorizada, em 1980 o Exército teria sete BIB e 26 Batalhões de Infantaria Motorizados (BIM) (PEDROSA, 2018).

Em termos estratégicos, as brigadas e batalhões tinham como objetivo viabilizar a atuação do Exército Brasileiro em diversos tipos de missões, desde manutenção da ordem interna até a guerra revolucionária e a guerra convencional, como se pode ver nas hipóteses de guerra delineadas pelo Plano Diretor de Organização do Exército⁷⁹ (SILVA, 2013). A primeira hipótese de guerra (ALFA):

[...] é a de ‘guerra revolucionária na América Latina’, com variantes 1 (em território nacional), 2 (fora do território, em conformidade com a estratégia traçada pela OEA ou pelo Comando da Força de Paz) e 3 (combinação das variantes 1 e 2, com ameaça ao território brasileiro). Na variante 3, havia a imposição de estar em condições de atuar de maneira ofensiva em território estrangeiro, no caso de agressão ou ameaça de agressão ao território nacional. Foi prevista também a imposição de impedir qualquer desembarque na orla marítima e no território de Fernando de Noronha (SILVA, 2013, p. 84).

⁷⁹ Conforme relatado por Pedrosa (2018), a dissertação de mestrado do major Fernando Augusto Valentini da Silva (2013) é a única referência disponível para estudar o Plano Diretor de 1970, cuja cópia fora eliminada posteriormente por seu caráter sigiloso.

Figura 6 - Organograma do EME em 1968

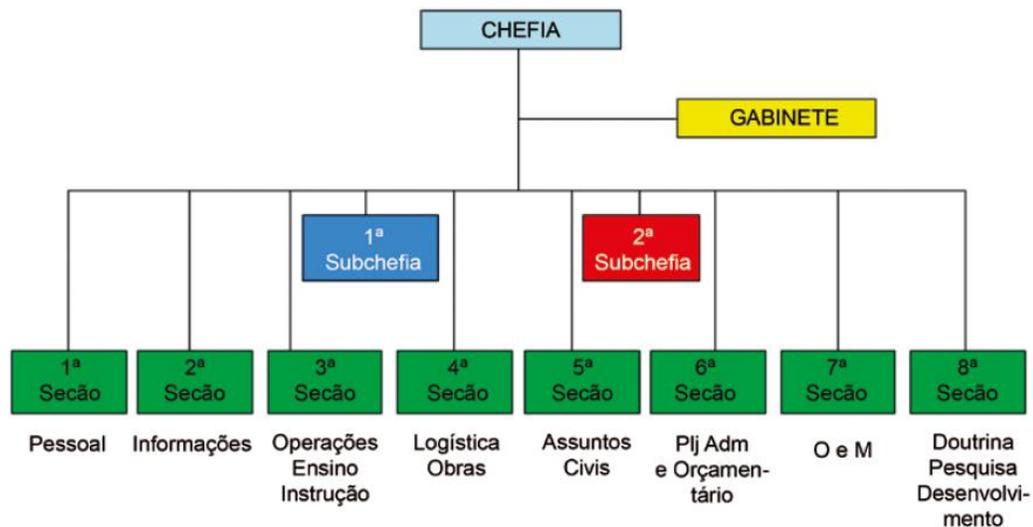


Figura 3: – Organograma do EME em 1968 (11º Regulamento) - Fonte: Adaptado de Brasil (1984)

Fonte: Paixão Jr, 2013, p. 12

A hipótese BETA trabalhava com a possibilidade de guerra entre os blocos Ocidental e Comunista, e o planejamento era de participação brasileira com valor máximo de até 01 corpo de Exército (C Ex) em operações de ultramar (SILVA, 2013, p. 85). Por fim, em relação às atividades complementares:

[...] o Plano previu a atuação em ações de segurança interna, ‘depois de judiciosamente considerado o emprego dos meios policiais’; a formação e administração de reservas, com a devida atualização de sua instrução; e a colaboração em atividades de defesa civil, socorro em casos de calamidade pública e trabalhos de busca e salvamento (SILVA, 2013, p. 85).

Em termos gerais, Silva (2013) resume as propostas do Plano Diretor no que segue:

- Adoção da Aviação do Exército, com aeronaves de asa fixa e rotativa; [...]
- Especialização dos tipos de Brigada (Infantaria: Leve, Motorizada, Blindada, Aeroterrestre e de Selva; Cavalaria: Mecanizada, Blindada e Hipomóvel);
- Estruturação da Força Terrestre nos dispositivos de cobertura e vigilância estratégica; defesa territorial e operacional, combinando características territoriais com características operativas, inclusive com previsão de emprego expedicionário;

- Ainda com relação à estruturação, busca pela efetivação da “política da presença” no território nacional, bem como a reposicionar tropas por critérios geoestratégicos;
- Reestruturação logística profunda, com descentralização e criação de B Log orgânicos das Brigadas e bases divisionárias (SILVA, 2013, p. 95).

A proposta de recriação da aviação do Exército, extinta em 1941 quando da criação do Ministério da Aeronáutica, seria executada somente em 1986, após a Guerra das Malvinas. Em 1971, a Brigada Aeroterrestre seria renomeada como Brigada Pára-queda, tendo como prioridade o treinamento de combate em operações na selva, em montanha e guerra insurrecional (VIANA, 2020). A substituição das Divisões de Infantaria pelas Divisões de Exército também acarretou a criação da Artilharia Divisionária, “concebida para prover fogos ao comando da divisão e reforçar os fogos da artilharia orgânica das brigadas” (PEDROSA, 2018, p. 171). Além disso, foram criadas unidades “tipicamente brasileiras, como os Regimentos de Cavalaria Blindados, os Batalhões de Infantaria de Selva e as Brigadas de Cavalaria Mecanizadas” (PEDROSA, 2018, p. 170).

A partir da década de 1970, foram lançadas as Bases para a Reformulação da Doutrina Militar Brasileira, com a introdução de uma nova metodologia de planejamento (BANHA, 1984). Sob a liderança do General-de-Exército Alfredo Souto Malan (chefe do EME entre dezembro de 1970 e maio de 1972), foi estabelecido um Plano de Trabalho que incluía a “Sistemática para o Planejamento do Preparo e Emprego das Forças Terrestres”, consolidando “elementos extremamente úteis e antes inexistentes – a programação, a ordenação e a racionalização das atividades do EME” (BANHA, 1984, p. 189). Segundo o General Malan, o EME passava a “concentrar sua atenção no encargo fundamental do Órgão, qual seja o da preparação do Exército para o cumprimento de sua destinação constitucional”, incluindo as atividades vinculadas:

- à concepção e formulação de opções quanto a questões básicas;
- à **doutrina da Força Terrestre (FT) delas decorrentes;**
- à organização da FT;
- ao aparelhamento da FT;
- ao adestramento da FT; e
- ao emprego dos recursos financeiros. (BANHA, 1984, p. 189. Grifos próprios).

Em 1973, um grupo de oficiais do EMFA e da ESG realizou uma viagem aos EUA “[...] com o objetivo de analisar o Sistema de Doutrina Militar daquele país e colher ensinamentos que fossem julgados úteis para a formulação da Doutrina Militar Brasileira” (BANHA, 1987, p. 249). Em 1975, o EMFA publicou um anteprojeto de Instruções Provisórias denominado “Doutrina Militar Brasileira - Sistemática para o seu Desenvolvimento”; contudo, não obteve aprovação das

forças singulares “pelo fato de sugerir a criação de um Comando e de uma estrutura para o desenvolvimento da Doutrina” (BANHA, 1987, p. 249). A partir de então, a “Doutrina Militar Brasileira” passou a ser tratada como complementar, e não substituta, das “doutrinas específicas das forças singulares” (BANHA, 1987, p. 251).

Em 1974, o Ministério do Exército, por meio da Portaria Ministerial nº 1.572, criou o Sistema de Planejamento do Exército, estruturado pelos seguintes documentos:

- Plano Nacional de Desenvolvimento (PND);
- Plano-Diretor do Exército (PDE)⁸⁰ [que absorvia o Programa Global do Exército];
- Orçamento Plurianual de Investimento (OPI);
- Orçamento-Programa Anual (OP); e
- Programa de Trabalho do Ministério do Exército (PT/MEx) [que substituíam o Plano de Ação Anual] (BANHA, 1984, p. 297).

Contudo, embora tenha sido elaborado o documento denominado Bases para a Doutrina de Emprego da Força Terrestre em 1978, “**a doutrina ainda não tinha sido elaborada definitivamente**; era inferida das Instruções Provisórias em vigor e dos regulamentos produzidos segundo o Plano de Elaboração de Manuais (PEM)” (PAIXÃO JR, 2013, p. 9. Grifos próprios). A diagnóstico semelhante chegou Rocha (1973): “[...] não temos um corpo de doutrina sistematizado” (ROCHA, 1973, p. 18). Apesar da aprovação do Sistema de Planejamento do Exército, somente eram confeccionados o Orçamentos Plurianuais (OPI) e Anuais (OP), e a força terrestre “continuava a não dispor de um documento que indicasse, de modo global e permanente, as ações a serem empreendidas nos diversos setores, para a consecução dos seus objetivos” (BANHA, 1984, p. 297). O novo PDE seria elaborado somente entre 1981 e 1982, quando da designação, por parte

⁸⁰ O PDE era constituído por três livros: “**Livro 1**: contém informações gerais, como definição, finalidades, composição, estrutura e as prioridades estabelecidas para as ações planejadas e suas prioridades. É aprovado pelo Ministro do Exército. **Livro 2**: é constituído pelos Planos Setoriais, elaborados pelos Órgãos Setoriais, com base nas ações planejadas e suas prioridades. É aprovado pelo Chefe do EME. **Livro 3**: contém as ações programadas para um período de três anos. É o Programa Plurianual do Exército (PPE) e fornece elementos para a elaboração das Propostas do OPI e do OP/MEx, no que se refere a Projetos. É aprovado pelo Chefe do EME” (BANHA, 1984, p. 299).

⁸¹ Os documentos pertinentes ao PDE podem ser classificados no que segue: **Documentos condicionantes** (Políticas do Ministério do Exército, Diretrizes do Ministro do Exército, Diretrizes do Chefe do EME e Planos do EME), **Documentos de execução** (Planos Setoriais e Programas Plurianuais Setoriais) e **Planos do EME** (Plano de Organização e Articulação do Exército, de caráter operacional, e Planos Administrativos, relativos, por exemplo, ao remanejamento de viaturas, blindadas, implantação de infraestrutura e de parques regionais de manutenção) (BANHA, 1984).

do então chefe do EME, General-de-Exército Antônio Ferreira Marques, de um Grupo de Trabalho (GT) sob a direção do então 3º Subchefe (BANHA, 1984).

Esta estagnação pode ser atribuída também à prioridade concedida pelo EME, entre 1974 e 1978, ao combate à Guerra Revolucionária interna e à diminuição dos efetivos das Grandes Unidades devido aos limites orçamentários⁸² (BANHA, 1984). Além disso, segundo o General-de-Exército Fritz de Azevedo Manso (chefe do EME entre junho de 1974 e 1977), a Guerra do Vietnã e a Guerra do Yom Kippur mostravam a necessidade de repensar “estratégias, táticas e processos de combate, organizações e equipamentos, novas formas de chamamento de pessoal para as fileiras, novos sistemas de armas, novos métodos de adestramento militar” (MANSO, s/d *apud* BANHA, 1984, p. 208). Segundo o General:

[...] o exército moderno é, forçosamente, um exército pequeno, leve, ágil, flexível, eficiente, capacitado a distender-se e a fazer-se adequadamente forte, no instante da ameaça, segundo planos judiciosamente preparados por um pessoal permanente, do mais alto nível de preparação (MANSO, s/d *apud* BANHA, 1984, p. 209).

A Guerra das Malvinas (1982) daria um novo impulso para a execução de metas do Plano Diretor de 1970, como a aviação do Exército, e acrescentaria novas, como a Guerra Eletrônica e as Forças de Ação Rápida. No plano político, a guerra reforçou o processo de relativo afastamento dos EUA (fim do acordo militar em 1977⁸³) e a aproximação diplomática dos países sul-americanos, marcado por iniciativas como o Tratado de Cooperação Amazônica (1978), o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus (1979) e, em 1985, a Ata de Iguazu (PEREIRA, 1996). No âmbito doutrinário, uma das principais consequências foi a criação, em 1985, do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), gerenciado pelo Estado-Maior do Exército, que sistematizou o processo de elaboração da doutrina militar da força terrestre, sendo atualizado até os dias atuais.

⁸² O General-de-Exército Samuel Augusto Alves Corrêa, chefe do EME entre janeiro e junho de 1979, comparava a porcentagem de gastos orçamentários com as Forças Armadas (1% no caso brasileiro) com os casos de França (3,6%), EUA (6%) e URSS (13%) (BANHA, 1984). Além disso, ressaltou que para equiparar a força terrestre brasileira àquela dos demais países da América do Sul na proporção entre efetivos e área ou população, ao invés de ampliar-se numericamente – dos então 182 mil para 400 ou 500 mil homens –, “a melhor opção é destinar os recursos disponíveis para o aprimoramento da qualidade” (CORRÊA, 1979 *apud* BANHA, 1984, p. 225).

⁸³ Em 1980, mesmo com a visita do General Andrew Goodpaster ao Brasil, a tentativa de restabelecimento do Acordo redundou em fracasso (PEREIRA, 1996)..

3.4 AFASTAMENTO E REAPROXIMAÇÃO BRASIL-EUA: CONSEQUÊNCIAS ESTRATÉGICAS E DOCTRINÁRIAS (1977-1991)

Após a eleição de Jimmy Carter nos Estados Unidos da América (1976), seriam intensificadas as pressões sobre o Brasil acerca do tema dos direitos humanos, inclusive com a proibição da compra de equipamentos militares (CERVO e BUENO, 2011, p. 439). Tal quadro, aliado à insatisfação brasileira quanto aos frutos do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos de 1952, levou à denúncia deste Tratado em 1977 e ao fim da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos em 1978 (BANHA, 1987). Simultaneamente à administração da distensão política interna⁸⁴, Geisel⁸⁵ mantinha divergências com a nova postura internacional dos EUA, particularmente em temas como a política nuclear, os direitos humanos, a política para a África, a abertura para o leste e a indústria de armamentos (SENNES, 2003).

A política externa do governo Figueiredo representou uma continuidade das diretrizes de seu antecessor, sendo o Universalismo o conceito utilizado pelo então Ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro. A conjuntura, entretanto, era altamente desfavorável para o Brasil. A alta da taxa de juros nos EUA (1981) desencadeou o aumento da dívida externa dos países emergentes, que já sofriam os efeitos da Segunda Crise do Petróleo, de 1979. Halliday (1989) descreve os anos 1980 como a “Segunda Guerra Fria”, na qual o bloco ocidental liderado pelos EUA acirrou a competição política, econômica e militar com a URSS, pressionando também algumas lideranças regionais do Terceiro Mundo.

Simultaneamente, no âmbito regional, a partir de 1977, Brasil, Argentina e Paraguai iniciaram as negociações que culminaram no Acordo Trilateral Itaipú-Corpus em 1979. O Tratado seria seguido pelo Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, firmado em 17 de maio de 1980 por Brasil e Argentina (OLIVEIRA, 1998).

⁸⁴ No mesmo ano do fim do tratado militar Brasil-EUA (1977), o presidente Geisel destituiu o general Sílvio Frota do Ministério do Exército e o general Ednardo D’Ávila Mello do comando do II Exército em cujas dependências foram assassinados o jornalista Wladimir Herzog (outubro de 1975) e o operário Manoel Fiel Filho (janeiro de 1976) (OLIVEIRA, 1994).

⁸⁵ A política externa no governo Geisel teria como base o que Sennes (2003) denominou como princípio da diversificação de parcerias internacionais: (i) a aproximação com os países europeus (Alemanha, França e Inglaterra) e com o Japão, e (ii) o aumento das relações econômicas e políticas com os países da América Latina, da África e do Oriente Médio, principalmente das exportações de produtos industrializados (SENNES, 2003). Segundo Vizentini (1998), os governos Geisel e Figueiredo (1974-1985) representaram o “apogeu da multilateralização e da mundialização da política externa brasileira” (VIZENTINI, 1998, p. 362).

Assim, nos anos 1980, houve um entendimento entre as Forças Armadas e o Itamaraty acerca do receio frente às pressões dos EUA e da necessidade da manutenção do *pragmatismo* na política externa, o que levou à continuidade às iniciativas diplomáticas na América do Sul e no continente africano (BANDEIRA, 1989). Segundo Vizentini (1998):

As novas orientações estratégicas das Forças Armadas, tanto no aspecto da insurgência interna, como no dos conflitos regionais e o da Guerra Fria, contribuíram, por seu turno, para uma mudança no relacionamento Brasil-EUA, convergindo com a posição do Itamaraty (VIZENTINI, 1998, p. 284).

Em 1981, os EUA propuseram a criação de um sistema de defesa coletiva que integrasse Brasil, Argentina e África do Sul – uma Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) – para contrarrestar uma possível intervenção cubana e soviética na América Central, Caribe e África Austral. Esta proposta foi declinada pelo Brasil, principalmente após a descrença no TIAR causada pela posição norte-americana na Guerra das Malvinas (VIZENTINI, 1998; BANDEIRA, 1989).

3.4.1 A Guerra das Malvinas (1982) e a Amazônia como prioridade estratégica

A partir da Guerra das Malvinas, a elite militar brasileira passou a ver o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) com restrições (SVARTMAN, 2022). Segundo o Coronel Paulo da Motta Banha (1987, p. 239), havia a “[...] necessidade imperiosa de revisão da hipótese de guerra continental, [...], a atualização da hipótese de guerra face à URSS e, no caso interno, de uma revolução acionada pelo comunismo internacional”. Em livro publicado pelo mesmo Coronel, em 1984, afirma que “Após a neutralização das ações do inimigo interno, com o surto de desenvolvimento do País e a eclosão de conflitos armados no Continente Americano, nos anos 80, a ênfase foi dada à Segurança Externa” (BANHA, 1984, p. 280). Ao abordar os estudos do Colégio Interamericano de Defesa, Santos (1986)⁸⁶ adota uma perspectiva realista, afirmando que “o Poder Continental (...) será a soma ou a integração das parcelas de Poder Nacional que os Estados contratantes decidirem colocar a serviço desta Defesa, no momento considerado. Nem mais, nem menos” (SANTOS, 1986, p. 59). A guerra entre Argentina e Grã-Bretanha, em 1982, fortaleceu a percepção de parte da elite brasileira acerca da fragilidade do TIAR como uma garantia

⁸⁶ Luiz Carlos de A. Santos (Adjunto da Divisão de Pesquisa e Doutrina da ESG)

de apoio militar dos EUA para os países da América do Sul frente a potências extrarregionais (CASTRO, 1983; 1984).

No quadro da Guerra Fria, parte da oficialidade brasileira passou a ter cautela tanto com o bloco oriental quanto ocidental. O poder naval soviético era percebido como uma potencial ameaça no Atlântico Sul “em face dos pontos de apoio que possui nos países do Terceiro Mundo, (...) o que lhe permite movimentação em todos os oceanos da Terra” (BAKKER, 1982, p. 30). Ao mesmo tempo, o Estado-Maior do Exército passou a trabalhar com a hipótese de conflito armado envolvendo o Brasil e um país do Bloco Ocidental, situado no hemisfério norte, muito mais poderoso econômica e militarmente (BANDEIRA, 2004). Além disso, via com maus olhos a possibilidade de intervenção estadunidense⁸⁷ no Suriname⁸⁸ transbordasse a guerra pela região amazônica (BANDEIRA, 2004).

Além disso, a ascensão de potências médias e regionais na América Latina levantavam questões sobre o futuro das disputas no Atlântico Sul: “Não seria a crise das Malvinas (Falkland) apenas uma antecipação de problemas muito maiores, que provavelmente poderão vir a ocorrer, com relação a esses dois sistemas?” (BAKKER, 1982, p. 32). Para o Coronel de Artilharia Octavio Tosta:

[...] a Geopolítica do Brasil, na presente conjuntura, deverá limitar-se às seguintes linhas de ação política: Primeira - **Integração com os países da América do Sul**. (...) Segundo - *Projeção sobre a África Ocidental*. (...) Terceira - *Presença na Antártida* (TOSTA, 1984, p. 121. Grifos próprios).

Apesar do confronto bipolar não aparecer nos objetivos principais delineados por Tosta, o autor buscou conciliar a existência dos eixos norte-sul e leste-oeste:

O raio de ação geopolítica do Brasil, também possibilitaria a sua *participação no confronto-global*, em processo na área Caribe-América Central; bem como, numa eventual luta pela preservação das rotas marítimas do Atlântico Sul. [...] o país possui condições geopolíticas que lhe permitem vantajosa convivência

⁸⁷ O interesse dos Estados Unidos na Amazônia seria retomado a partir de 1987, principalmente a partir da criação do Comando de Operações Especiais (*Special Operations Command* – USSOCOM) e o aumento de “[...] exercícios militares intra-regionais e operações multilaterais na América do Sul, com ênfase nas guerras de baixa intensidade ou média intensidade, dentro da perspectiva de futuros cenários de guerra na selva” (BANDEIRA, 2004, p. 166-167).

⁸⁸ Segundo Bandeira (2004), o Alto Comando das Forças Armadas receou que a assistência de Cuba ao Suriname, em caso de conflito com a Venezuela, por causa do território de Essequibo, servisse como pretexto para os Estados Unidos intervirem diretamente na região alegando a necessidade de conter a expansão comunista. Esta razão levou o presidente João Batista Figueiredo a recusar o envio de um batalhão de pára-quedistas para ocupar, junto a soldados dos EUA, o aeroporto de Paramaribo.

internacional, tanto na dimensão Leste-Oeste, como no sentido Norte-Sul (TOSTA, 1984, p. 121).

O Coronel de Infantaria Gélío Augusto Barbosa Fregapani, analisando a conjuntura internacional, afirmou que “a situação mundial em meados da década de 1980 mostra a ruptura da bipolaridade” (FREGAPANI, 1985, p. 98). Assim, estabeleceu três opções estratégicas para o Brasil: “1 – Integrar-se no pan-americanismo, (...) 2 – Integrar-se em um bloco latino-americano; 3 – Integrar-se em um bloco de língua portuguesa” (FREGAPANI, 1985, p. 95). Para o autor, a primeira opção havia sido descartada pela ação unilateral dos Estados Unidos: “[...] a administração Carter espicou diretamente o brio dos brasileiros e foram sepultados junto com a Doutrina Monroe na guerra das Malvinas” (FREGAPANI, 1985, p. 97).

A segunda e terceira opção – integração latino-americana e formação de um bloco lusófono – eram vistos como viáveis pelo autor por motivos diferentes. No caso do bloco continental, “nossas dificuldades são as mesmas, e as ameaças comuns” (FREGAPANI, 1985, p. 97). No segundo caso, do bloco de língua portuguesa, “nossa história, língua e religião comuns forjam laços que podem ser fortalecidos”, tornando o Atlântico Sul um “Mare Nostrum” (FREGAPANI, 1985, p. 98).

Em relação à integração sul-americana, o Major João Roberto de Oliveira reconhecia a “falibilidade do sistema OEA-TIAR” – principalmente devido ao apoio dos Estados Unidos à Grã-Bretanha na questão das Malvinas – e que “a América do Sul não tem um organismo próprio com o objetivo de promover a integração dos países da área” (OLIVEIRA, 1987, p. 172). Assim, propôs a formação de “um sistema próprio sul-americano, principalmente, no que se refere à defesa integrada da área” (OLIVEIRA, 1987, p. 173).

Os anos 1970 e 1980 reacenderam o receio por parte dos militares brasileiros quanto a pretensões internacionais de relativização da soberania sobre os recursos naturais da região amazônica. Os resultados positivos do Projeto Radar da Amazônia (RADAM)⁸⁹ - iniciado em 1970, no âmbito do Programa de Integração Nacional (PIN) - e o início da construção da rodovia Transamazônica⁹⁰ no mesmo ano, foram seguidos pela criação por parte da Conferência Nacional

⁸⁹ O objetivo do Projeto RADAM foi realizar um sensoriamento por radar para a pesquisa de recursos naturais na Amazônia, sendo expandido posteriormente para as demais regiões do país (Serviço Geológico do Brasil, s/d).

⁹⁰ Em sua posse como chefe do EME (de maio de 1972 a dezembro de 1973), General-de-Exército Breno Borges Fortes, “[...] vemos o Exército cooperando decisivamente na conquista da Amazônia. [...] não só através da maravilhosa obra dos Batalhões Rodoviários e das Unidades de Fronteira, mas também pela próxima implantação das Unidades militares ao longo da Transamazônica” (FORTES, 1972 *apud* BANHA, 1984, p. 197).

dos Bispos do Brasil (CNBB) do Conselho Indigenista Missionário (CIM) com objetivo de atuar junto às comunidades indígenas principalmente na Amazônia (MARQUES, 2007). Além disso, em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano tratou a Amazônia como símbolo ecológico internacional, sendo o Brasil cobrado por sua preservação (SILVA, 2004).

Em termos geopolíticos, a disputa entre Venezuela e Guiana Inglesa pela região em torno do rio Essequibo alertou as autoridades brasileiras acerca da possibilidade de transbordamento do conflito para o Brasil (MARQUES, 2007). Nesse sentido, em 1976 seria criada a 23ª Brigada de Infantaria de Selva (23ª Bda Inf SI), localizada em Marabá (PA), seguida, em 1980, pela 17ª Brigada de Infantaria de Selva em Porto Velho (RO). Pode-se citar também a criação de duas bases aéreas em Rondônia e Roraima, e um Esquadrão de Cavalaria Mecanizada em Boa Vista (BANDEIRA, 2004).

Ainda em 1982, em artigo na revista “A Defesa Nacional”, o Coronel de Artilharia Agenor Francisco Homem de Carvalho destacou a importância estratégica da região amazônica tanto para o poder terrestre quanto para o poder naval (CARVALHO, 1982). Oliveira (1994a) afirma que houve, a partir dos anos 1980, uma “virada estratégica” na qual “o Brasil não mais considera a Argentina como adversário estratégico, [...] [e] passa a ocupar-se prioritariamente da área amazônica, onde prevaleceram vazios econômicos, políticos e militares” (OLIVEIRA, 1994a, p. 274).

Em 1985, o Conselho de Segurança Nacional elaborou a Exposição de Motivos nº 018/1985, dando origem ao Projeto Calha Norte, que tinha como objetivo ampliar a presença do Estado na região amazônica e revitalizar o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA)⁹¹ de 1978 (DINIZ, 1994). Projeto Calha Norte⁹² representou o maior projeto do Estado brasileiro para a Amazônia, coordenado por um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)⁹³. Temendo a

⁹¹ Tratado celebrado entre Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, um conjunto de normas para regular as relações entre os Estados da região, estabelecendo como de competência exclusiva dos países da região o desenvolvimento e proteção da Amazônia (BANDEIRA, 2004).

⁹² As regiões prioritárias de ação do Calha Norte são divididas no que segue: (i) área Yanomami (fronteira com a Venezuela), com o problema da demarcação de terras indígenas; (ii) Alto Rio Negro (AM) ou Cabeça do Cachorro, na fronteira com a Colômbia e a Venezuela, sendo os principais problemas a mineração ilegal, o contrabando e o narcotráfico; (iii) Roraima (fronteira com Guiana e Venezuela), atentando para o problema de Essequibo; (iv) Alto Solimões (AM), fronteira com a Colômbia; (v) Tumucumaque (PA), na fronteira com o Suriname; e (vi) Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa (DINIZ, 1994).

⁹³ O Grupo de Trabalho Interministerial do Projeto contou com representantes da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do Ministério do Interior (MINTER), além da participação dos Ministérios Militares, do Ministério da Fazenda e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (RUMBELSPERGER, 1994).

possibilidade do transbordamento de conflitos de países vizinhos ou do narcotráfico para o território brasileiro, as principais propostas do projeto podem ser resumidas no seguinte: (i) incremento das relações bilaterais com os países da região, (ii) o aumento da presença militar, (iii) a intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes, e (iv) a definição de uma política indigenista apropriada à região (DINIZ, 1994).

3.4.2 O Sistema de Planejamento do Exército (1985)

Em termos doutrinários, a Guerra das Malvinas alertou as autoridades militares brasileiras acerca da necessidade de modernização de suas capacidades militares e da Doutrina Militar. No Exército, ainda em junho de 1982 o então Ministro do Exército, General Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, expediu a Nota Ministerial nº 009 ao Estado-Maior do Exército indicando a necessidade de reavaliar, a partir das lições da recente Guerra, o então Plano de Organização e Articulação da Força. Havia, segundo o General, a “necessidade de um núcleo potente, essencialmente profissional, com características de ‘força de intervenção’, indispensável à pretendida estratégia de dissuasão” (ALBUQUERQUE, 1982 *apud* CAMPOS, 2011, p. 143). Assim, o então Chefe do Estado-Maior do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, levaria a cabo o “Estudo Histórico-Doutrinário sobre a Guerra do Atlântico Sul” (CAMPOS, 2011, p. 144)⁹⁴.

Em 1983, um grupo de trabalho foi formado para propor a reformulação do EME (PEREIRA, 1996). A principal modificação é facilmente observada nas figuras 10 e 11 abaixo: a reunião de atividades afins em uma mesma subchefia. A divisão de tarefas ficou mais clara: 1ª Subchefia - Estratégia, 2ª Subchefia - Planejamento Operacional, 3ª Subchefia - Doutrina, Ciência e Tecnologia, 4ª Subchefia - Pessoal e Legislação, 5ª Subchefia - Planejamento Corrente, e 6ª Subchefia - Planejamento Diretor e Modernização Administrativa (PEREIRA, 1996).

Foi a partir desta remodelação do EME que a 3ª Subchefia passou a centralizar a formulação da Doutrina Militar Terrestre (na década de 1990, absorveria também o planejamento estratégico). Internamente, a 3ª Subchefia era dividida em três seções: “Seção de Doutrina (ST-11); Seção de Ciência e Tecnologia - Material (ST-2); e Seção de Ciência e Tecnologia - Pessoal (ST-3)”

⁹⁴ A partir da análise dos estudos realizados na época, Campos (2011) resume as lições da Guerra das Malvinas entendidas pelo Exército Brasileiro nos seguintes tópicos: (i) a importância da atividade de inteligência militar tanto no nível tático quanto estratégico, (ii) a importância da logística, e (iii) o fator tecnológico, sobretudo em relação ao material de artilharia, blindados e meios eletrônicos.

(PEREIRA, 1996, p. 33). A seção de Doutrina, além de revisar e editar os manuais de campanha e os manuais técnicos, foi responsável por iniciar a reaproximação do Exército Brasileiro com o Exército dos EUA, em uma série de reuniões que ocorreriam anualmente a partir de então (Quadros 3 e 7) (PEREIRA, 1996). Assim, março de 1984, após proposta enviada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos, foi realizada, no Brasil, a primeira “Reunião de Intercâmbio Doutrinário entre os Exércitos do Brasil e dos EUA” (PEREIRA, 1996, p. 33).

Quadro 3 - Reuniões entre Brasil e EUA relacionadas à força terrestre (1984-1989)

Ano	Reunião	Subchefia do EME responsável
1984	1ª Reunião de Intercâmbio Doutrinário entre os Exércitos do Brasil e dos EUA	3ª Subchefia
1985	XIII Conferência de Informações dos Exércitos Americanos XVI Conferência dos Exércitos Americanos	2ª Subchefia
1986	Visita ao Brasil e palestra do Assistente Secretário do Exército dos EUA, Se. William D. Clark, como parte do intercâmbio Gen Mark Clark/Gen Mascarenhas de Moraes	Gabinete do EME
1987	XVII Conferência dos Exércitos Americanos	1ª Subchefia
	Reunião de Intercâmbio Doutrinário entre os Exércitos do Brasil e dos EUA	3ª Subchefia
1988	5ª Reunião de Intercâmbio Doutrinário entre os Exércitos do Brasil e dos EUA	3ª Subchefia
	Visita do Chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA	Gabinete do EME
	Reunião Anual de Consultas Brasil-EUA para assuntos de Segurança	1ª Subchefia
	Reunião de Consultas Brasil-EUA, realizada sob os auspícios do EMFA	1ª Subchefia
	Intercâmbio Doutrinário do Comando de Instrução e Doutrina (TRADOC)	2ª Subchefia
1989	6ª Reunião de Intercâmbio Doutrinário entre os Exércitos do Brasil e dos EUA	3ª Subchefia

Fonte: Autoria própria a partir de dados de Pereira (1996).

Figura 7 - Organograma do EME em 1982

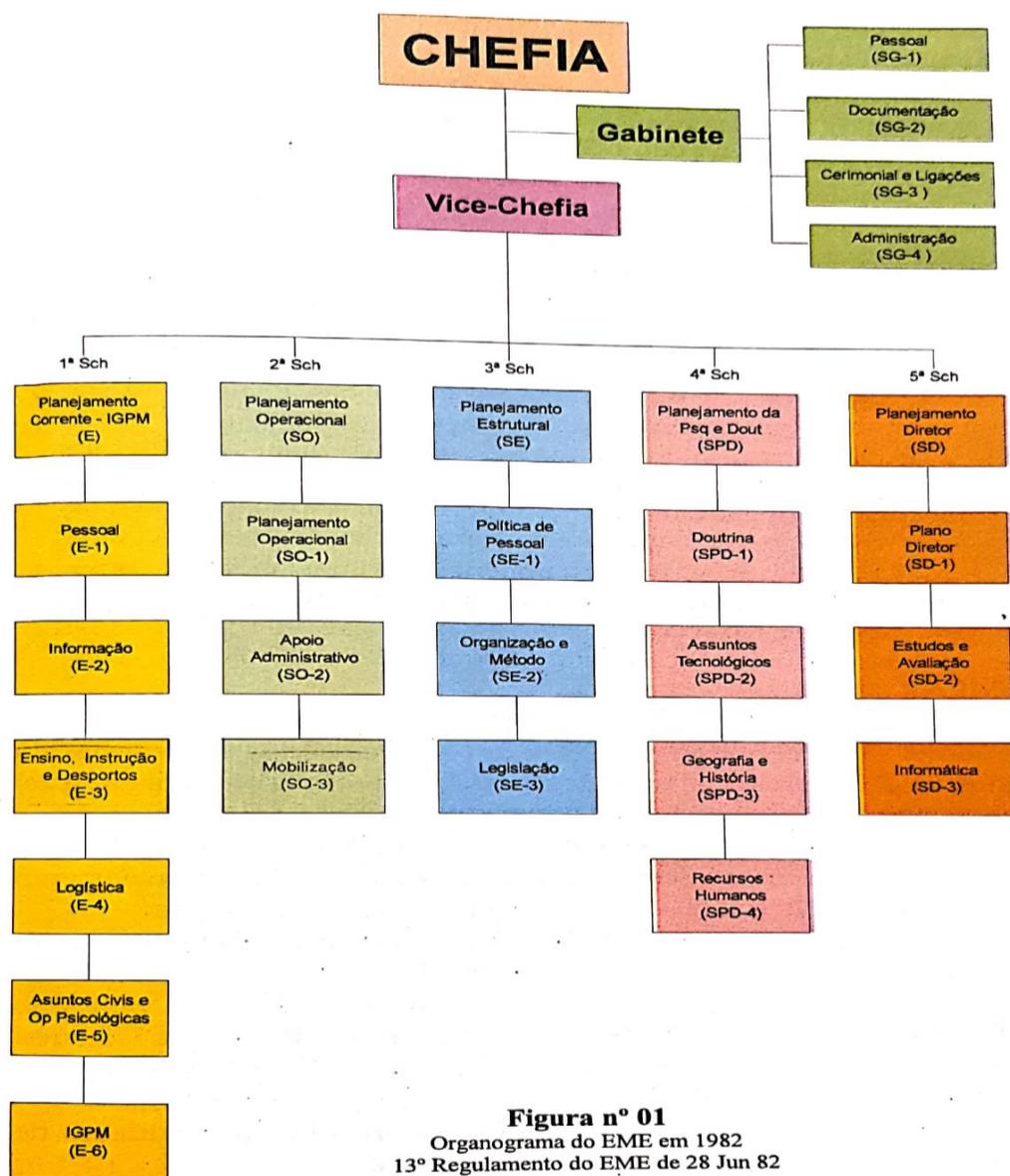
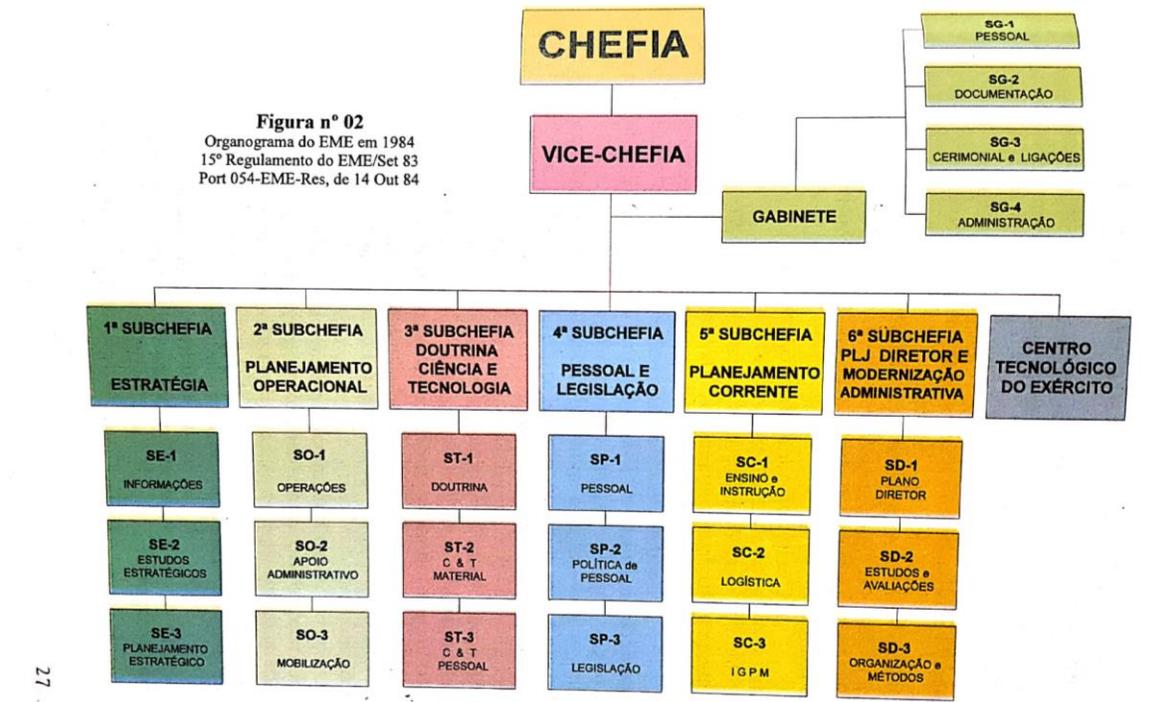


Figura nº 01
 Organograma do EME em 1982
 13º Regulamento do EME de 28 Jun 82

Fonte: Pereira, 1996, p. 25

Figura 8 - Organograma do EME em 1983



Fonte: Pereira, 1996, p. 27

Em junho de 1985 o Ministro do Exército Leônidas apresentou ao então Presidente da República José Sarney uma Exposição de Motivos requisitando recursos extra-orçamentários para iniciar um programa de reestruturação da Força Terrestre (CAMPOS, 2011). Assim, em dezembro do mesmo ano seria aprovado o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX, Portaria 077-EME), que continha diversos Planos Básicos, dentre eles, o Plano de Estruturação do Exército, constituído por três horizontes de planejamento: FT 90, FT 2000 e FT-21 (CAMPOS, 2011):

Já em sua primeira versão, o SIPLEX estipulou um ambicioso plano de mudança militar que almejou três reestruturações concomitantes, sendo uma de curto prazo (5 anos), prevista para o período 1986-1990; uma de médio prazo, até o ano 2000 (15 anos); e uma de longo prazo (30 anos) para 2015 (SILVA, 2013, p. 103).

A FT-90 tinha como princípio o redirecionamento da preparação militar do EB para a região amazônica⁹⁵, em confluência ao Projeto Calha Norte, de 1985 (KUHLMANN, 2007). Este novo

⁹⁵ A priorização da Amazônia como área estratégica por parte dos governos militares remonta à década de 1970, principalmente na área econômica (criação da rodovia transamazônica, por exemplo) e no âmbito político-diplomático,

processo de planejamento representou um relativo afastamento do confronto bipolar da Guerra Fria, simultaneamente estabelecendo as diretrizes do EB para o período de abertura política. Além disso, a indicação para a criação de novas brigadas na região amazônica e a redistribuição dos efetivos localizados no Rio de Janeiro apontavam para novos desafios estratégicos (KUHLMANN, 2007). Nos anos subsequentes, as brigadas de selva aumentaram de duas para cinco, enquanto foram suprimidas a Artilharia de Costa e Antiaérea e a criação de somente uma brigada de artilharia antiaérea, localizada no estado de São Paulo (KUHLMANN, 2007).

Inicialmente não havia a previsão de uma diminuição nos efetivos próximos ao litoral, o que indica que o EB mantinha a estratégia da “presença” em todo o território e da “massa” para contrarrestar com quantidade possíveis ameaças qualitativamente superiores (KUHLMANN, 2007). Os recursos extra-orçamentários requisitados ao Presidente José Sarney foram utilizados principalmente na região amazônica, além da criação da Aviação do Exército⁹⁶ e dos investimentos em guerra eletrônica⁹⁷ (KUHLMANN, 2007). Outra característica da FT 90 foi a criação de pelotões para a proteção da fronteira com a Colômbia (5 novas unidades entre 1988 e 2003) e com a Venezuela (1 unidade, em 1994), além de um em Rio Branco (1993) (KUHLMANN, 2007).

A criação das Brigadas de Pronto-Resposta - também denominadas “de pronto emprego” ou “Forças de Ação Rápida” - tinham na aviação do Exército seu eixo principal, visando a mobilidade tática e estratégica (CAMPOS, 2011). Neste sentido, a conjuntura favorável⁹⁸ levou à abertura de concorrência para a compra dos helicópteros, mas, segundo Campos (2011, p. 171), a “aviação (...) chegou antes da doutrina”. Segundo Campos (2011, p. 161), “A FT-90 introduzia inovações doutrinárias relativas a potência de fogo, defesa antiaérea, comando e controle e aeromobilidade (leia-se helicópteros), contemplando boa parte dos ensinamentos do conflito das

como pode-se observar na criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) em 1978. Os investimentos militares acompanharam este processo: em 1976 foi criada a 23ª Brigada de Infantaria, no Pará, junto à Rodovia Transamazônica e, em 1980, foi criada em Rondônia a 17ª Brigada de Infantaria (KUHLMANN, 2007). Até então, a preparação militar do EB estava voltada principalmente para a região sul para as áreas localizadas no litoral.

⁹⁶ Em 1989 (Portaria Ministerial 056-Reservada), foi criada a Brigada de Aviação do Exército (Bda Av Ex), “constituída pela fusão da Diretoria de Material de Aviação com a Seção de Aviação da 3ª Subchefia/EME”, sendo ativada a partir de janeiro de 1990 (PEREIRA, 1996, p. 197).

⁹⁷ Em 1983, foi instituída a Comissão de Coordenação e Controle das Atividades de Guerra Eletrônica (CCCAGE) (Portaria Ministerial 34-Reservada) (PEREIRA, 1996). Em 1984, por meio do Decreto Presidencial nº 89.445, foi criado o Centro de Instrução de Guerra Eletrônica (CIGE), subordinado ao EME, tendo como idealizador e primeiro chefe o Coronel de Comunicações QEMA Humberto José Corrêa de Oliveira (SANTOS, 2013). A 1ª Companhia de Guerra Eletrônica seria criada somente em 1991, por meio da Portaria Ministerial nº 029 (SANTOS, 2013).

⁹⁸ Mesmo que a Guerra das Malvinas tenha acelerado o processo de criação da Aviação do Exército, tal aspiração já existia desde a década de 1960, como visto anteriormente.

Falklands /Malvinas”. A FT-90 também levou à implantação do Programa de Artilharia Antiaérea. Em 1986, o Exército recebeu o protótipo de um sistema computadorizado de direção de tiro de artilharia, o EDT/FILA, fabricado pela Avibras (CAMPOS, 2011). O armamento a ser utilizado era o canhão automático BOFORS L70 40 mm, de origem sueca (CAMPOS, 2011).

O contexto da Guerra Fria ainda pressupunha a necessidade do EB de operar em um ambiente de guerra nuclear, como observado na FT-2000 e na FT-21 (CAMPOS, 2011). Tal impacto pode ser observado também no fato de que a disciplina de “Guerra Revolucionária” continuara a ser ministrada na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) (CAMPOS, 2011). Entretanto, o currículo foi sendo ampliado progressivamente para incluir temas como Guerra Eletrônica e Aviação na medida em que eram demandados pelo planejamento militar terrestre.

No entanto, o contexto dos anos 1980, de restrições orçamentárias, aliado às lições da Guerra das Malvinas levou à criação de um *trade-off* no planejamento do EB. Por um lado, havia a necessidade de manter o alistamento obrigatório para a preservação da reserva mobilizável (o Efetivo Variável); por outro, também era necessária uma maior profissionalização dos militares (Núcleo-Base do Exército) no sentido de capacitá-los para missões de pronto-emprego, o que geraria um maior custo.

Em termos estratégicos e doutrinários, a criação de um “núcleo de intervenção” de pronto-emprego passou a ser associada ao conceito de dissuasão, como visto na Nota Ministerial nº 009, de 1982. Segundo Banha (1987), no âmbito de uma guerra na América do Sul, a estratégia deveria admitir uma doutrina “Defensiva agressiva, nada estática, nada acolhedora de avanço inimigo, para, no momento oportuno, por meio de ofensivas táticas profundas, destruir as Forças Armadas e conquistar regiões” (BANHA, 1987, p. 240). Desta forma, o EB buscou conciliar uma estratégia defensiva (dissuasão) com uma doutrina militar ofensiva (brigadas de pronto-emprego), na figura das “Forças de Ação Rápida (FAR) Estratégicas”⁹⁹ (CAMPOS, 2011, p. 188). Tais brigadas envolveriam Infantaria Paraquedista, Operações Especiais e Esquadrões de Aviação do Exército (CAMPOS, 2011).

⁹⁹ O evento central neste sentido foi a criação do 4º Batalhão de Aviação do Exército em Manaus (AM), em 1992, no mesmo ano da ativação do Centro de Instrução de Aviação do Exército em Taubaté (SP) (KUHMAN, 2007). Entretanto, nos anos 1990 as restrições financeiras e a intensificação da Amazônia como região a ser resguardada pelo Brasil levou à extinção da 1ª Brigada de Artilharia Costeira (1992), localizada em Niterói (RJ) e à transferência de diversas unidades do litoral para o interior do país.

Em termos organizacionais, além da extinção do I, II, III e IV Exércitos (substituídos pelos Comandos Militares), em 1986, foi criada, no âmbito do EME, uma comissão para o estudo da Organização Básica do Ministério do Exército seguida, no ano seguinte pela emissão da Diretriz para do Sistema Exército e da Organização Básica do Exército (PEREIRA, 1996). Estas iniciativas tinham como objetivo “propor uma organização básica racional e eficaz para o Exército”, tomando como base a “Teoria Geral dos Sistemas, [a] Teoria da Contingência e [a] Teoria Geral da Administração” (PEREIRA, 1996, p. 132). A importância desse novo ciclo de reformas será observada nos anos 1990, com a adoção, por parte do EME, de novos formatos que buscaram adaptar a força terrestre à nova conjuntura nacional e internacional pós-Guerra Fria.

3.5 CONCLUSÕES PARCIAIS

Esse capítulo buscou identificar as principais mudanças da doutrina militar do Exército brasileiro no século XX. Pode-se dividir o período em cinco fases. A partir da Primeira República, a força terrestre passou a procurar novas referências doutrinárias externas para sua modernização, o que seria encontrado, primeiramente, na experiência militar alemã e, logo depois, na doutrina francesa. Este período foi essencial para a consolidação das Grandes Unidades de caráter permanente e do preparo da força terrestre sob o comando do recém-criado Estado-Maior do Exército (EME). A contratação da Missão Militar Francesa (1920 a 1940) lastreou a formulação doutrinária da força terrestre, marcada pela ênfase na infantaria (divisões ternárias), nas fortificações e nos exercícios de mobilização (modelo de nação em armas).

A segunda fase da doutrina militar terrestre brasileira engloba o período entre a Segunda Guerra Mundial e a década de 1960, quando o Exército brasileiro absorveu, de forma parcial, os equipamentos e manuais de campanha estadunidenses. A principal hipótese de guerra, contra a Argentina, permaneceu como prioridade da força singular; contudo, oficiais como Castello Branco propunham a adoção de uma postura doutrinária ofensiva, principalmente devido à redução do poder relativo dos países vizinhos ao Brasil. Além disso, esta hipótese de guerra passaria, progressivamente, a conviver com novas ameaças oriundas da Guerra Fria, desde a guerra nuclear até a guerra revolucionária interna e a participação em operações de paz. Apesar da criação do EMFA e da ESG terem representado a tentativa de constituição de uma “Doutrina Militar

Brasileira” conjunta, o EME seguiu como o órgão central de formulação da doutrina de emprego da força terrestre.

Contudo, o descontentamento com os frutos do acordo militar de 1952 e as limitações quanto à absorção da doutrina estadunidense levaram os militares brasileiros a pensar em projetos autônomos de modernização e a elaboração de uma doutrina militar nacional. O evento-símbolo desse processo foi a designação de uma seção no EME (8ª Seção), em 1968, para dedicar-se exclusivamente aos estudos doutrinários. Além disso, no plano organizacional, o escalão Divisão de Exército substituiu as antigas Divisões de Infantaria e Cavalaria, e a combinação de armas passou a ser realizada pelo escalão Brigada.

Por fim, nos anos 1980 e 1990 – simultaneamente à transição política interna, à crise econômica e ao fim da guerra fria – duas guerras regionais (Malvinas e Golfo) alteraram a percepção brasileira sobre a correlação de forças e o padrão de alianças no sistema internacional. Simultaneamente ao interrompimento dos projetos de modernização da base industrial de defesa, foi gestado um novo debate interno acerca das prioridades estratégicas e doutrinárias a serem adotadas. O grande marco desta nova fase foi a elaboração do SIPLEx (1985), a partir do qual seria estruturado o preparo da força terrestre, incluindo, no âmbito da 3ª Subchefia do EME, a elaboração doutrinária. Além disso, verificou-se que as principais fontes de doutrina ainda provinham dos Estados Unidos da América (EUA), principalmente a partir de uma série de reuniões bilaterais e multilaterais das quais o Exército Brasileiro participou de 1984 a 1989 (Quadro 3). Esse processo seria intensificado principalmente após a Guerra do Golfo de 1991, que teria impacto direto na elaboração da Doutrina Delta (1996).

Em termos teóricos, pode-se observar que tanto a abordagem realista quanto as teorias organizacionais iluminam aspectos que influenciaram as mudanças doutrinárias nesse período. Por um lado, a doutrina militar terrestre buscava atender às mudanças no equilíbrio de poder na América do Sul (principalmente a Argentina) e também emular práticas de potências extrarregionais para a ampliação das capacidades militares internas (Alemanha, França e Estados Unidos da América). Por outro lado, as mudanças de doutrina militar, mesmo que estimuladas por fatores externos, dependeram da vontade política e do arranjo institucional interno, como analisado neste capítulo e no próximo, referente à Doutrina Delta (Capítulo 4).

A consolidação do Exército brasileiro como instituição permanente dependeu tanto de fatores externos (aquisição de capacidades militares por meio de parceiros externos) quanto da

capacidade de organizar-se enquanto força política internamente, desenvolvendo o que Avant (1993) denominou “viés institucional” em sua relação com o poder civil. Contudo, houve uma incorporação seletiva da doutrina militar de países considerados modelos a serem seguidos: Alemanha (Primeira República), França (pós-Primeira Guerra Mundial) e Estados Unidos da América (pós-Segunda Guerra Mundial). Tal fato não exclui momentos de busca de maior autonomia na formulação doutrinária, como nas décadas de 1960 a 1980. Esses fatores influenciaram a formação da doutrina militar do Exército Brasileiro nos dois níveis de análise – sistêmico e organizacional – e poderão ser observados novamente no próximo capítulo, dedicado aos anos 1990 e à formação da Doutrina Delta (1996).

4 OS DESAFIOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO PÓS-GUERRA FRIA E A ORIGEM DA DOCTRINA DELTA (1991-1996)

Este capítulo tem como objetivo identificar os principais desafios estratégicos enfrentados pelo Exército Brasileiro após o fim da Guerra Fria. No Brasil, a passagem da década de 1980 para os anos 1990 foi marcada pela confluência de três fatores – a aproximação com e Argentina, a redemocratização e o fim da Guerra Fria –, levando ao que Fucille (2006, p. 125) denominou “crise de identidade militar”¹⁰⁰ ou, segundo Vidigal (1993, p. 67), uma “crise existencial de certos setores militares”. O declínio do combate ao comunismo como prioridade das Forças Armadas nas décadas de 1980 e 1990, como demonstrado por Castro (2002), abriu espaço para a ascensão de novos objetivos estratégicos, como a defesa da Amazônia (Doutrina Gama), as operações de paz (IP 100-30) e a Garantia da Lei e da Ordem (Doutrina Alfa).

Conforme os pressupostos do Institucionalismo Discursivo, essa crise ideacional demandou um novo conjunto de concepções gestado em espaços discursivos capazes de formulá-lo. No caso do Exército Brasileiro, os espaços discursivos eram formados principalmente pelo Estado-Maior do Exército (EME), pela Escola Superior de Guerra (ESG) e pelas revistas militares como A Defesa Nacional e a Revista da ESG.

No plano da preparação militar convencional, a Guerra do Golfo teve um forte impacto no Exército Brasileiro, principalmente na preparação para a guerra convencional, influenciando diretamente a formulação da Doutrina Delta (1996). Para além da percepção sobre a necessidade de modernização tecnológica da Força Terrestre, presente nas décadas anteriores, foi reforçada a ideia de mudança doutrinária e a incorporação de novos conceitos operacionais aos manuais de campanha da Cavalaria, da Infantaria e da Artilharia do Exército.

¹⁰⁰ No plano político, o governo de Fernando Collor de Mello buscou expandir o controle civil sobre os militares; contudo, não estabeleceu uma missão bem definida para as Forças Armadas (BERTAZZO, 2005). A extinção do Serviço Nacional de Informação (SNI) e a criação da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) são exemplos desse processo.

4.1 AS NOVAS AMEAÇAS E OS DESAFIOS PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO

O contexto internacional do pós-guerra fria teve como uma de suas características a flexibilização do conceito de segurança. Herdeiro das pesquisas sobre Desarmamento e Segurança Comum desenvolvidas na Guerra Fria, o conceito de Segurança Humana foi inaugurado em 1994 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), substituindo o Estado pelo indivíduo como centro das preocupações securitárias (BUZAN e HANSEN, 2012). As novas abordagens incluíram o Feminismo e o Pós-Estruturalismo, que buscam ressignificar os principais preceitos positivistas tanto do Realismo quanto da própria agenda de Pesquisas da Paz (BUZAN e HANSEN, 2012).

No bloco ocidental, tais mudanças teóricas foram reflexo das alterações políticas e estratégicas do final da Guerra Fria: a ampliação das crises e intervenções no terceiro mundo e os desafios oriundos de uma nova configuração do Sistema Internacional, agora sem a presença da URSS como principal ameaça. Instaurou-se uma crise ideacional que demandava um novo diagnóstico acerca dos principais desafios que países como os EUA deveriam enfrentar.

4.1.1 As percepções do Exército Brasileiro sobre o pós-Guerra Fria

Como visto no capítulo anterior, no último quarto do século XX já estava em curso uma reorientação estratégica e diplomática brasileira. Parte dos intelectuais militares brasileiros já percebia a emergência de um Sistema Internacional economicamente multipolar, apesar da primazia de Estados Unidos e União Soviética no campo político e militar. Segundo o General do Exército Oswaldo Muniz Oliva, Comandante e Diretor de Estudos da ESG: “Quer sob o aspecto da multipolarização econômica, quer sob o aspecto da bipolarização político-ideológica, avulta, cada vez mais, a importância do componente científico-tecnológico” (OLIVA, 1988, p. 10). A Guerra das Malvinas (1982), somada à alta da taxa de juros norte-americana no ano anterior, fortaleceu a percepção de que o confronto “leste-oeste” estava dando espaço para a emergência de embates “norte-sul” com prejuízos para potências médias em ascensão como o Brasil.

Reis e Macedo Filho (1989)¹⁰¹ antecipavam o que analisaria Therezinha de Castro (1993) em uma visão geopolítica da mudança do eixo Leste-Oeste para o Norte-Sul:

Sob o ponto de vista eminentemente político-militar, o mundo persiste bipolar, (...) [mas] no tocante aos aspectos econômicos, vínhamos assistindo uma configuração multipolar, esquematizada em um pentagrama composto pelas duas superpotências referidas, acrescidas da CEE, do Japão e da China. Hoje, todavia, a pluralização de centros de poder já delinea uma tendência de a sociedade internacional se organizar, cada vez mais, em 'economias de conjunto', isto é, em blocos de nações adjacentes compondo unidades econômicas institucionalmente estabelecidas (REIS; MACEDO FILHO, 1989, p. 49).

No âmbito do multilateralismo econômico, percebia-se um cenário desfavorável para os países do Terceiro Mundo:

As ações de organismos como o FMI, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Clube de Paris e o Banco Mundial pressionam as economias dos países do Terceiro Mundo para que se ajustem a determinados padrões de comportamento, sob pena de se verem colhidas em 'apartheids' econômicos, científicos e tecnológicos (FORTUNA, 1993, p. 11).

Em 1991, a eclosão da Guerra do Iraque demonstrou que o fim da bipolaridade não significou o começo de uma “era de paz”:

Esta mesma guerra coloca problemas novos para o preparo militar brasileiro e para a orientação terceiro-mundista do Itamaraty, enquanto o novo quadro das relações Leste-Oeste, decorrente da crise do sistema soviético e da superação da Guerra Fria, contesta os fundamentos estritamente anticomunistas da identidade política e estratégica das militares, segundo os conceitos rigidamente bipolares da Doutrina de Segurança Nacional (OLIVEIRA, 1994, p. 76).

Segundo diagnóstico do EME, em livro publicado em 1996: “O conflito do Golfo Pérsico demonstrou que, apesar de superadas as divergências ideológicas, a paz não é total e ressaltou a vertiginosa evolução da arte da guerra, em face da sofisticada tecnologia à disposição dos países mais adiantados” (PEREIRA, 1996, p. 168). Para Vidigal (1991, p. 25), com o fim da Guerra Fria, “[...] as estruturas de poder que garantiram a estabilidade do mundo por todo esse período também desapareceram”.

¹⁰¹ CMG (FN) RRm Paulo de Oliveira Reis e CMG RRm José Macedo Filho, Chefe e Adjunto da Divisão de Assuntos Internacionais da ESG, respectivamente.

A partir da visita ao Brasil, em fevereiro de 1992, do Secretário de Defesa dos Estados Unidos Richard Cheney, o General-de-Divisão Carlos de Meira Mattos escreveu um artigo analisando as duas linhas de política externa em disputa nos EUA: uma que defendia o exercício de sua hegemonia internacional, e outra que argumentava em favor da cooperação com o grupo dos “grandes” por meio da ONU e dos organismos financeiros internacionais (Banco Mundial, FMI, Clube de Paris, etc.) (MATTOS, 1992a). Para o autor, a multipolaridade, ainda que desequilibrada, constituiria um cenário menos pior para o Brasil, que ainda poderia manter certo peso estratégico e atuar a partir do não-alinhamento automático ao bloco americano (MATTOS, 1992a).

Para Cyrino (1994), assim como escreveria Mattos (1994) havia uma “tríade de poder: o bloco norte-americano, constituído pelo Canadá, México e Estados Unidos, sob a liderança desse último; o bloco europeu, centrado na CEE e sob liderança alemã; e, o bloco asiático, liderado pelo Japão” (CYRINO, 1994, p. 43). Para Castro (1994), tais blocos formariam eixos de caráter Norte-Sul, cada um com seu “Estado Diretor” e um “espaço vital” disputado nas regiões do Sul.

O fim da Guerra Fria também alterou a agenda diplomática dominante nas relações internacionais. Contudo, os autores militares analisados nesta pesquisa viam com cautela a ascensão dos novos temas tratado nos fóruns da ONU. No âmbito das relações Norte-Sul, tais agendas poderiam trazer “consequências perversas nos campos político, econômico e social para o conjunto mais fraco” (REIS e MACEDO FILHO, 1989, p. 53). Se, por um lado, identificava-se um “degelo” no sentido da paz, por outro, estavam: “[...] sendo valorizados temas profundamente sensíveis para países como o Brasil como, por exemplo, meio ambiente, propriedade intelectual, transferência de tecnologia, entre outros” (REIS e MACEDO FILHO, 1989, p. 50).

Tanto Leonel (1996 e 1997) quanto Mattos (1997) e Oliva (1996) identificavam os possíveis perigos oriundos da globalização, propagada por autores como Alvin Toffler (a Terceira Onda), Mc Luhan (Aldeia Global), Francis Fukuyama (O Fim da História) e John Naisbit (Megatrend 2000):

[...] há que se considerar, em país como o Brasil, o perigo de se aceitar o enfraquecimento de um sistema internacional que moralmente sustenta o princípio de igualdade entre os Estados, por outro que, em face de nosso atraso técnico científico e nossa escassez de capital, poderá vir a nos condenar à situação de colônia dos poderosos Estados e conglomerados financeiros e científicos, mais aptos a se beneficiarem da globalização (MATTOS, 1996, p. 95).

Assim como debatido por Fortuna (1993), Vidigal (1996) temia que as elites brasileiras absorvessem a ideia de que, com o fim da Guerra Fria, as Forças Armadas brasileiras deveriam atender a missões tradicionalmente pertencentes às forças policiais:

De acordo com este conceito, como não há ameaças externas a estes países - e caso elas ocorram, a segurança deles será assegurada pelas grandes potências - as suas forças armadas devem ser usadas no combate ao crime organizado, em especial o tráfico de drogas e o contrabando de armas; na implementação de projetos voltados para a área social; na preservação do meio ambiente e em tarefas que normalmente cabem às forças policiais ou a outros órgãos públicos, não necessitando, portanto, de armamento sofisticado e de alto custo, com grande economia de recursos que, deste modo, poderão ser aplicados na área social, tão carente deles (VIDIGAL, 1996, p. 48).

De forma semelhante, o tema do desarmamento, gerenciado a partir dos tratados entre EUA e URSS, era visto por parte dos militares como perigoso para o Brasil. O debate já existente no Brasil acerca da aplicabilidade das Forças Armadas em operações internas de Garantia de Lei e Ordem (GLO) era reforçado por pressões externas que propunham a especialização das capacidades militares dos países do Terceiro Mundo em missões semelhantes àquelas cumpridas pela polícia. Tal agenda estava atrelada ao pressuposto de que a segurança externa desses países seria garantida pelos Organismos Internacionais:

As questões de segurança externa ficariam sob a esfera da competência dos Organismos Internacionais, que elegeriam tropas multinacionais, sob liderança e tutela dos países desenvolvidos, quando sempre prevalecem os interesses destes últimos no âmbito das decisões (FORTUNA, 1993, p. 13).

A integração regional latino-americana passou a ser reconhecida como um dos eixos da inserção internacional do Brasil inclusive no setor político civil (REIS e MACEDO FILHO, 1989; COLLOR DE MELO, 1990; RESEK, 1990; REIS e AZEVEDO, 1991). Além disso, em alusão à emergência dos blocos regionais e do “novo multilateralismo”, indicava que “as nações mais fortes já não são aquelas habilitadas militar ou economicamente a imporem sozinhas os seus desejos” (MELO, 1990, p. 12). Vidigal (1991, p. 59) descreveu o dilema da região da seguinte forma: ou integrar-se à economia mundial e ao primeiro mundo, “correndo o risco de perder a própria identidade”, ou buscar o isolamento, que, segundo o autor, tem sido a opção escolhida. O autor aponta para uma solução mista:

O paulatino desenvolvimento de um sistema de defesa coletivo latino-americano é um objetivo a ser procurado sem que para isso seja necessário recusar a cooperação militar com os Estados Unidos. (...) O TIAR terá de se adaptar às novas circunstâncias criadas pelo novo cenário mundial e pelas transformações em curso na América Latina (VIDIGAL, 1991, p. 64).

Deste modo, pode-se identificar, nos anos 1990, a ascensão de novos temas na agenda diplomática internacional que eram vistos com cautela pelas lideranças militares e civis brasileiras. A resposta do pensamento militar da época pode ser resumida em três pontos: um ceticismo frente aos possíveis benefícios do fim da Guerra Fria, a preocupação com a defesa da Amazônia, e o reconhecimento da necessidade de adaptação das Forças Armadas brasileiras aos novos padrões tecnológicos em vigor. Como será discutido na próxima seção, tais desafios somaram-se aos já existentes na década de 1980, como a integração regional, a projeção no Atlântico Sul e a diversificação de parcerias estratégicas.

4.1.2 O debate sobre o papel das Forças Armadas no pós-Guerra Fria

O fim da Guerra Fria reacendeu um debate gestado ainda em meados da década de 1980: a finalidade das Forças Armadas brasileiras no contexto da redemocratização. As opiniões, neste caso, também variaram: por um lado, havia o argumento de que, diferentemente das forças policiais, a preparação militar do país deveria estar voltada para ameaças externas, sendo elas tradicionais ou não. Por outro, como é o caso do General Euclides de Oliveira Figueiredo Filho (1985), então Comandante da ESG, o conceito de Segurança concedia às Forças Armadas um papel intrínseco de garantidor da ordem interna, além de proteger o país de ameaças externas (defesa nacional).

O Estado-Maior do Exército realizou uma série de estudos visando adaptar-se à nova conjuntura internacional. Segundo Pereira (1996), o órgão apontou as seguintes evidências:

- Importância, no **ambiente regional**, da adoção de medidas de confiança que **reduzam ou anulem qualquer possibilidade de conflito**;
- orientação do preparo militar para **outros tipos de missões que não as guerras convencionais**;
- busca de uma doutrina adequada e capacitação para atuar com **grande mobilidade**, com efetivo ponderável e altamente adestrado;
- preparação e condicionamento para emprego como **Força de Manutenção de Paz**, em atendimento a compromissos assumidos (PEREIRA, 1996, p. 12)

Se nos anos 1980 predominava o debate sobre a segurança interna e as ações complementares, nos anos 1990 houve a ascensão da agenda das “novas ameaças”, as consequências doutrinárias da Guerra do Golfo, e o aumento das Operações de Paz no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Vidigal (1992) posicionava-se contra a especialização das Forças Armadas para o combate a ameaças internas como o narcotráfico e a proteção do meio ambiente, afirmando que isso significaria “submeter-se, como sempre ocorreu no passado, aos interesses estratégicos da potência hegemônica” (VIDIGAL, 1992, p. 126). Para o autor, a América Latina deveria “[...] promover com sucesso a integração econômica e aprimorar a cooperação nas áreas política e militar”, o que “[...] implica a manutenção de forças armadas suficientes para dissuadirem os países mais poderosos de impor a sua vontade” (VIDIGAL, 1993, p. 73).

Sérgio Porto da Luz (1989) expôs o debate acerca das chamadas “ações complementares” das Forças Armadas, previstas pela Constituição de 1988, que envolvem o apoio à indústria e à infraestrutura, assim como o envolvimento em ações sociais e ocupação de territórios como a Antártica. Após ressaltar que a principal função das Forças Armadas é a defesa externa, coloca-se ao lado daqueles que apoiam essas ações, argumentando que é um meio tanto para a constante preparação das Forças quanto para a captação de recursos: “[...] ao desempenhar funções e executar tarefas e funções complementares, a Força passa a ter argumentos e posições políticas para, mais facilmente, obter recursos e realizar seu próprio desenvolvimento, do seu material, do seu adestramento e aprestamento” (LUZ, 1989, p. 112, grifos nossos).

No âmbito da política externa, Collor aproximou-se dos EUA¹⁰² e esfriou as relações com os demais países em desenvolvimento, exceto os da América do Sul. Além disso, extinguiu a Política Nacional de Informática e assinou o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), provocando o fim do Programa Nuclear Paralelo em 17 de setembro de 1990 com o fechamento de um poço, com 1km de profundidade, escavado na serra do Cachimbo para explosões subterrâneas experimentais (BANDEIRA, 2004).

¹⁰² Durante sua visita ao país norte-americano, Collor firmou com o presidente Bush o Acordo 4+1, comprometendo o Brasil a negociar a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), juntamente com a Argentina, Uruguai e Paraguai, seus sócios no Mercosul (BANDEIRA, 2004). Três anos depois, na Cúpula das Américas, a proposta seria reiterada, agora com a presença de Fernando Henrique Cardoso e Bill Clinton. O objetivo estadunidense era contrapor os processos de integração europeu e sul-americano – fortalecidos, respectivamente, pelo Tratado de Maastricht (1992) e pelo Tratado de Assunção (1991) – a fim de aumentar as exportações e reduzir os déficits de sua balança comercial, superiores a US\$ 200 bilhões por ano (BANDEIRA, 2004)

Na XIX Conferência dos Exércitos Americanos, realizada em Washington (1990/1991) o secretário de Defesa dos Estados Unidos, Richard (Dick) Cheney sugeriu que as Forças Armadas dos países latino-americanos deveriam priorizar o combate ao narcotráfico, reduzir seus efetivos, limitar seus armamentos às necessidades de autodefesa e obedecer aos mecanismos de controle de tecnologias para a fabricação de artefatos nucleares (BANDEIRA, 2004). No ano seguinte, Cheney visitou 15 países da região, incluindo o Brasil, propugnando a reorientação da doutrina militar em direção ao combate ao narcotráfico. Tal proposição, segundo Bandeira (2004), não foi bem recebida em países como Brasil e Chile, que recebiam a interferência externa em assuntos vitais de seus países, principalmente aqueles relacionados aos recursos naturais.

4.1.3 O Meio Ambiente como fonte de ameaça e a Defesa da Amazônia como prioridade

O tema do meio ambiente era percebido como delicado para o Brasil devido às pressões pela internacionalização da Amazônia e as denúncias de desmatamento. Em agosto de 1988, a difusão internacional de imagens de queimadas na floresta amazônica somada, quatro meses depois, ao assassinato do seringueiro Chico Mendes (que mantinha contatos com autoridades governamentais, parlamentares e do BID nos EUA), reacendeu as críticas ao Brasil somando o tema ambiental à questão indígena. Desta forma, à crise econômica interna acrescentava-se uma crise política internacional¹⁰³. Em 1989, no âmbito do G-7, o presidente francês François Mitterrand defendeu que a região amazônica e as florestas tropicais fossem declaradas patrimônio da humanidade (OLIVEIRA, 1994). Este processo provocou reações de militares e políticos no país como, por exemplo, um documento da ESG sobre o tema em 1990 e uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Internacionalização da Amazônia em 1991 (DINIZ, 1994).

Os principais alvos dessas iniciativas foram Organizações Não-Governamentais (ONGs), Igrejas, empresas multinacionais e ecologistas. Segundo o então Chefe do EME, General Waldir Eduardo Martins, “Vemos, na hora presente, mais uma investida de organismos internacionais e de outros países sobre a nossa Amazônia” (PEREIRA, 1996, p. 90). Ibsen de Gusmão Câmara (1991) chamou a atenção para a “utilização, infelizmente frequente, de temas ecológicos com objetivos

¹⁰³ Curiosamente, 1987 e 1988 foram os anos em que o Brasil sofreu retaliações de Reagan sobre sua Política Nacional de Informática (1984), e quando disputava com os EUA o mercado de carros de combate principais (*Main Battle Tanks*) na Arábia Saudita com o EE-T1 Osório (HURRELL, 2013; FARNSWORTH, 1987).

políticos inconfessados. [...] Inúmeros exemplos poderiam ser citados em muitos países, inclusive no nosso” (CÂMARA, 1991, p. 73). Segundo Gilberto Castro (1990), esse espaço deveria ser tratado como uma prioridade geopolítica.

Os principais atores vistos com receio neste âmbito são as Organizações Não-Governamentais (ONGs) tanto brasileiras quanto do exterior:

É crescente o papel das ONGs, se notando um direcionamento voltado para a tentativa de 'legitimação' das ações coletivas, com impactos sobre as soberanias nacionais, privilegiados os interesses das nações mais desenvolvidas (REIS, 1993, p. 91).

Como exemplo, pode-se citar a polêmica do território Ianomami:

Considerada como 'embrião de enclave no Brasil' pelo ex-presidente José Sarney, a demarcação do território ianomami determinada pelo ministro Passarinho em novembro de 1991 dividiu o governo do presidente Collor: a favor ficaram os Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores e a Procuradoria Geral da República, ao passo que os Ministérios militares combateram-na. A conjuntura sugere que o governo brasileiro dispôs-se a usar a demarcação como moeda de troca para o acesso a tecnologias sensíveis ou, no mínimo, para melhorar o quadro de relações com os Estados Unidos. Daí talvez a disposição manifesta pelo ministro José Goldemberg de abrir mão do projeto de submarino nuclear tendo em vista o acesso a tecnologias de alta sensibilidade” (OLIVEIRA, 1994, p. 286).

O Capitão-de-Mar-e-Guerra Sérgio Porto da Luz citou diversos atores que estariam envolvidos no projeto de internacionalização da Amazônia, violando a soberania brasileira e dos demais países da região. Segundo Reis e Azevedo (1991), os pressupostos da “soberania relativa” e da “teoria dos enclaves” eram utilizados para legitimar ações externas contra a soberania dos Estados da região. Para Luz (1990), observava-se a existência de: “[...] projetos internacionalizantes, seja através de certas pesquisas institucionais, seja através da ação de algumas Organizações Não-Governamentais (ONG), de setores da Igreja, de empresas multinacionais e de ecologistas e ambientalistas manipulados” (LUZ, 1990, p. 164).

Segundo Cyrino (1994), a Conferência do Rio de Janeiro (ECO-92) foi essencial para o Brasil conceder nova roupagem ao debate do meio ambiente, levando em consideração os interesses dos países em desenvolvimento: “A tese da preservação pura e simples [...] contrapôs-se a consciência da preservação do homem regional através do 'desenvolvimento sustentado'”

(CYRINO, 1994, p. 46-47). Entretanto, o emprego das Forças Armadas no evento não agradou parte dos militares:

O fato de que a elas [Forças Armadas] coube a missão de ocupar as ruas da cidade, durante a Rio-92, causou enorme desagrado nos meios militares. Foi percebido como tentativa de demonstrar a vocação policial das Forças Armadas, dentro das quais muitos oficiais avaliavam que constituía grave erro o envolvimento nas tarefas de repressão às supostas atividades subversivas, durante os anos 60 e 70, pois contribuiu para seu desprestígio e enfraquecimento (BANDEIRA, 2004, p. 69).

Diante deste cenário, o Ministro do Exército General Zenildo Gonzaga de Lucena ressaltou a região amazônica como prioridade regional:

A Amazônia tem sido objeto de muita controvérsia na imprensa mundial e sobre ela muitos falam, inclusive inverdades. (...) Tudo isso deixa evidenciado que a Amazônia é, já há muito tempo, área estratégica de alto interesse para os brasileiros. Impõe-se a urgente necessidade de integrá-la ao ambiente nacional e articulá-la com os nossos vizinhos, também depositários desse patrimônio. Este é o motivo principal da prioridade nacional hoje emprestada à nossa Amazônia. Para ela se orienta o destino manifesto do Brasil (LUCENA 1996, 11).

O tema da integração sul-americana ressaltaria a importância da Amazônia como uma região-chave para o planejamento estratégico brasileiro. Segundo Gilberto Castro (1990), este espaço deveria ser tratado como uma prioridade geopolítica:

[...] tem-se revelado, de um lado, como área motivo de permanente cobiça internacional, de outro lado, vem sendo mantida sua condição de reserva de recursos, sempre relegada a um plano secundário, no conjunto das regiões prioritárias brasileiras (CASTRO, 1990, p. 8).

Em setembro de 1990, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), da presidência da República, e os Ministérios da Aeronáutica e da Justiça apresentaram à Presidência da República a Exposição de Motivos N° 194, de 21.09.1991, que resultou no Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), de responsabilidade da SAE, e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), de responsabilidade do Ministério da Aeronáutica (BANDEIRA, 2004). O projeto seria impulsionado no contexto da Conferência Rio-92, e o governo Itamar Franco, em 1993, decidiu executá-lo (BANDEIRA, 2004). A elaboração do projeto de construção do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), respondeu a uma demanda de vigilância da fronteira norte, que além de ser

alvo de devastação ambiental, é uma das principais rotas de tráfico de drogas no Brasil (BERTAZZO, 2005, p. 74).

4.1.3.1 Defesa da Amazônia e a Doutrina Gama (1997)

A premência da defesa da Amazônia seria reforçada a partir de fevereiro de 1991, quando um posto do Exército Brasileiro no igarapé da Serra da Traíra foi surpreendido por um ataque de membros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) que tinham o objetivo de recolher armas e suprimentos (DONATO, 1996). A reação brasileira seria batizada de “Operação Traíra”, que eliminou doze guerrilheiros e recuperou boa parte do material capturado. Segundo Nobre (2013):

Do lado brasileiro, baseado em Vila Bittencourt, destacamos a utilização de apoio aéreo, pela aviação do exército, se utilizando da Patrulha Ajuricaba, integrada por 4 helicópteros de manobra HM1 Pantera, 2 helicópteros de reconhecimento e ataque HA1 Esquilo, reforçados por pessoal de suprimento e manutenção; e pela Força Aérea Brasileira (FAB), com aeronaves C-130 Hércules e C115 Búfalo. A marinha do Brasil também se fez presente, através da utilização de apoio de um Navio Patrulha Fluvial da Flotilha do Amazonas (FLOTAM), com base em Manaus, além de duas aeronaves C-95 Bandeirante, de reconhecimento, seis helicópteros UH-1H e seis aeronaves de ataque ao solo AT-27 Tucano, todas baseadas em Vila Bittencourt, segundo informações do Coronel William Mendel (2000) (NOBRE, 2013, p. 34-35).

As pressões internacionais sobre a região levaram o então Comandante Militar da Amazônia, General Antenor de Santa Cruz Abreu, a ameaçar transformar a Amazônia em um ‘novo Vietnã’ se alguma potência tentasse internacionalizar a região: “Seu sucessor, general Carlos Aníbal Pacheco, manifestou o mesmo sentimento” (BANDEIRA, 2004, p. 87). Daí o surgimento da “Estratégia da Resistência”, também denominada Estratégia da Lassidão, a partir da hipótese da conquista da Amazônia por uma grande potência, visando à sua internacionalização (BANDEIRA, 2004).

A partir de então, pode-se observar uma série de transferências de unidades do Exército Brasileiro para a região amazônica¹⁰⁴. Em novembro de 1991, a 1ª Brigada de Infantaria Motorizada (Petrópolis-RJ) foi transferida para Boa Vista (RR), tornando-se a 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI). Em janeiro de 1993, a 16ª Brigada de Infantaria Motorizada

¹⁰⁴ As informações sobre essas transferências foram retiradas dos sites *online* das respectivas unidades.

(Santo Ângelo-RS) também seria deslocada para o norte do país, na cidade de Tefé (AM). No mesmo ano, seria instalado em Manaus o atual 4º Esquadrão de Aviação do Exército, Esquadrão Cel Ricardo Pavanello (BENTO, 2003). A capital amazonense receberia também, em 1995 e 1996, a Companhia de Inteligência e o Centro de Embarcações do CMA, respectivamente, “para apoio logístico da tropa do Exército, guarnecendo a fronteira e, desde 1998, o 4º Centro de Telemática de Área” (BENTO, 2003, p. 248). Em 1998, pode-se citar a 2ª Brigada de Infantaria Motorizada (Niterói-RJ), transformada em 2ª Brigada de Infantaria de Selva, localizada em São Gabriel da Cachoeira (AM) e a ativação do 33º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (33º GAC SI) em Boa Vista (RR). Nos anos 2000, pode ser citada a criação do 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (10º GAC SI), sediado em Roraima, a transferência de brigadas de operações especiais do Rio de Janeiro para Goiás em 2003, e, em 2004, da 2ª Brigada de Infantaria Motorizada de Niterói (RJ) para São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. No mesmo ano (2004) seria criada a 8ª Divisão do Exército, com sede em Belém (PA) (KUHLMANN, 2007).

Em 1993, como resposta a exercícios militares realizados por tropas norte-americanas sob o comando do general George Julwan no território das Guianas, assim como na Colômbia e no Suriname, o Exército realizou a Operação Surumu, simulando um combate ao norte da cidade de Boa Vista (Roraima):

Como resposta a esses exercícios das tropas americanas na Guiana, percebidos como o prenúncio da ‘teoria do cerco’ - do ‘cerco’ da Amazônia brasileira -, realizaram, em 4 de outubro de 1993, a Operação Surumu, contra um país imaginário, chamado Cratenia, que constituiu em uma série de manobras conjuntas e se estendeu sobre uma área de 34.900 km², ao norte da cidade de Boa Vista (Roraima), com cerca de 6.000 soldados (3.000 do Exército, dos quais 800 pára-quedistas), 37 aviões de combate, quatro navios e quatro navios-hospitais” (BANDEIRA, 2004, p. 86).

A Doutrina Gama (IP 100-3, de 1997)¹⁰⁵, nesse sentido, representou a adoção de uma estratégia híbrida por parte da força terrestre brasileira para a região amazônica, em suas variantes “C” (Convencional) e “R” (Resistência). Em termos estratégicos, o objetivo da Doutrina Gama foi preparar o país para dois cenários: no caso de um inimigo com poder militar equivalente ou inferior ao brasileiro, a utilização de forças e táticas convencionais, e a execução de operações de curta

¹⁰⁵ O documento “IP 100-3 Bases para a Modernização da Doutrina de Emprego da Força Terrestre na Amazônia (Doutrina Gama) - Port Nº 054-EME-Res, de 18 jul 97 (1ª Ed/1997)” não está disponível para consulta pública. Entretanto, pode-se depreender seus pressupostos e diretrizes a partir de documentos adjacentes e estudos elaborados sobre o tema no período posterior, particularmente da ECEME.

duração (Doutrina GAMA C). Já na hipótese de um poder militar incontestavelmente superior ao brasileiro, seriam adotadas ações não-convencionais em um combate prolongado, evitando o engajamento direto com o inimigo (Doutrina Gama R) (ROCHA, 2000).

Segundo o então Major de Comunicações Mauro Raimundo Marques da Silva (2000), tanto a Guerra do Golfo (1991) quanto a Guerra do Kosovo (1999) são exemplos de casos em que houve uma coalizão ou um país com força incontestavelmente superior. Neste sentido, o autor chama a atenção para a necessidade de ações conjuntas entre Exército, Marinha e Aeronáutica, particularmente devido à importância do controle das vias fluviais e das bases aéreas, meios essenciais para a manutenção da logística das operações. Além disso, para lidar com uma força externa superior, a Estratégia de Resistência (Doutrina Gama R) seria executada em quatro fases: (i) preparo da Área de Resistência, (ii) resistência inicial à invasão e internamento (operações convencionais), (iii) combate de resistência (operações não-convencionais), e (iv) expulsão do invasor (SILVA, 2000).

Quadro 4 – Postura da Estratégia da Resistência

ESTRATÉGIA DA RESISTÊNCIA	NÍVEL ESTRATÉGICO	NÍVEL TÁTICO
ATITUDE	Defensiva	Ofensiva
DURAÇÃO	Prolongada	Operações de Decisão Rápida
EFEITO DESEJADO	Desgaste Político	Combate de Aniquilamento
RELAÇÃO DE FORÇAS	Inferioridade	Superioridade local
FORMAS DE MANOBRA	Linhas Interiores ^a	Linhas Exteriores ^b

Fonte: Silva, 2000, p. 43

No final da década de 1990, o então Chefe do Estado-Maior do Exército, General Gleuber Vieira, assumiu o Ministério do Exército buscando dar continuidade à modernização da Força Terrestre a partir da estruturação de Forças de Ação Rápida e de Pronto Emprego. Em entrevista concedida à Revista Verde Oliva em 1998 e publicada pela Revista do Exército Brasileiro em 1999, o General Gleuber ressaltou que a área amazônica continuava sendo prioritária para o Exército em cooperação aos demais órgãos governamentais, citando ações como o Projeto Calha Norte e o Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal (PROARCO) (VIEIRA, 1999). Além disso, destacou a importância da cooperação regional por

meio da IV Conferência Logística dos Exércitos Americanos (IV CLEA), realizada em julho de 1998 em Brasília.

4.2 A GUERRA DO GOLFO (1991) E AS PERCEPÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O advento da Revolução Científico-Tecnológica (RCT) – também denominada 3ª Revolução Industrial – teve consequências militares que seriam visíveis na Guerra do Golfo de 1991, na qual foi aplicado o conceito operacional da Batalha Aeroterrestre ou Batalha Ar-Terra (*AirLand Battle*)¹⁰⁶. Essa guerra foi o evento-símbolo de aplicação dos novos sistemas de C4+ISR (Comando, Controle, Comunicações, Computadores, Vigilância, Inteligência e Reconhecimento), dando início ao que passaria a ser denominado “Revolução em Assuntos Militares”¹⁰⁷:

Por sobre o Golfo voaram duas das mais poderosas de todas as armas de informação – o AWACS e o J-STARS. Um avião Boeing 707 lotado de computadores, aparelhos de comunicação, radar e sensores, o AWACS (Airborne Warning and Control Systems [Sistema de Aviso e Controle Aerotransportado]) fazia uma varredura nos céus 360 graus em todas as direções para detectar aviões ou mísseis inimigos e enviar a interceptadores e unidades terrestres dados dos alvos. A sua contraparte, fazendo varredura do chão, era o J-STARS – Joint Surveillance and Target attack Radar System (Sistema Conjugado de Radar e Vigilância e Ataque a Alvos), destinado a ajudar a detectar, desintegrar e destruir os escalões de apoio de uma força terrestre inimiga – precisamente a tarefa que Starry se propusera a realizar (TOFFLER; TOFFLER, 1993, p. 89).

¹⁰⁶ A nova doutrina foi desenvolvida após o fracasso estadunidense na Guerra do Vietnã, a partir da confluência dos ideais do general Donn A. Starry (1925-2011), do general Donald R. Morelli (1933-1984) e do Coronel da Força Aérea John R. Boyd (1927-1997) (TOFFLER e TOFFLER, 1993). A análise do bom desempenho da Força Aérea Israelense na Guerra do Yom Kippur (1973) serviu como base para a criação do United States Army Training and Doctrine Command (TRADOC), coordenado pelo Exército dos EUA. O TRADOC foi responsável pela difusão da doutrina da Batalha Aeroterrestre e da Defesa Ativa, que visava obter “o aprofundamento do campo de batalha”, ou seja, “atacar não apenas o primeiro escalão de qualquer força invasora soviética, mas usar armas de alta tecnologia de maior alcance, a fim de atingir, também, o escalão seguinte de tropas de apoio” (TOFFLER; TOFFLER, 1993, p. 67).

¹⁰⁷ Segundo Ferris (2004), o conceito de RMA assume que a era da informação e a Guerra Centrada em Rede (Netcentric Warfare – NCW) aumentará o conhecimento disponível às Forças Armadas, transformando a própria natureza da guerra por meio de estruturas flexíveis de comando, superioridade informacional e de tomada de decisão frente ao inimigo. Isto levou ao que Max Boot (2003) denominou “Novo Modo Americano de Fazer a Guerra”, que utiliza a alta tecnologia para evitar o atrito e a fricção, ou seja, minimizar as baixas (mortos e feridos). Em termos táticos, Metz e Kievit (1995, p. V) resumem a RMA com as seguintes características: a) ataques stand-off de alta precisão, b) aumento das capacidades de C4+ISR, c) a guerra de informação, d) a utilização de armas não letais, e) utilização da robótica, e f) a defesa cibernética.

A Guerra do Golfo foi atentamente estudada pelo Exército Brasileiro, principalmente no âmbito da 1ª Subchefia do EME, “fornecendo ao Ministro do Exército, aos membros do Alto Comando e às Subchefias do EME informações atualizadas” (PEREIRA, 1996, p. 194). Em 1991, o Chefe do EME, General Antônio Joaquim Soares Moreira, via com cautela as lições a serem aprendidas:

O deslumbramento com as fantásticas máquinas de guerra ali apresentadas vem toldando a visão de muitos que se ocupam em analisar os vetores presentes ao conflito. Em grave erro, porém, iremos incorrer se concluirmos que de nada mais valem equipamentos menos sofisticados ou que não há como se contrapor aos modernos meios de combate (PEREIRA, 1996, p 174).

Foram publicados diversos estudos no âmbito da Escola de Estado-Maior do Exército (ECEME) que buscavam tirar lições da guerra para o Brasil tanto no nível estratégico quanto operacional e tático. Já em junho de 1991, a ECEME realizou um Simpósio com o tema “As Lições da Guerra do Golfo Pérsico”, incluindo trabalhos que abordaram temas como a Operação Tempestade no Deserto, a Nova Ordem Internacional pós-guerra e seus aspectos jurídicos e éticos (CALDAS, 1992). O Major de Artilharia Manuel de Oliveira Aires (1994) resumiu as características da “guerra moderna” no que segue:

a. Forças dotadas de grande mobilidade tática e estratégica, [...] b. Sistemas de Comando e Controle (C2) altamente desenvolvidos, [...] c. Ambiente operacional de extrema letalidade, [...] d. Campo de batalha menos denso, mais aberto e menos estruturado, [...] e. Reduzido efetivo operando sistemas de armas, [...] f. Operações continuadas, [...] g. Grande dispersão, [...] [e] h. O emprego de meios dotados de alta tecnologia na obtenção de informações de combate (AIRES, 1994, p. 11-14)

O conceito operacional que orientou as operações militares estadunidenses contra o Iraque – a Batalha Ar-Terra – também foi estudado pelos militares brasileiros. Schramm (1991), em seu trabalho de conclusão na ECEME, concluiu que “a doutrina Batalha Ar-Terra é compatível e adaptável à doutrina do Exército Brasileiro e que a adoção de alguns conceitos daquela viria aprimorar a doutrina da Força Terrestre do Brasil” (SCHRAMM, 1991, p. 53). O então Major de Cavalaria analisou os principais conceitos da Doutrina Militar do Exército Brasileiro vigente, expressos no “Manual de Campanha C 100-5 Operações”, de 1985, que já tinham relação com os princípios da Batalha Aeroterrestre: espírito ofensivo, conquista e manutenção da iniciativa,

emprego de armas combinadas, cooperação com outras Forças Singulares, rapidez de concepção e execução das operações, e iniciativa do subordinado (SCHRAMM, 1991).

No que se refere à guerra terrestre, o Major de Cavalaria Marcelo Serrano (1993) destacou a importância dos blindados na invasão ao Iraque, fato que contrapôs as dúvidas oriundas de seu desempenho na Guerra do Yom Kippur, quando um alto número de carros de combate israelenses foi destruído por mísseis anti-tanque (SERRANO, 1993). Apesar de enaltecer o desequilíbrio tecnológico na guerra de 1991, o autor também chama a atenção para o aumento da demanda logística por parte das forças blindadas em três áreas: suprimento, manutenção e transporte (SERRANO, 1993).

Um dos diagnósticos do impacto da Guerra do Golfo foi a importância do domínio das informações. Segundo o Major de Infantaria Antônio Marcos Santos (1991):

O recente conflito do Golfo Pérsico demonstrou que a guerra baseia-se, principalmente, nas operações de informações. Os meios mais utilizados foram os eletrônicos, a bordo de aeronaves e satélites, que permitiram, em nível estratégico, os bombardeios cirúrgicos (SILVA, 1991, p. 33).

Nesse contexto, em 1996, o então Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General-de-Exército Benedito Onofre Bezerra Leonel, identificou a chegada da “Era da Informação”, a partir da qual, segundo ele, haveria a necessidade de reavaliar os princípios da guerra gestados na Era Napoleônica e na Era Industrial. Isto porque havia muitas incertezas quanto às demandas para a preparação militar originadas na “[...] combinação das causas ou razões da guerra tradicional, com a incidência de conflitos internos violentos” (LEONEL, 1996, p. 11).

Em 1996, o então Chefe do Estado-Maior do Exército, General de Exército Délio de Assis Monteiro, concedeu entrevista publicada na *Revista do Exército Brasileiro* sob o título “Estado-Maior do Exército: Eficiência Operacional, Modernização e Racionalização”. Em sua fala, destacou, dentre os objetivos da Política Militar Terrestre brasileira, a necessidade de adequar a Doutrina Militar do Exército aos diversos ambientes operacionais em consonância às hipóteses de conflito admitidas e à realidade brasileira e sul-americana (MONTEIRO, 1996, p. 6). Perguntado sobre como compatibilizar a redução do orçamento do Exército Brasileiro com a necessidade de assegurar a operacionalidade e a presença em todo o território nacional, o General Monteiro destacou a “prioridade para a defesa estratégica da Amazônia” e o investimento em um “*Núcleo de Forças*” para constituir Núcleos de Modernidade capazes de exercer as funções de Força de Pronto

Emprego e Núcleo de Tropas de Paz (MONTEIRO, 1996, p. 10). No âmbito estratégico, a Força Terrestre iria “priorizar as estratégias de dissuasão, presença e projeção de poder”, em conformidade com a Política de Defesa Nacional de 1996.

No mesmo ano, houve a publicação, em forma de artigo, da palestra do então Ministro do Exército General Zenildo Gonzaga de Lucena proferida na *National Defense University*, no *US Army War College* e no *US Army Command and General Staff College*, por ocasião do *staff talk* “*Mark Clark-Mascarenhas de Moraes*”. Após citar o quadro orçamentário restritivo brasileiro, o General Lucena citou os investimentos em Forças de Pronto Emprego e a busca de mobilidade tática e estratégica que assegure a presença do Exército em qualquer área do território nacional, assim como atuar em Forças de Paz (LUCENA, 1996).

4.3 A REFORMULAÇÃO DA DOCTRINA MILITAR DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO PÓS-GUERRA FRIA: A CENTRALIDADE DA 3ª SUBCHEFIA DO EME

Na década de 1990, com os impactos da redemocratização e do fim da Guerra Fria, o Exército Brasileiro passou por uma nova fase de reformas em sua estrutura organizacional. O marco inicial desse processo foi a criação, em 1990 (inauguração em 1991) do Comando de Operações Terrestres (COTER), órgão que seria responsável pelo Planejamento Operacional, tarefa pertencente, até então, à 2ª Subchefia do EME (que seria reativada somente em 1993 para gerenciar as funções de Informação) (PEREIRA, 1996). O COTER “passou a coordenar os aspectos executivos das operações da Força Terrestre, desonerando o EME dessas responsabilidades” (PAIXÃO JR, 2013, p. 10).

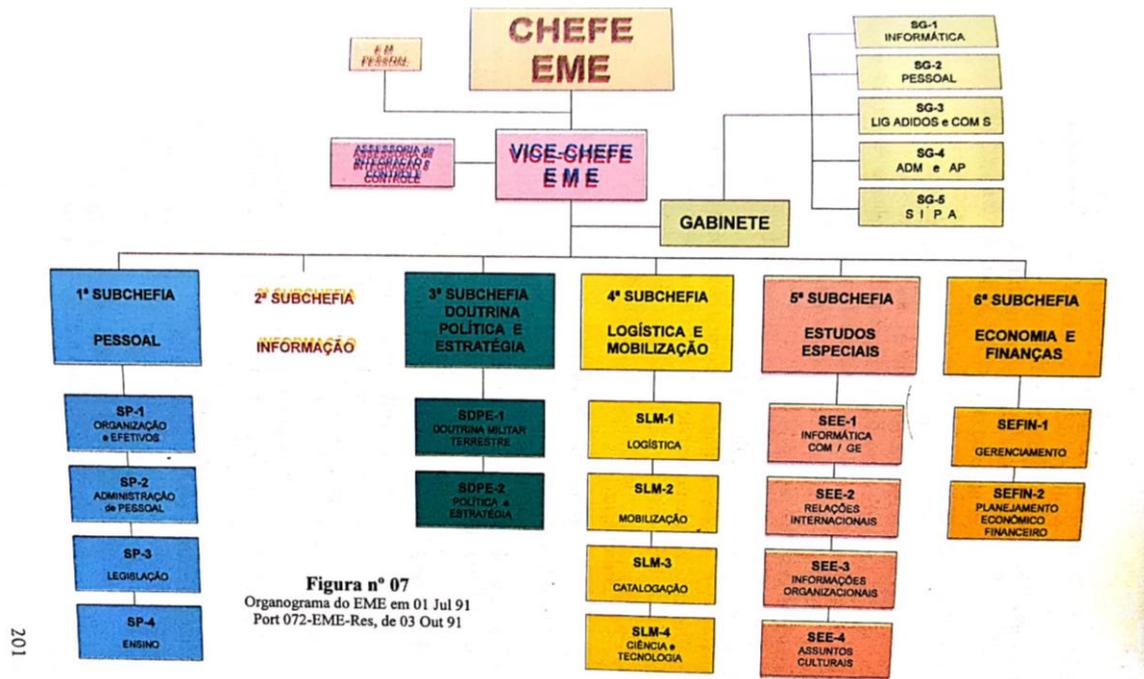
Assim, em 1991, o EME adotou uma nova organização interna, centralizando na 3ª Subchefia a responsabilidade sobre Doutrina, Política e Estratégia (Figura 9 abaixo) (PEREIRA, 1996). Segundo o General Câmara Senna, chefe da 3ª Subchefia entre 1995 e 1998:

Essa Subchefia havia sido reorganizada pelo Ministro do Exército, Gen Zenildo, passando a ser um **órgão centralizador de todo o Planejamento Estratégico do Exército. Era uma “super” Subchefia**, englobando Política, Estratégia, Doutrina, Preparo e Emprego da Força Terrestre e Modernização do Exército, além dos programas de Qualidade Total e Desburocratização. **O efetivo de oficiais era bem maior que o das demais subchefias**, pois tinha mais de 15 oficiais do quadro de Estado Maior (CAMARA SENNA, 2020, p. 99. Grifos próprios).

Com o temporário esvaziamento da 2ª Subchefia, devido à criação do COTER, e com a centralização de parte do planejamento estratégico no Centro de Informações do Exército (CIE), a 3ª Subchefia incorporou as atividades da Doutrina em “seus dois grandes ramos e níveis, preparo e emprego estratégico da Força Terrestre” (PEREIRA, 1996, p. 199). A primeira Subchefia, antes responsável pela Estratégia, passou a denominar-se Subchefia de Pessoal, incluindo Organização e Efetivos, Administração de Pessoal, Legislação e Ensino (PEREIRA, 1996). A 5ª Subchefia, até então responsável pelo Planejamento Corrente (Ensino, Instrução, Logística, Desportos e Assuntos Cívicos), assumiu a tarefa de “tornar mais efetivas as ligações do Exército com o Estado, tendo em vista o incremento da participação da Força em missões complementares (subsidiárias)”, além de estreitar as relações com o Ministério das Relações Exteriores (participação em missões de apoio à paz) e de conduzir a Diplomacia Militar (PEREIRA, 1996, p. 191).

Internamente, a 3ª Subchefia (Subchefia de Doutrina, Política e Estratégia - SDPE) passou a organizar-se internamente em duas seções: Doutrina Militar Terrestre (SDPE-1) e Política e Estratégia (SDPE-2) (PEREIRA, 1996). Dentre suas atividades, consta a formulação, consolidação, aperfeiçoamento e difusão da Doutrina Militar Terrestre “nos seus níveis político-estratégico (Emprego e Preparo Estratégico do Exército) e básico de emprego da Força Terrestre (Estratégia Operacional e Tática)” (PEREIRA, 1996, p. 202).

Figura 9 - Organograma do EME em 1991



Fonte: PEREIRA, 1996, p. 201

4.3.1 A Concepção Estratégica do Exército (1995)

Em 1995, a 3ª Subchefia do EME elaborou o SIPLEX 4 – Concepção Estratégica do Exército, onde consta a “FT 1995” como ponto de partida, a FT 2000 como “meta estratégica de curto prazo”, e as “FT 2010” e “FT 2025” como metas estratégicas de médio e longo prazos, respectivamente (SILVA, 2013, p. 109; PEREIRA, 1996). Contudo, as severas restrições orçamentárias, somadas à priorização estratégica da região amazônica, levou a uma adaptação do SIPLEX elaborado na década anterior, com a “seletividade nos investimentos e aplicação racional dos recursos” e a “**prevalência de valores qualitativos sobre quantitativos**” (BRASIL, 1995, p. 11 *apud* SILVA, 2013, p. 109. Grifos próprios).

A ideia principal da reorganização do Exército era buscar a capacidade de atender às diversas hipóteses de emprego, desde a guerra convencional até missões de paz:

A composição das Forças de pronto-emprego seria a Bda Inf Pqdt, a 12a Bda Inf L (Anv), a 9a Bda Inf Mtz Escola(Es), as unidades operacionais de Av Ex, o 1o Batalhão de Forças Especiais (BFEsp), e unidades e subunidades arroladas na Portaria 065-Res, de 22 de agosto de 1995. A FT 2000 também previu para

integrarem as Forças de pronto-emprego a Força de Ação Rápida (FAR) e uma Força de Paz. A FAR era composta pela “reserva geral”, que consistia no “núcleo profissional” das Forças de pronto-emprego (Bda Inf Pqdt, 12a Bda Inf L, Av Ex, e 1º BFEsp), tinha por missão a atuação imediata em quaisquer áreas estratégicas, e se caracterizava por elevada mobilidade estratégica. A Força de Paz seria constituída, em princípio, por 01 BI reforçado (Ref), com missão de participar de operações de manutenção de paz, sob a égide da ONU” (SILVA, 2013, p. 110).

O “núcleo de modernidade”, por sua vez, foi constituído pelas “Forças de pronto-emprego”, a Aviação do Exército, tropas de Guerra Eletrônica, sistema de Comando e Controle, instituições de ensino e unidades-escola (SILVA, 2013). A FT-2000 previa o estabelecimento de uma Força de mobilização:

[...] integrada por grandes comandos (de Teatro de Operações, de Força Terrestre de Teatro de Operações e de Exército de Campanha), de grandes unidades (04 brigadas de Infantaria), grupamentos logísticos e/ou bases logísticas (em número de 4), comandos de Guarda Territorial e batalhões de Guarda Territorial (de 20 a 30), com efetivo total previsto de cerca de 60.000 homens. Foi prevista também a ativação de um núcleo de Comando de Mobilização (SILVA, 2013, p. 110).

Contudo, do previsto na FT 2000 (e a “variante” FT 2010), a única medida implementada foi a designação das Organizações Militares (OM) integrantes das Forças de pronto-emprego, mudadas por diversas vezes. Outras previsões vieram a ser estabelecidas, como a criação de 01 Cmdo DE na Amazônia e de unidades de Comandos e Op Psico, no entanto ocorreram fora da janela temporal prevista pelo Planejamento Estratégico do Exército de 1995.

4.3.2 O Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) e o papel da 3ª Subchefia do EME

Segundo Paixão Jr (2013), uma das consequências do SIPLEx (1985) foi a publicação, em 1987, do Sistema de Doutrina Básica de Emprego da Força Terrestre (SIDOBE)¹⁰⁸, o primeiro arranjo institucional que previa a sistematização do desenvolvimento doutrinário no Exército Brasileiro. Em 1992, o SIDOBE foi incorporado, junto ao SIPLEx, à Coletânea Doutrina Militar Terrestre (DMT)¹⁰⁹, também chamado “Doutrinão” (PAIXÃO JR, 2013). Além disso, em 1995, foi

¹⁰⁸ A partir do SIDOBE, são elaborados o Quadro de Situação da Doutrina (QSD), o Plano de Desenvolvimento da Doutrina (PDD) e o Plano de Elaboração de Anteprojetos de Manuais, sendo este último atualizado anualmente (PAIXÃO JR, 2013).

¹⁰⁹ Esta foi a primeira vez que o termo Doutrina Militar Terrestre foi utilizado nos documentos oficiais. Até então, empregava-se o termo “emprego da Força Terrestre” ou “doutrina do Exército Brasileiro”.

aprovado o Sistema de Doutrina de Preparo e Emprego da Força Terrestre (SIDOPE, Portaria nº 095/EME) elaborado pela 3ª Subchefia do EME (PEREIRA, 1996). Em 1999, o SIDOPE teria continuidade no Sistema de Doutrina Militar Terrestre¹¹⁰ (SIDOMT)¹¹¹.

O SIDOMT consolidou o processo de desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre no nível Estratégico – a partir da atualização do SIPLEX¹¹² – e Operacional, a partir da seguinte hierarquia: I – Manuais de Campanha, II – Manuais Técnicos, III – Quadros de Organização, IV – Condicionantes Doutrinárias e Operacionais (CONDOP)¹¹³, V – Requisitos Operacionais Básicos (ROB)¹¹⁴ (Figura 10) (BRASIL, 1999). A produção dos documentos seria amparada por pesquisas doutrinárias¹¹⁵, experimentações doutrinárias¹¹⁶ e seminários de doutrina¹¹⁷ para responder às seguintes perguntas: “I – como deve a FT ser organizada? II – como deve ser equipada e armada? III – como deve combater?” (BRASIL, 1999).

A importância da análise do funcionamento do SIDOMT advém da centralidade da 3ª Subchefia Estado-Maior do Exército (EME), – idealizadora do SIDOPE e responsável pela elaboração da Doutrina Delta – nesse processo. O Sistema é dividido em cinco fases: Concepção, Planejamento, Formulação, Difusão e Aplicação (Figura 11). A primeira fase (Concepção) é

¹¹⁰ **Doutrina Militar Terrestre** – A Doutrina Militar Terrestre é conceituada como “o conjunto de valores, princípios gerais, conceitos básicos, concepções, normas, métodos e processos, que visam a definir a estrutura organizacional, o equipamento e a forma de combater da Força Terrestre (FT)” (BRASIL, 1999).

¹¹¹ Devido à indisponibilidade pública do SIDOPE (1995), busca-se entender seus parâmetros a partir da versão de 1999, aprovada antes da criação do Ministério da Defesa e descrita como a segunda edição.

¹¹² O SIPLEX era sistematizado em seis produtos finais: SIPLEX 1 – Missão do Exército –, SIPLEX 2 – Avaliação do Exército –, SIPLEX 3 – Política Militar Terrestre –, SIPLEX 4 – Concepção Estratégica do Exército –, SIPLEX 5 – Diretrizes Estratégicas – e SIPLEX 6 – Plano de Estruturação do Exército (BRASIL, 1999).

¹¹³ **Condicionantes Doutrinárias e Operacionais (CONDOP)** – Documento que “contém parâmetros que definem o emprego e o desempenho esperado de determinado SMEM [Sistema/Material de Emprego Militar], considerada a Doutrina Militar Terrestre” (BRASIL, 2016). Constitui a “base para a elaboração dos Requisitos Operacionais (RO)” (BRASIL, 2015).

¹¹⁴ **Requisitos Operacionais Básicos (ROB)** – “Documento elaborado pelo EME que consolida as características operacionais exigidas de determinado MEM a ser desenvolvido pela indústria nacional de material de defesa ou adquirido no mercado internacional” (LIMA JUNIOR, 1998 *apud* CORRÊA, 2017, p. 2).

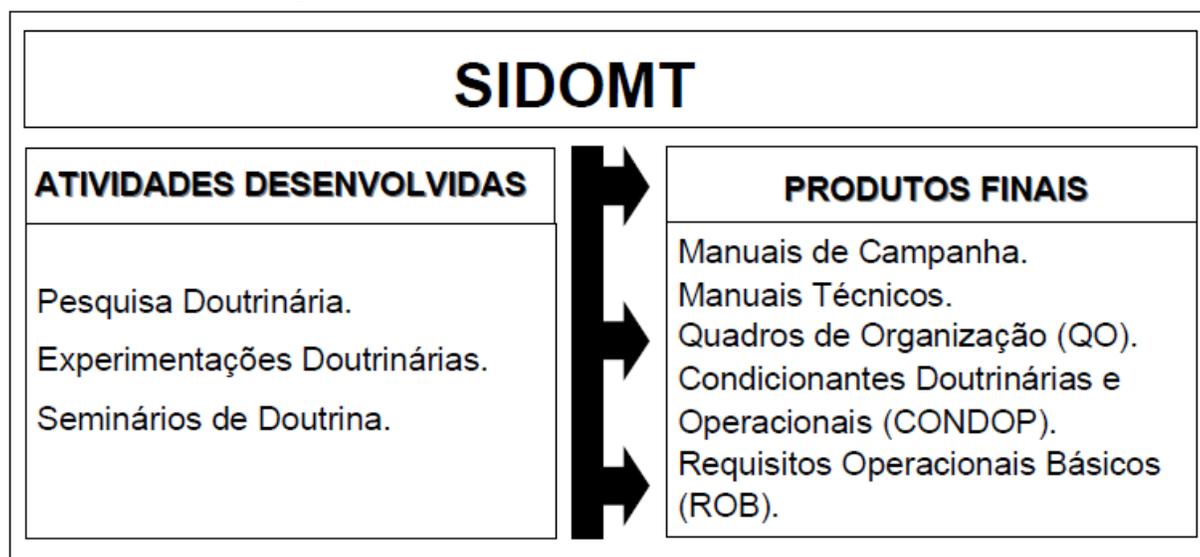
¹¹⁵ **Pesquisas doutrinárias** – “atividades e/ou procedimentos que visam a obter subsídios para o desenvolvimento de novas concepções de combate, de novas organizações e de novos equipamentos/armamentos” (BRASIL, 1999)

¹¹⁶ **Experimentações doutrinárias** – “[...] aplicações de documentos doutrinários em vigor (Manuais, QO, etc), com emprego de tropa e sob condições que simulem ao máximo as situações de combate, com a finalidade de comprovar, na prática, a exequibilidade e a eficácia dos preceitos por meio contidos naqueles documentos. Serão, em princípio, realizadas por meio de um trabalho conjunto entre OM Operacionais e Estabelecimentos de Ensino (EE)” (BRASIL, 1999).

¹¹⁷ **Seminários de doutrina** – “atividades que visam a definir aspectos essenciais da doutrina, eliminando controvérsias e estabelecendo procedimentos comuns, envolvendo os órgãos interessados” (BRASIL, 1999).

conduzida pela 3ª Subchefia Estado-Maior do Exército (EME)¹¹⁸, que “elabora os documentos que compõem o SIPLEX, que orienta e condiciona todos os demais sistemas da Força Terrestre” (Figura 12) (BRASIL, 1999). Após a elaboração, os documentos são submetidos ao Ministério do Exército para a aprovação (BRASIL, 1999).

Figura 10 – Atividades e Produtos do SIDOMT



Fonte: Brasil, 1999.

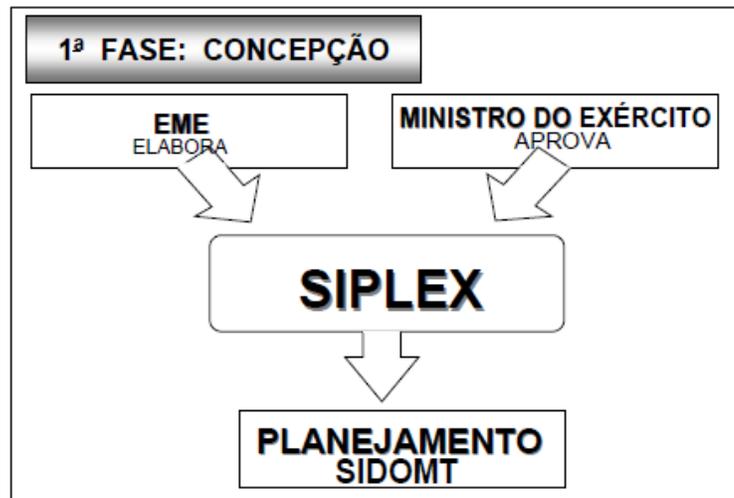
¹¹⁸ O EME é o órgão de direção-geral do SIDOMT, “responsável pelo planejamento, orientação, coordenação e controle das atividades relativas ao SIDOMT” (BRASIL, 1999).

Figura 11 – Fases do SIDOMT

FASES	DEFINIÇÃO	NÍVEL
1ª FASE	CONCEPÇÃO	ESTRATÉGICO
2ª FASE	PLANEJAMENTO SUBFASES a. Coleta b. Quadro da Situação da Doutrina (QSD) c. Plano de Desenvolvimento da Doutrina (PDD)	O P E R A C I O N A L
3ª FASE	FORMULAÇÃO SUBFASES a. Formulação Propriamente Dita b. Avaliação c. Aprovação	
4ª FASE	DIFUSÃO	
5ª FASE	APLICAÇÃO	

Fonte: Brasil, 1999

Figura 12 – Fase da Concepção



Fonte: Brasil, 1999

A segunda fase (Planejamento), também de responsabilidade do EME, é dividida em três subfases: Coleta, Quadro de Situação da Doutrina (QSD) e Plano de Desenvolvimento da Doutrina (PDD) (BRASIL, 1999). A Coleta (Figura 13) objetiva reunir todas as informações relativas à

situação atual da doutrina, particularmente a partir dos relatórios setoriais (combate, apoio ao combate, apoio logístico e comando e controle) em cinco grupos: Relatório de Informações Doutrinárias Externas (RIDE)¹¹⁹, Informações Subsidiárias Setoriais¹²⁰, Relatório de Informações Doutrinárias do Setor de Ensino (RIDOSE)¹²¹, Relatório de Informações Doutrinárias Operacionais (RIDOP)¹²² e Sumários de Informações Doutrinárias¹²³ e/ou Tecnológicas¹²⁴ (BRASIL, 1999). A 3ª Subchefia do EME pode submeter os dados doutrinários coletados aos órgãos de execução por meio de um documento denominado “Elementos Essenciais de Informações Doutrinárias (EEID)”. O resultado da subfase de coleta é a produção das Informações Básicas, definidas como:

[...] o resultado da consolidação, pelo **EME (3ª Sch)**, das informações contidas nos relatórios e sumários setoriais, acrescidas dos dados originados dos seminários de doutrina, das pesquisas e experimentações doutrinárias, de manuais recentemente aprovados e de outras fontes (BRASIL, 1999. Grifos próprios).

¹¹⁹ **Relatório de Informações Doutrinárias Externas (RIDE)** – Documento enviado pelos Adidos Militares do Exército (ADIEx) à 3ª Subchefia do EME por intermédio do Centro de Inteligência do Exército (CIE) contendo “**as principais tendências doutrinárias e inovações tecnológicas observadas nos países em que servem**” (BRASIL, 1999. Grifos próprios).

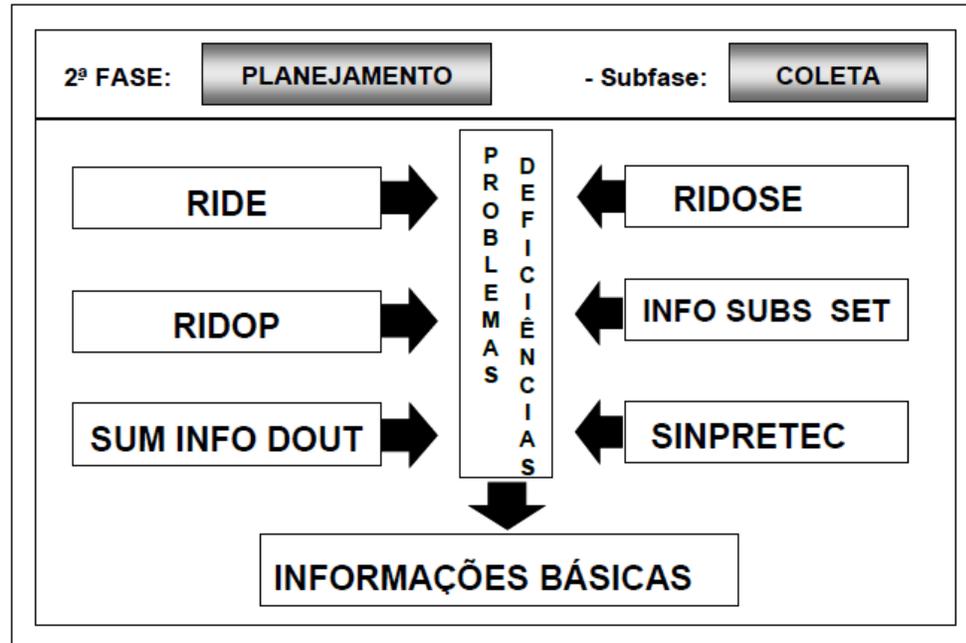
¹²⁰ **Informações Subsidiárias Setoriais** – Subsídios enviados à 3ª Subchefia pelas demais subchefias com informações referentes à sua área de atuação “que julgarem de interesse para o desenvolvimento da doutrina” (BRASIL, 1999). A 4ª Subchefia remete também um relatório “contendo a consolidação das necessidades correntes, informadas pelos Departamentos, de acordo com o previsto no bloco nº 7 do art. 13 das IG 20-12 – Modelo Administrativo para o Ciclo de Vida dos Materiais de Emprego Militar” (BRASIL, 1999).

¹²¹ **Relatório de Informações Doutrinárias do Setor de Ensino (RIDOSE)** – Documento (Figuras 19 e 20) elaborado pelo Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) e remetido ao EME contendo “as informações relativas às deficiências, como também, as observações e sugestões, ligadas à área da doutrina” (BRASIL, 1999).

¹²² **Relatório de Informações Doutrinárias Operacionais (RIDOP)** – Documento (Figuras 17 e 18) produzido pelo COTER a partir de informações levantadas pelos Comandos Militares de Área sobre “as principais deficiências, observações e sugestões ligadas à doutrina, particularmente, nas áreas de material e do adestramento” (BRASIL, 1999).

¹²³ **Sumários de Informações Doutrinárias (SIDO)** – Documento elaborado pelos Departamentos e Secretarias – excluía a Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT) – com informações sobre o desempenho de material e/ou pessoal Enviado ao EME anualmente (BRASIL, 1999).

¹²⁴ **Sumário de Informações e Previsões Tecnológicas (SINPRETEC)** – Elaborado pela SCT e remetido ao EME, o documento contém “informações baseadas nos aspectos científicos e tecnológicos de sua área de atuação” (BRASIL, 1999).

Figura 13 – Fase do Planejamento – Subfase da Coleta

Fonte: Brasil, 1999.

Na subfase QSD (Figura 14), a 3ª Subchefia “lista e descreve as deficiências relevantes e os principais problemas ligados à doutrina” (BRASIL, 1999). Para sua produção, é utilizada a “Missão do Exército” estabelecida pelo SIPLEX e as Informações Básicas da subfase anterior. A análise dos principais problemas e deficiências da doutrina inclui a concepção geral de emprego, os textos doutrinários em vigor, o material, os Quadros de Organização (QO) e os procedimentos e técnicas de combate (BRASIL, 1999). Após delineadas as necessidades decorrentes, conclui-se a subfase QSD.

A última subfase (Figura 15) tem como produto o PDD, que “visa a corrigir as necessidades constantes do QSD” (BRASIL, 1999). O PDD tem abrangência de 2 anos e é composto por cinco Programas: “1. Programa de Manuais de Campanha e Técnicos (PMCT); 2. Programa de Publicação de Manuais (PPM); 3. Programa de Quadros de Organização (PQO); 4. Programa de CONDOP e ROB (PCR); 5. Programa de Atividades Especiais (PAE)” (BRASIL, 1999). Cada programa possui um número variável de projetos, sendo a 3ª Subchefia responsável por expedir as diretrizes “contendo orientações específicas para a execução de cada projeto”, cujos órgãos responsáveis estão descritos no Quadro 5 abaixo.

A terceira fase do SIDOMT (Formulação) é composta de três subfases: Formulação (Figura 16), Avaliação (Figura 17) e Aprovação (Figura 17). Na primeira subfase, o órgão de execução

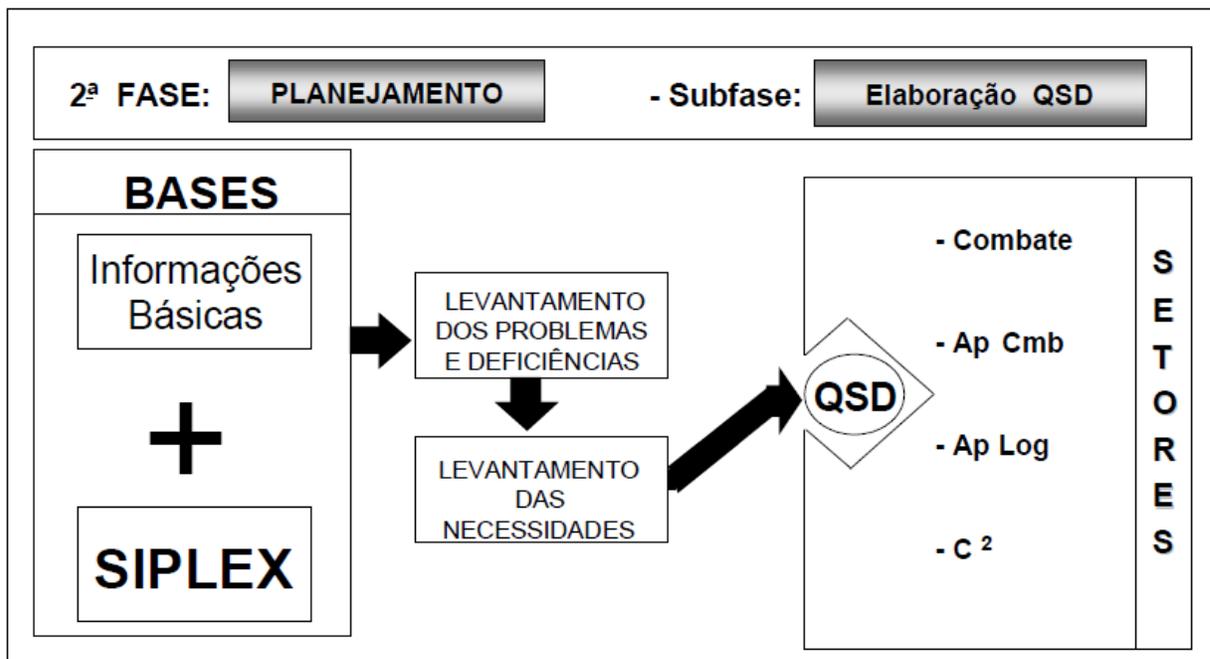
designa uma OM subordinada para a execução do projeto, podendo contar com o auxílio de Unidades de Apoio (Organizações Militares para a Experimentação de Doutrina – OED) designadas pelo EME (BRASIL, 1999). A 3ª Subchefia do EME, por sua vez, tem as seguintes responsabilidades: realizar Seminários de Doutrina para a atualização do QSD; organizar os processos para a publicação dos manuais previstos pelo Programa de Publicação de Manuais (PPM); realizar pareceres sobre os anteprojetos remetidos pelos Órgãos de Execução (Quadro 6 abaixo) ao EME; pesquisas e experimentações doutrinárias como subsídio ao QSD; elaborar as CONDOP, submetê-las à aprovação do Chefe do EME e as remeter para a 4ª Subchefia como subsídio para a elaboração dos ROB (BRASIL, 1999).

Na segunda subfase (Avaliação), o EME expede diretrizes para cada anteprojeto a ser avaliado e, após ouvir o COTER, designa uma ou mais OM para sua realização (BRASIL, 1999). A OM designada realiza as avaliações recomendadas pelo EME e restitui o anteprojeto (manual ou QO) incluindo um relatório conclusivo (BRASIL, 1999). Após receber os relatórios, a 3ª Subchefia do EME emite novo parecer e submete os manuais à aprovação do Chefe do EME, e, os QO, à 1ª Subchefia do EME “para apreciação e formalização, visando a posterior aprovação” (BRASIL, 1999). Por fim, na terceira subfase (Aprovação), o Chefe do EME “aprecia e aprova os anteprojetos que lhe são apresentados pelas 1ª, 3ª ou 4ª SCh, e autoriza a sua publicação” (BRASIL, 1999).

Na quarta fase do SIDOMT (Difusão), “os anteprojetos aprovados (manuais, QO, CONDOP e ROB¹²⁵) são publicados e distribuídos aos usuários” (BRASIL, 1999). Na última fase (Aplicação), os usuários “colocam em prática os preceitos contidos nos diversos documentos doutrinários” e completam o ciclo do SIDOMT realimentando o sistema “por meio de relatórios, sumários e outros documentos informativos” (BRASIL, 1999).

¹²⁵ Segundo o documento, “Os ROB, após a publicação, são utilizados pelo Sistema de Ciência e Tecnologia para a definição dos Requisitos Técnicos Básicos (RTB), documento que interpreta em termos de características técnicas, os requisitos operacionais definidos nos ROB (de acordo com as IG 20-12)” (BRASIL, 1999).

Figura 14 – Fase do Planejamento – Subfase QSD



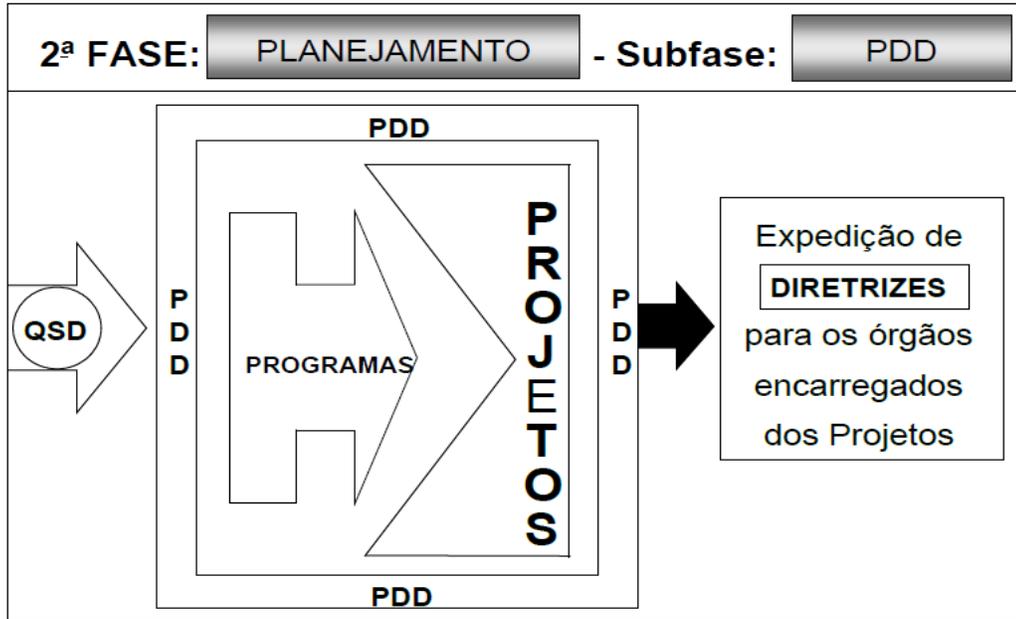
Fonte: Brasil, 1999.

Quadro 5 – Projetos e Órgãos de Execução do SIDOMT

PROJETOS	EXECUÇÃO
Manuais Cmp / Tec	Cmp: DEP e COTER Tec: Departamentos e Secretarias
QO	EME (1ª/3ª SCh) e COTER
CONDOP	EME (3ª SCh)
ROB	EME (4ª SCh)
Pesquisas Dout	Qualquer Órgão Exec
Experimentações Dout	Órgão designado pelo EME, ouvido o COTER
Seminários Dout	EME (organizador)
Intercâmbio Dout	

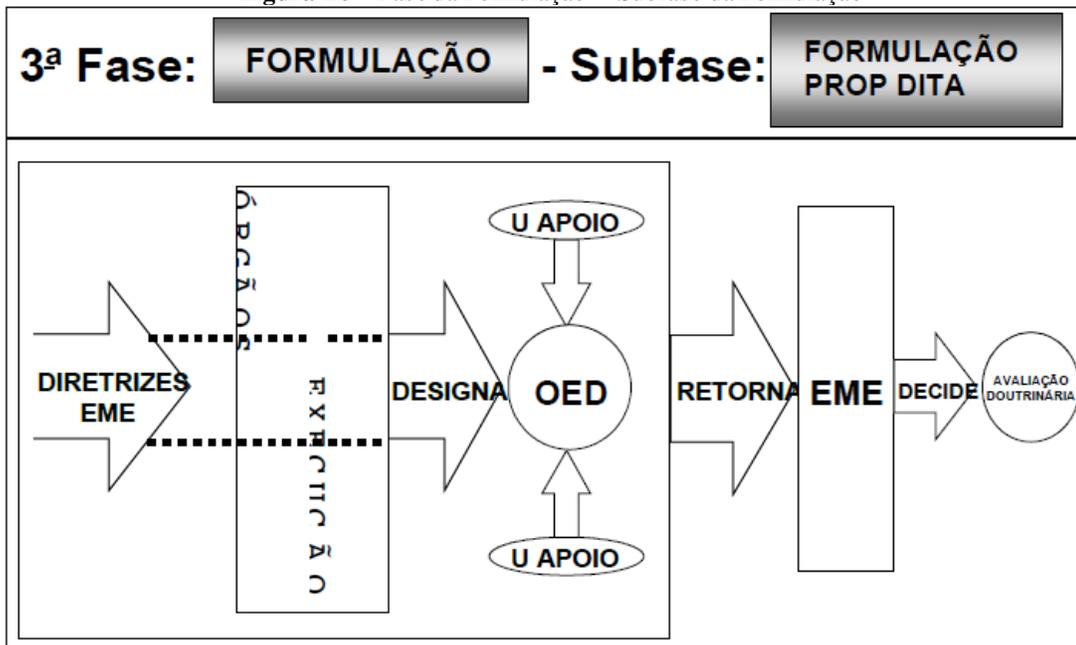
Fonte: Brasil, 1999.

Figura 15 – Fase do Planejamento – Subfase PDD



Fonte: Brasil, 1999.

Figura 16 – Fase da Formulação – Subfase da Formulação



Fonte: Brasil, 1999.

Figura 17 – Fase da Formulação – Subfase da Avaliação e Aprovação

3ª FASE:	FORMULAÇÃO	Subfase:	AVALIAÇÃO/APROVAÇÃO
DOCUMENTOS	PROCESSAMENTO		
	AVALIAÇÃO/APROVAÇÃO PROVIDÊNCIAS		
Manuais	- EME elabora Diretriz, designando OM avaliadora, ouvido o COTER. - Avaliado o projeto, o EME decide quanto à.	- Difusão -Retornam para INFORMAÇÕES BÁSICAS	
QO	APROVAÇÃO	- Difusão	
CONDOP	Parecer e aprovação pelo EME	-	
ROB		- Difusão	
PESQ DOUT		-Retornam para compor as INFORMAÇÕES BÁSICAS,	
EXP DOUT		subsídios importantes para a	
SEMIN DOUT		Coordenação pelo EME	atualização do QSD, pelo EME.

Fonte: Brasil, 1999.

Quadro 6 – Unidades de Apoio aos Órgãos de Execução

ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	UNIDADE DE APOIO
DEP	GU ou OED / Cmdo Mil A
Cmdo Mil A	EE / DEP
Departamentos e Secretarias	GU ou OED / Cmdo Mil A

Fonte: Brasil, 1999.

Em resumo, é possível perceber a centralidade concedida à 3ª Subchefia para a execução do SIDOMT, coordenando quase a totalidade do processo de elaboração doutrinária. Conforme demonstrado na Figura 9 (organograma do EME em 1991), o papel da subchefia englobava tanto o âmbito político quanto o estratégico e operacional, o que pode ser verificado a partir da análise do documento. Esta verificação é importante, em última instância, para a compreensão do porquê foi possível a elaboração da Doutrina Delta no âmbito desta Subchefia.

4.4 A FORMULAÇÃO DA DOCTRINA DELTA (1996)

Pode-se dizer que a formulação da Doutrina Delta está relacionada a dois processos paralelos: as reformas organizacionais que concentraram a formulação estratégica e doutrinária na 3ª Subchefia do EME, e a reaproximação entre os Exércitos do Brasil e dos Estados Unidos da América iniciado em 1984 (Quadro 3 do capítulo 3). Como é possível observar no Quadro 7 abaixo, na década de 1990, esse estreitamento foi reforçado por meio de reuniões de intercâmbio periódicas.

O General Roberto Jugurtha Câmara Senna, chefe da 3ª Subchefia do EME desde março de 1995, foi designado para participar de uma Conferência¹²⁶ de Doutrina da OTAN¹²⁷ no Fort Leavenworth (EUA) (CAMARA SENNA, 2020). O convite, segundo Câmara Senna, ocorreu devido à curiosidade norte-americana acerca da coordenação estratégica e operacional no âmbito da Operação Rio (1994), liderada pelo então recém-promovido General de Brigada¹²⁸:

Os americanos queriam saber como fizemos a coordenação de tantos Órgãos militares e civis, Federais, Estaduais e Municipais nas áreas de segurança, social, trânsito, jurídico, etc. Na crise em Los Angeles [1992] essa coordenação por parte deles foi um fracasso. No último dia, participei de uma mesa redonda, só com a equipe de doutrina do US ARMY para explicar como fizemos isso e os fatores de sucesso (CAMARA SENNA, 2020).

Nesses quatro dias de reuniões, foram discutidos diversos conceitos relacionados à guerra moderna:

[...] as discussões tratavam de conceitos bem diferentes [...] e até conflitantes com a nossa doutrina. As táticas de combates envolviam armamentos muito mais modernos, meios de comando e controle altamente informatizados e enorme valorização do sensoriamento do campo de batalha (CAMARA SENNA, 2020, p. 63-64).

¹²⁶ Além do Brasil, outros países que não eram membros da OTAN foram convidados: Japão, México e Chile (CAMARA SENNA, 2020).

¹²⁷ O próprio documento afirma que a nova concepção doutrinária teria como parâmetro a experiência militar de outros países: “[...] a lógica aponta para que, também sob este prisma, a tendência seja de uma evolução doutrinária no sentido de acompanhar as experiências externas, adaptando-as, quando aplicáveis, às nossas realidades (BRASIL, 1996, p. 1-2. Grifos próprios).

¹²⁸ Em 1994, o General Câmara Senna era comandante da Artilharia Divisionária do Exército Brasileiro (CÂMARA SENNA, 2020).

Quadro 7 - Reuniões entre Brasil e EUA relacionadas à força terrestre (1990-1995)

Ano	Reunião	Subchefia do EME	Temas abordados na Reunião de Intercâmbio
1991	8ª Reunião de Intercâmbio Doutrinário entre os Exércitos do Brasil e dos EUA	3ª	Operações de Segurança de Área de Retaguarda, Infantaria; Blindada/Mecanizada; Mulheres no Exército dos EUA; Apoio Logístico às Operações Aeromóveis; Ciência e Tecnologia de Pessoal; e Conceito “Guarda-Chuva” da Doutrina da Batalha Ar-Terra/Futuro
	Intercâmbios de Cooperação de Especialistas (ICE) com o Exército dos EUA	3ª	Apoio de Saúde em Campanha; Veículos Aéreos não Tripulados; Emprego de Helicópteros e Engenharia de Combate
1992	9ª Reunião de Intercâmbio Doutrinário entre os Exércitos do Brasil e dos EUA	3ª	Planejamento para o Exército do Século XXI; Sincronização do Campo de batalha; Sistema Logístico; Sistema de Mobilização; e Conflitos de Baixa Intensidade
1993	10ª Reunião de Intercâmbio Doutrinário entre os Exércitos do Brasil e dos EUA	3ª	Operações Conjuntas ou Combinadas; Apoio de Fogo Tático; Operações de Grandes Comandos, Brigadas e Unidades Leves; e Doutrina Militar Terrestre (Modelo para o desenvolvimento da Estratégia Nacional e Doutrina Militar Terrestre)
	Intercâmbios de Cooperação de Especialistas (ICE) com o Exército dos EUA no Fort Bliss (EUA)	3ª	Operações na Caatinga; Instrução e Desenvolvimento Profissional dos Sargentos; e Operações de Infantaria Leve no Deserto.
1994	11ª Reunião de Intercâmbio Doutrinário entre os Exércitos do Brasil e dos EUA	3ª	Integração da Doutrina com o Desenvolvimento do Material; Estrutura do Apoio Logístico; Inteligência Militar nos Escalões Divisão, Brigada e Batalhão; e Operações de Assalto Aeromóvel.
	Participação no Intercâmbio de Cooperação de Especialistas (ICE)	3ª	Alimentação em Campanha; Unidades Leves; Logística e Saúde nas Forças de Paz; Adestramento das Forças de Paz; e Preparação de uma Força de Paz.
1995	Participação no 12º Intercâmbio Doutrinário entre os Exércitos do Brasil e dos Estados Unidos (Fort Benning - EUA)	1ª e 3ª	Programa de Experimentação Doutrinária; Doutrina da Batalha Futura; Força XXI; Universalidade da Batalha Terrestre; e Operações de Manutenção da Paz
	Participação na Conferência de Doutrina (Fort Leavenworth/EUA)	3ª	

Segundo o General, tais conceitos foram muito influenciados pela Guerra do Golfo (1991):

O conceito de combate continuado, a busca do cerco e destruição do inimigo e o conceito da defesa ativa (também previstos na Delta) foram testados e aprovados nessa guerra. [...] Nos Estados Unidos, conversei com um coronel que realizou essa defesa na guerra do Golfo e destruiu um Batalhão iraquiano praticamente sem perdas. Ele me explicou em detalhe, na carta, toda a montagem e a execução dessa operação (CAMARA SENNA, 2020).

A referência à Guerra do Golfo e a outras guerras no Oriente Médio é explicitada no próprio Manual de Campanha Operações – publicado em 1997 como consequência direta da Doutrina Delta – quando afirma:

As guerras do Oriente Médio e os mais recentes conflitos ocorridos no mundo permitem conclusões sobre a conduta do combate, as táticas utilizadas e o grau de influência do material empregado. Mais do que nunca, cresce de importância a figura do chefe militar, o adestramento adequado dos quadros e da tropa, assim como a disponibilidade dos mais modernos meios de combate (BRASIL, 1997).

Retornando ao Brasil, o desafio da 3ª Subchefia do EME consistiu em avaliar os materiais de doutrina da OTAN e filtrar o que seria viável para atender às hipóteses de emprego locais:

Avaliamos todas as deficiências da nossa doutrina, o que podia ser considerado obsoleto em termos de material e as táticas de combate já ultrapassadas. Seleccionamos então os tópicos do que tomei conhecimento naquela reunião nos EUA que seriam aproveitados para o aprimoramento da nossa doutrina. Ao final, eram tantos os aprimoramentos que chegamos à conclusão que seria mais uma nova doutrina do que um aprimoramento da anterior. **Surgiu a ideia da Doutrina Delta** (CAMARA SENNA, 2020, grifos próprios).

Após o processamento das novas informações, foi apresentada a Instrução Provisória ao Chefe do Estado-Maior do Exército, o General Delio de Assis Monteiro¹²⁹. As principais objeções à proposta da Doutrina Delta, por parte de oficiais do Exército Brasileiro, baseavam-se no argumento de que o país não dispunha de armamento em condições de realizar esse tipo de combate, além da falta de orçamento (CAMARA SENNA, 2020). O General, por outro lado, argumentava que sem uma doutrina moderna não seria necessário a aquisição de material¹³⁰ moderno: a demanda deveria vir da doutrina, e não o contrário (CAMARA SENNA, 2020).

¹²⁹ O General Delio de Assis Monteiro foi chefe do Estado-Maior do Exército de janeiro de 1995 a janeiro de 1997.

¹³⁰ Foi nessa época que o General conseguiu alguns recursos para a aquisição dos primeiros mísseis antitanque Milan, da França (CAMARA SENNA, 2020).

É importante ressaltar que “a Doutrina Delta foi elaborada sem a preocupação com a doutrina aérea e naval”, pois, como “se refere predominantemente no campo tático não havia muito o que se preocupar com as outras Forças” (CAMARA SENNA, 2020). Segundo o General brasileiro, “o ideal é que isso ocorresse, mas ainda não existia o MD [Ministério da Defesa]” (CAMARA SENNA, 2020):

Como na época não havia o Ministério da Defesa, cada Força Armada criava suas hipóteses de emprego e planejava as suas estratégias, ou seja, na verdade não havia um planejamento operacional integrado. Quando eu participei, como 3º Subchefe da elaboração da primeira Política Nacional de Defesa, o objetivo era essa integração das Forças Armadas e isso foi um fator importante para a criação do Ministério da Defesa (CAMARA SENNA, 2020).

Segundo Câmara Senna, a Doutrina Delta tinha como objetivo “corrigir as deficiências de uma doutrina com base na IIGM [Segunda Guerra Mundial]” (CAMARA SENNA, 2020):

[Até então], os nossos exercícios no campo e os trabalhos escolares se caracterizavam por:

- Ataques normalmente frontais em detrimento de manobras desbordantes (de flanco) ou envolventes.
- Os ataques normalmente iniciavam pela manhã e prosseguiam no dia seguinte pois não tínhamos condições de operarmos à noite por falta de equipamentos de visão e tiro noturno. A Delta prevê um Combate Continuado, com um mínimo de interrupções ou paradas (CÂMARA SENNA, 2020).

Como analisado no capítulo 2, as diretrizes da Doutrina Delta seriam absorvidas pelos manuais de campanha das armas do Exército brasileiro de forma parcial. As razões para o seu declínio não foram abordadas em profundidade neste trabalho; contudo, tanto a teoria realista quanto a abordagem organizacional podem contribuir para o entendimento desse processo. Levando em consideração a primeira perspectiva, pode-se observar que o tipo de guerra para o qual a Doutrina Delta foi formulada – emprego de forças convencionais de forma ofensiva no teatro de operações sul-americano – não tinha destaque na grande estratégia do país desde o final da década de 1970. Contudo, os pressupostos de modernização militar (guerra eletrônica e digitalização) e da articulação entre Exército, Marinha e Força Aérea permaneceriam na Doutrina Militar Terrestre de 2014.

Por fim, partindo do pressuposto da abordagem organizacional, o papel predominante da 3ª Subchefia do EME a partir dos anos 1980 e 1990, assim como a transição política nacional,

permitiu que o Exército buscasse novas referências doutrinárias, mesmo que oriundas do já tradicional aliado norte-americano. Dessa forma, a busca por inovação representou, ao mesmo tempo, o mérito e a fragilidade da Doutrina Delta no longo prazo. As doutrinas Alfa (GLO), Gama (Amazônia) e as Operações de Paz, por outro lado, foram difundidas para o meio político com maior facilidade, pois seus objetivos estratégicos transcendiam a esfera militar.

4.5 CONCLUSÕES PARCIAIS

Este capítulo teve como objetivo analisar o contexto estratégico e a formulação doutrinária do Exército Brasileiro na década de 1990, tendo como variável dependente a Doutrina Delta (1996). No âmbito da grande estratégia, pode-se dizer que a chamada “crise de identidade” da força terrestre já existia desde a década anterior, principalmente a partir do rompimento do acordo militar com os Estados Unidos (1977) e as lições da Guerra das Malvinas (1982). Mesmo que o fim do acordo militar não tenha interrompido alguns canais institucionais entre as Forças Armadas de Brasil e EUA, pode-se observar, a partir de 1984, uma nova reaproximação, o que demonstra uma certa autonomia da formulação doutrinária da força terrestre e um distanciamento relativo da dinâmica da grande estratégia.

A Guerra do Golfo, por sua vez, representou uma espécie de “choque externo” que, somado ao interrompimento dos programas de modernização de material bélico, alertou parte dos militares brasileiros sobre o atraso tecnológico do país diante das grandes potências. Desse modo, se a globalização passava a ser vista com cautela, as medidas para diminuir seu impacto já estavam sendo tomadas tanto por parte da diplomacia quanto dos próprios militares: o fortalecimento da integração regional sul-americana.

A Doutrina Delta, neste sentido, foi construída pela 3ª Subchefia do EME como uma tentativa de adaptação da força terrestre às demandas militares da terceira revolução industrial, qual seja, a digitalização e a maior integração entre o Exército e a Força Aérea (MARTINS, 2008). Contudo, apesar da relativa autonomia do Exército brasileiro para a formulação doutrinária – o que pode ser depreendido da configuração do SIDOMT –, os recursos para sua consecução dependiam, em última instância, do poder civil (executivo e legislativo). Deste modo, sem que as novas doutrinas sejam efetivamente difundidas tanto no meio militar quanto no meio civil – as redes de advocacia apontadas por Jensen (2016) –, a inovação doutrinária perde sua sustentabilidade.

Assim, como no capítulo anterior, observa-se que tanto os aspectos sistêmicos quanto os aspectos organizacionais cumpriram um papel importante na formulação doutrinária no período. A Doutrina Delta, nesse sentido, faz parte de uma iniciativa do Exército Brasileiro de balanceamento interno em um contexto de restrições orçamentárias, tendo como fim adaptar o perfil de força terrestre aos novos desafios oriundos da Guerra do Golfo e da doutrina da batalha ar-terra do Exército dos Estados Unidos.

Contudo, não foi identificada uma ameaça explícita ao Brasil na década de 1990 (balanceamento externo) que pudesse justificar a criação da Doutrina Delta. O contrário é verdadeiro, por exemplo, para a Doutrina Gama, cujo objetivo principal (a defesa da Amazônia) já estava sendo difundido entre civis e militares desde a década de 1970. Isso abre espaço para argumentarmos em favor da abordagem organizacional, o que será feito no próximo capítulo deste trabalho.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo contribuir para o debate sobre as variáveis que contribuem para as mudanças de doutrina militar. Assim, a fim de retomar suas principais conclusões, este capítulo busca refletir se as hipóteses delineadas no capítulo 1 fortaleceram a capacidade explicativa das duas abordagens utilizadas (realista e organizacional) ou se é necessária a utilização de outras perspectivas para analisar as mudanças doutrinárias. Para isso, esta conclusão foi dividida em duas partes: (i) apreciação do panorama histórico traçado nos capítulos 3 e 4, (ii) balanço teórico-explicativo, e lições para futuros trabalhos.

5.1 O RASTREAMENTO DE PROCESSOS E O ESTUDO DE CASO

A partir da descrição e análise das mudanças e continuidades da doutrina militar do Exército Brasileiro no século XX, foi possível identificar cinco fases, resumidas no Quadro 8 abaixo: (i) a Missão Militar Francesa (1920-1940), marcada pela consolidação do então recém criado Estado-Maior do Exército e da adoção de uma doutrina militar defensiva, (ii) o pós-Segunda Guerra Mundial e a absorção parcial da doutrina estadunidense (1945-1960), (iii) a busca de estruturação de um sistema de elaboração de uma doutrina militar no âmbito do EME a fim de lidar com a diversificação de ameaças oriundas do contexto da Guerra Fria (1960-1980), (iv) a estruturação do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx) e a priorização da defesa da Amazônia após a Guerra das Malvinas (1982-1991), e (v), as influências do fim da Guerra Fria e da Guerra do Golfo na preparação militar terrestre, que dariam origem ao SIDOMT e, por fim, à Doutrina Delta (1982-1996).

Após a delimitação destas fases da doutrina militar terrestre, foi possível aplicar o rastreamento de processos conforme previsto na introdução e no capítulo 2. O objetivo é identificar os principais fatores que influenciaram a formulação doutrinária do Exército Brasileiro e, por fim, avaliar o poder explicativo das abordagens realista e organizacional.

Quadro 8 - Rastreamento de processos: as fases da Doutrina Militar do Exército Brasileiro (1919-2014)

Período	Referência Doutrinária Externa	Prioridades Estratégicas	Doutrina Militar do Exército Brasileiro (características gerais)
1919-1940	França	Preparação para a guerra convencional na América do Sul (Argentina)	- Doutrina defensiva; - Modelo divisionário ternário; - Divisões permanentes; Recrutamento universal (nação em armas).
1945-1960	EUA	- Adesão ao projeto de segurança hemisférica (OEA); - Preparação para a guerra convencional na América do Sul (Argentina); - Participação em operações de paz no âmbito da ONU.	- Doutrina ofensiva (ensaio); - Motorização e mecanização das unidades militares (parcial); - Absorção do conceito de guerra revolucionária.
1960-1982	EUA (declínio)	Coexistência de objetivos estratégicos: - Guerra nuclear; - Guerra revolucionária; - Guerra convencional; - Operações de paz.	- Coexistência de modelos doutrinários (Alemanha, França e EUA); - Brigadas como grandes unidades de combinação de armas; - Divisão de Exército substitui as antigas Divisões de Infantaria e Cavalaria; - Motorização e mecanização das unidades militares. - Início da Reforma Administrativa do Exército Brasileiro
1982-1991	EUA (retomada)	- Ênfase na defesa da Amazônia.	- Reestruturação Administrativa - Elaboração do SIPLEx - Estabelecimento das Forças de Ação Rápida
1991-2014	EUA	- Indefinição de prioridades estratégicas.	- SIDOBE e SIDOMT - Doutrina Alfa (defesa interna) - Doutrina Gama (defesa da Amazônia) - Doutrina Delta (guerra convencional no continente) - IP 100-30 (operações de paz)

Quadro 9 - Rastreamento de processos: variáveis e evidências com potencial explicativo

Período	Evidências com potencial explicativo	
	Contexto político-estratégico internacional	Dinâmica internacional interna
1919-1940	<ul style="list-style-type: none"> - Modernização militar da Argentina; - Lições da guerra russo-japonesa de 1905; - Lições da vitória francesa na Primeira Guerra Mundial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estruturação do Estado-Maior do Exército; - Contratação da Missão Militar Francesa; - Importância de lideranças militares como Hermes da Fonseca, João Nepomuceno de Medeiros Mallet, Tasso Fragoso, José Caetano de Faria e Bento Manuel Ribeiro Carneiro.
1945-1960	<ul style="list-style-type: none"> - Experiência militar da Segunda Guerra Mundial; - Diminuição do poder militar e econômico relativo da Argentina (diminuição da percepção de ameaça externa convencional terrestre); - Aumento da percepção de ameaça do bloco liderado pela URSS (guerra convencional e assimétrica/revolucionária). 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento do Acordo Militar Brasil-EUA e adesão à segurança hemisférica (OEA e JID); - Criação do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e da Escola Superior de Guerra (ESG); - Importância do pensamento militar de oficiais como Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Eurico Dutra, Milton de Freitas Almeida, Humberto de Alencar Castello Branco, Oswaldo Cordeiro de Farias e Golbery do Couto e Silva.
1960-1982	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição da percepção de ameaça externa convencional terrestre na região sul do continente sul-americano; - Aumento da percepção de ameaça convencional e assimétrica na região amazônica; - Lições doutrinárias da Guerra do Vietnã e da Guerra do Yom Kippur. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estruturação administrativa voltada para a elaboração de uma doutrina militar autóctone (Sistema de Planejamento do Exército e Sistema de Desenvolvimento da Doutrina da Força Terrestre); - Criação de uma seção no EME dedicada aos estudos doutrinários (8ª Seção); - Importância do pensamento militar de oficiais como Carlos de Meira Mattos, Antônio Carlos da Silva Muricy, Alfredo Souto Malan, Antônio Ferreira Marques, Fritz de Azevedo Manso e Samuel Augusto Alves Corrêa.
1982-1991	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de ameaça militar terrestre convencional na região sul do continente sul-americano; - Aumento da percepção de ameaça na região amazônica (convencional e assimétrica); - Impactos políticos e militares da Guerra das Malvinas para a preparação militar terrestre do Brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de um novo Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX); - Centralização da formulação doutrinária na 3ª Subchefia do EME. - Importância do pensamento militar de oficiais como Walter Pires de Carvalho e Albuquerque e Leônidas Pires Gonçalves.
1991-1996	<ul style="list-style-type: none"> - Impactos políticos e militares da Guerra do Golfo para a preparação militar terrestre do Brasil; - Ausência de ameaças convencionais terrestres na região sul do continente sul-americano; 	<ul style="list-style-type: none"> - Concentração, na 3ª Subchefia do EME, da formulação doutrinária em seus níveis político-estratégico e operacional; - Criação do Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT); - Importância do pensamento militar de oficiais como Oswaldo Muniz Oliva, Benedito Onofre Bezerra Leonel, Zenildo Gonzaga de Lucena, Delio de Assis Monteiro, Roberto Jugurtha Câmara Senna e Gleuber Vieira.

Fonte: elaboração própria.

Comparando os dois quadros, pode-se observar os principais aspectos que influenciaram as mudanças doutrinárias do Exército Brasileiro durante o século XX. Enquanto, nos primeiros dois períodos e no último, houve uma forte influência externa na formulação doutrinária, pode-se dizer que a Missão Militar Francesa foi melhor adaptada aos desafios estratégicos brasileiros do que a doutrina estadunidense. Tal fato se deve tanto às diferenças políticas e estratégicas, quanto também às altas demandas de investimento para a manutenção do modelo estadunidense, baseado na motorização e na mecanização de suas unidades.

A hipótese de guerra contra a Argentina diminuiu sua intensidade durante o século XX, levando oficiais como Castello Branco a proporem a adoção de uma postura doutrinária ofensiva, principalmente devido à redução do poder relativo dos países vizinhos. Além disso, esta hipótese de guerra passaria, progressivamente, a conviver com outras, como a guerra nuclear, a guerra revolucionária interna e a participação em operações de paz.

No plano doutrinário, observa-se uma tendência progressiva dos oficiais do Exército Brasileiro, durante o século XX, a propor a convivência de uma estratégia defensiva com uma postura doutrinária ofensiva, influenciados pelas guerras na Europa e no Oriente Médio. O ápice desta tendência foi a publicação da Doutrina Delta, documento doutrinário de alto nível que tinha como um de seus princípios a ofensiva, a surpresa e o combate continuado. Isto não impedia a existência de divergências, principalmente quando do planejamento de operações na selva ou em operações de paz. Tal tendência diminuiria após a verificação dos limites de adoção da Doutrina Delta, assim como ocorrera no pós-Segunda Guerra Mundial.

Durante o século XX, a incorporação seletiva da doutrina militar de países como Alemanha, França e EUA não excluiu momentos de busca de maior autonomia na formulação doutrinária, como nas décadas de 1960 a 1980. Esses fatores influenciaram a formação da doutrina militar do Exército Brasileiro nos dois níveis de análise – sistêmico e organizacional –, como observado nos capítulos 3 e 4.

No âmbito organizacional, o EME implementou, ao longo das décadas, uma série de reformas buscando otimizar o processo de formulação doutrinária. Contudo, o escopo e a eficácia das modificações administrativas dependiam de outros fatores, tanto externos quanto internos à força. A criação de um sistema de planejamento doutrinário, por si só, não garantiu o sucesso da formulação de uma doutrina militar terrestre, como foi o objetivo do EME a partir da década de

1960. Como apontado por Góes Monteiro na passagem da década de 1930 para os anos 1940, a ausência de clareza quanto aos objetivos estratégicos, assim como a carência de meios, debilitava o processo da formulação doutrinária em sua raiz. Daí a preferência, por vezes, pela adoção de modelos doutrinários externos como forma de acelerar a modernização da força terrestre.

Neste contexto, a formulação da Doutrina Delta traz aspectos interessantes a serem analisados. A relação Brasil-Estados Unidos, mesmo que arrefecida pelo rompimento do acordo militar em 1977, apresentou-se, novamente, como um caminho rápido para modernização doutrinária. A vitória na Guerra do Golfo (1991) assemelhou-se ao triunfo na Segunda Guerra Mundial, quando os norte-americanos apresentaram-se como o “modelo a ser seguido” pelos Exércitos que desejavam adotar as melhores práticas da guerra moderna.

Simultaneamente, no plano interno, o EME havia concentrado as prerrogativas de formulação da doutrina militar terrestre (tanto no âmbito estratégico quanto operacional) em sua 3º Subchefia, o que pode ser comprovado pela análise de seu papel central no SIDOMT. Este elevado grau de autonomia permitiu, em última instância, a inovação proposta pela equipe liderada pelo General Câmara Senna, então 3º Subchefe, após sua ida aos EUA em 1995 para a Conferência de Doutrina da OTAN.

5.2 BALANÇO TEÓRICO E LIÇÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Por fim, após a exposição da evolução da doutrina militar do Exército Brasileiro (Quadro 8) e o levantamento das evidências identificadas para cada nível de análise (Quadro 9), torna-se possível avaliar a capacidade explicativa das duas abordagens teóricas. Isto significa identificar os mecanismos causais que possam explicar as mudanças doutrinárias, principalmente a Doutrina Delta.

Retomando a pergunta central deste trabalho, pode-se dizer que tanto a abordagem realista quanto a abordagem organizacional iluminam aspectos que influenciaram as mudanças doutrinárias no período estudado (quadro 10 abaixo). Por um lado, as principais diretrizes da doutrina militar terrestre brasileira refletiam a busca por parte dos oficiais do Exército Brasileiro por responder às mudanças no equilíbrio de poder na América do Sul (principalmente a Argentina) e também emular práticas de potências extrarregionais para a ampliação das capacidades militares internas (Alemanha, França e Estados Unidos da América). Por outro lado, as mudanças de

doutrina militar, mesmo quando estimuladas por fatores externos, só puderam ser viabilizadas a partir das condições políticas, organizacionais e orçamentárias internas.

Quadro 10 - Avaliação da capacidade explicativa das abordagens teóricas: os processos causais identificados (1919-2014)

Período	Processos causais	
	Abordagem Realista	Abordagem Organizacional
1919-1940	A modernização militar argentina alertou os oficiais do Exército Brasileiro, provocando a adoção de uma doutrina militar defensiva.	A necessidade e estruturação do EME soma-se à influência francesa na elite civil e militar brasileira. Daí a contratação da missão militar e, portanto, a adoção das diretrizes de sua doutrina militar.
1945-1960	A alteração do equilíbrio de poder na América do Sul em favor do Brasil abriu a possibilidade da adoção de uma nova postura doutrinária.	O estreitamento das relações Brasil-EUA no pós-2ª Guerra Mundial foi acompanhado pela decisão, por parte dos oficiais-generais do Exército Brasileiro, de incorporar a doutrina militar do país norte-americano. O EME, como consequência, passou a trabalhar no sentido de conciliar a nova doutrina com o modelo vigente na força terrestre.
1960-1982	A coexistência de diferentes objetivos político-estratégicos reduziu a percepção sobre a necessidade de elaboração de uma nova doutrina militar, principalmente se voltada para o combate convencional.	O EME reconheceu a impossibilidade da adoção total da doutrina estadunidense e a necessidade de identificar soluções próprias para a realidade brasileira, passando a estruturar um novo sistema de desenvolvimento da doutrina militar terrestre.
1982-1991	A Guerra das Malvinas, somada ao aumento da percepção de ameaças externas na região amazônica, alertou os oficiais do Exército sobre a necessidade de impulsionar o processo de modernização da força terrestre, ainda que sem a elaboração de uma nova doutrina.	O EME deu continuidade às reformas e inovações administrativas das décadas anteriores, estruturando o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx). O objetivo principal não era a elaboração de uma doutrina militar, mas sim a ampliação das capacidades militares terrestres brasileiras em um contexto de restrições orçamentárias.
1991-2014	A Guerra do Golfo reforçou a percepção brasileira sobre a veloz ampliação das capacidades militares dos países do então “primeiro mundo” em relação aos países do “terceiro mundo” e, portanto, de impulsionar o processo de modernização da força terrestre.	A concentração, na 3ª Subchefia do EME, da formulação doutrinária em seus níveis político-estratégico e operacional concedeu-a a liberdade necessária para que pudesse elaborar uma nova doutrina militar de primeiro nível, que propunha alterar as concepções básicas acerca da natureza da guerra moderna (Doutrina Delta).

Contudo, no caso da Doutrina Delta, a abordagem realista apresenta mais lacunas explicativas. Enquanto a Doutrina Delta pode ser vista como uma forma de balanceamento interno com o fim de ampliar as capacidades militares brasileiras, não foi possível identificar, dentre os autores consultados, a percepção de alteração no equilíbrio de poder que oferecesse ameaça convencional terrestre na Área Operacional do Continente. O contrário é verdadeiro, por exemplo, para a Doutrina Gama, cujo objetivo principal (defesa da Amazônia) já estava sendo difundido entre civis e militares desde a década de 1970.

A perspectiva organizacional, por sua vez, oferece uma explicação para a inovação doutrinária dissociada dos desafios estratégicos do país, o que a coloca em vantagem em relação à abordagem realista. É possível, inclusive, observar a Doutrina Delta como resultado de dois processos históricos simultâneos: no plano externo, tem origem no estreitamento das relações Brasil-Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial e que, mesmo após um arrefecimento nas décadas de 1970 e 1980, permaneceu como referência para a formulação doutrinária terrestre brasileira, principalmente após a Guerra do Golfo de 1991. Internamente, a formulação Doutrina Delta foi viabilizada pelo processo de estruturação de um sistema de planejamento doutrinário no âmbito do EME, impulsionado a partir da década de 1960, que resultaria, na década de 1990, na criação do Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT), cujo órgão central, a 3ª Subchefia, foi o idealizador e criador da nova doutrina.

No âmbito político e estratégico, pode-se dizer que a chamada “crise de identidade” da força terrestre já existia desde a década anterior, principalmente a partir do rompimento do acordo militar com os Estados Unidos (1977) e das lições oriundas da Guerra das Malvinas (1982). Mesmo que o fim do acordo militar não tenha interrompido alguns canais institucionais entre as Forças Armadas de Brasil e EUA, pode-se observar, a partir de 1984, uma nova reaproximação, o que demonstra uma certa autonomia¹³¹ da formulação doutrinária da força terrestre e um distanciamento relativo da dinâmica da política externa.

A Guerra do Golfo, por sua vez, representou uma espécie de “choque externo” que, somado ao interrompimento dos programas de modernização de material bélico, alertou parte dos militares

¹³¹ Contudo, apesar da relativa autonomia do Exército brasileiro para a formulação doutrinária – o que pode ser depreendido da configuração do SIDOMT –, os recursos para sua consecução dependiam, em última instância, do poder civil (executivo e legislativo). Deste modo, sem que as novas doutrinas sejam efetivamente difundidas tanto no meio militar quanto no meio civil – as redes de advocacia apontadas por Jensen (2016) –, a inovação doutrinária perde sua sustentabilidade.

brasileiros sobre o atraso tecnológico do país diante das grandes potências. Desse modo, se a globalização passava a ser vista com cautela, as medidas para diminuir seu impacto já estavam sendo tomadas tanto por parte da diplomacia quanto dos próprios militares: o fortalecimento da integração regional sul-americana.

O resultado da pesquisa permite concluir que, ainda que a abordagem organizacional explique melhor as causas da formulação da Doutrina Delta, e que o realismo ilumine aspectos importantes do objeto de estudo, há lacunas que podem ser preenchidas por trabalhos futuros. Por exemplo, nos dois primeiros períodos analisados (1919-1945 e 1945-1960), nenhuma das abordagens previram a derrota da Alemanha nas guerras mundiais como um fator que impactou as referências externas adotadas pelo Exército Brasileiro. Além disso, como incorporar de forma teórica as lições apreendidas pelo Exército Brasileiro em sua participação em guerras anteriores como, por exemplo, as guerras internas na virada do século XIX para o século XX e o papel da Força Expedicionária Brasileira na formatação do pensamento militar da força terrestre?

Devido às limitações de escopo, esta pesquisa não abordou, por exemplo, a influência dos aspectos tecnológicos e culturais na formulação doutrinária do Exército Brasileiro. Quais aspectos definem, por exemplo, qual o país que será seguido como modelo para uma reformulação doutrinária? Como o entendimento acerca da definição do conceito de doutrina militar influencia no tipo de reforma que será implementada? Qual o papel das restrições orçamentárias¹³² para a definição de uma doutrina militar? Qual a relação entre a formulação doutrinária e as diretrizes da política externa?

Cabe reconhecer, por fim, que as abordagens empregadas por este estudo demonstraram-se válidas para a explicação do fenômeno. Se, por um lado, concorda-se com Farrell, Rynning e Terriff (2013) sobre a virtude da combinação de teorias (*theory blending*) para a explicação das mudanças doutrinárias, por outro, a pesquisa demonstrou a importância de estudos mais detalhados sobre cada perspectiva teórica a fim de esclarecer tanto suas limitações quanto seu potencial explicativo.

¹³² Neste trabalho, as restrições orçamentárias tiveram um papel apenas moderador ou interveniente, mas não determinante para a formulação doutrinária. Trabalhos futuros podem testar este resultado de forma mais precisa.

A definição de doutrina militar de Posen (1984), ainda que relativamente simples, facilita a identificação dos aspectos centrais de um fenômeno complexo a partir de dois pilares: estrutura administrativa e conceitos norteadores. Contudo, cabe reconhecer que o autor parte do pressuposto da existência de uma grande estratégia, conceito de difícil aplicação ao contexto brasileiro da década de 1990, por exemplo. Ainda assim, entende-se que o conceito e a metodologia adotados não representaram prejuízo para a análise proposta. Isso não significa dizer que ela não poderia ser complexificada (HOIBACK, 2013), mas que o método foi suficiente para a consecução da pesquisa e para a inferência de conclusões para o debate teórico.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBOTT, Gerald; JOHNSON, Stuart. **The Changing Defense Industrial Base**. Strategic Forum, Nr 96. IISS, 1996.
- ABRUCIO, Fernando Luiz; PEDROTI, Paula; PÓ, Marcos Vinicius. **A formação da burocracia brasileira: a trajetória e o significado das reformas administrativas**. In: LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Sílvia. **Burocracia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. cap. 1, p. 27-71.
- ADCOCK, Robert; BEVIR, Mark. Political Science. In: BACKHOUSE, Roger; FONTAINE, Philippe. **The History of the Social Sciences since 1945**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- AIRES, Waldo M. de O. **As alterações no Grupo de Artilharia de Campanha em face da guerra moderna**. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1994.
- ALLISON, Graham. **Essence of Decision**. Boston: Little, Brown and Company, 1971.
- ALMOND, Gabriel A. **A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science**. London: SAGE, 1990.
- ALSINA JR, João Paulo S. A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**. 46 (2): 53-86, 2003.
- ALSINA JR, João Paulo S. **Política externa e poder militar no Brasil: universos paralelos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- ALVIM, Marcos André da Silva. **Infantaria do Exército Brasileiro: origem, evolução e contribuições durante os 500 anos do Brasil. Perspectivas para o início do século XXI**. Monografia (curso de altos estudos militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Rio de Janeiro, 2001.
- AMARAL, Marilea L. P. **Educação militar pós-1985: Os currículos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pernambuco. 2007.
- ARAKAKI, Hugo Tameyassu. O Estado-Maior do Exército e a Doutrina. **A Doutrina Militar Terrestre em Revista**, jan/jun 2015.
- ARAÚJO, César A. R. de. **O Grupo de Artilharia de Campanha 155mm autopropulsado orgânico das brigadas mecanizadas e blindadas: uma proposta**. Dissertação - Mestrado em Ciências Militares – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2005.
- ARMAS NACIONAIS. **Marder 1A2 - Sistema SAM Roland II**. <https://www.armasnacionais.com/2019/03/marder-1a2-sistema-sam-roland-ii.html>. Acesso em: 25 jan 2022.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- AVANT, Deborah D. The Institutional Sources of Military Doctrine: Hegemons in Peripheral Wars, **International Studies Quarterly** 37, 4, 1993, pp. 409–430.
- AVELLAR, José. C. B. de. **Doutrina Delta: Reflexos para a Aviação do Exército**. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1999.
- BAGANHA, Luiz Fernando Estorilho. **A estrutura da aviação do Exército Brasileiro: necessidade de evolução e de criação do esquadrão de reconhecimento e ataque, à luz da Doutrina Delta**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2003.

- BAKER, R. H. The Origins of Soviet Military Doctrine, **The RUSI Journal**, 121:1, 38-43, 1976. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/03071847609421231>>. Acesso em: 04 fev. 2022.
- BAKKER, Mucio P. Ribeiro de. Antártida - Uma nova perspectiva para o Brasil. **A Defesa Nacional**, nº 701, 1982.
- BANDEIRA, Luiz A. M. **As relações perigosas: Brasil-Estados-Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- BANHA, Paulo da Motta. **História do Estado-Maior das Forças Armadas**. Brasília: EMFA, 1987.
- _____. **História do Estado-Maior do Exército**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.
- BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.
- BASRUR, R.M. Nuclear Weapons and Indian Strategic Culture. **Journal of Peace Research**, 38: 181-98. 2001.
- BASTOS, Expedito Carlos S. **O Brasil na Era dos Blindados: Um longo e árduo aprendizado**. Volume I - Dos importados aos nacionais. Bauru: Taller Comunicação, 2011.
- BASTOS, Expedito Carlos S. **O Brasil na Era dos Blindados: Um longo e árduo aprendizado**. Volume II - Dos nacionais aos importados. Bauru: Taller Comunicação, 2012.
- BASTOS, Expedito Carlos S. O Brasil na Era dos Blindados: Renault FT-17 no Exército Brasileiro 1921-1942. **Da Cultura**, Ano I, nº 2, jul/dez 2001. Disponível em: http://www.funceb.org.br/images/revista/9_7k4o.pdf. Acesso em: 21 jan. 2022.
- BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. **Process-tracing methods: foundations and guidelines**. Michigan: University of Michigan Press, 2013.
- BELLINTANI, A. I. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. Volume I. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- BENTO, C. M. **Amazônia Brasileira: Conquista, Consolidação e Manutenção (1616-2003)**. Porto Alegre: Genesis, 2003.
- BIDDLE, T. D. **Strategy and Grand Strategy: What Students and Practitioners need to Know**. Carlisle: United States Army War College Press, 2015.
- BOOT, M. The New American Way of War. **Foreign Affairs**, v. 82, n. 4, 2003.
- BOCQUELET, D. **M1 Abrams**. Online, 2014. Disponível em: https://tanks-encyclopedia.com/coldwar/us/m1_abrams.php. Acesso em: 21 jan. 2022.
- BRASIL. Ministério do Exército. Secretaria-Geral do Exército. **BOLETIM DO EXÉRCITO Nº 10/99**. 1999.
- BRASIL. **Catálogo de Destino dos Acervos das Organizações Militares no Exército Brasileiro**. Ministério da Defesa. 2ª Edição. 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art144.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.520**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9520-25-julho-1946-417643-norma-1946-1-pe.html>. Acesso em: 22 jan. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 23.977**. 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23977-8-marco-1934-516424-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 jan. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 41.186**. Trata da organização das Forças Terrestres e dos órgãos Territoriais em tempo de paz. 1957. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950->

- 1959/decreto-41186-20-marco-1957-379944-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 27 dez. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 48.055** - Aprova o Regulamento da Diretoria de Motomecanização (DMM). 1960. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/88568-aprova-o-regulamento-da-diretoria-de-motomecanizauuo-dmm.html>. Acesso em: 27 dez. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 5.484**, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 jul. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm. Acesso em: 24 mar. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 6.971**, de 4 de junho de 1908. Organiza as grandes unidades e os quadros dos oficiais do exército e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 6 jun. 1908. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6971-4-junho-1908-517579-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 mar. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 82.952**, de 27 de dezembro de 1978. Aprova o Regulamento do Estado-Maior do Exército (R-173). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 1978. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-82952-27-dezembro-1978-432326-norma-pe.html>. Acesso em: 22 dez. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 83.068**, de 12 de março de 1979. Aprova o "Regulamento para a Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa" e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 mar. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D83068.htm. Acesso em: 5 fev. 2022.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2007. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35_g_01_glossario_fa_4aed2007.pdf. Acesso em: 24 mar. 2023.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.120**, de 23 de outubro de 1946. Lei de Organização dos Quadros e Efetivos do Exército. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 25 out. 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/de19120.htm. Acesso em: 17 jan. 2022.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 97**, de 9 de junho de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm. Acesso em: 29 dez 2021.
- BRASIL. **Lei nº 2.851**, de 1º de dezembro de 1956. Dispõe sobre a organização básica do Exército. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l2851.htm. Acesso em: 29 dez 2022.
- BRASIL. **Manual de Campanha** – Operações. 3ª ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1997.
- BRASIL. **Manual de Operações Anfíbias**. Rio de Janeiro: Estado-Maior do Exército, 1983. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/167>. Acesso em: 29 dez 2021.
- BRASIL. Ministério da Guerra. Estado-Maior do Exército. **Manual de Campanha C 2-15** — Emprego da Cavalaria. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Exército, 1950.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria GM-MD nº 4.070**, de 5 de outubro de 2021. Aprova a Diretriz de Obtenção Conjunta de Produtos de Defesa (PRODE) e de Sistemas de Defesa (SD) para a administração central do Ministério da Defesa e para as Forças Singulares. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm-md-n-4.070-de-5-de-outubro-de-2021-352002148>. Acesso em: 10 fev. 2023.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Instruções Provisórias 1-1 Emprego da Aviação do Exército**. 1ª ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2000.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Manual de Campanha C 2-1 – Emprego da Cavalaria**. 3ª ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1999.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Manual de Campanha C 2-30 Brigada de Cavalaria Mecanizada**. 2ª ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2000.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Manual de Campanha C 6-16 – Bateria de Lançadores Múltiplos de Foguetes**. 2ª ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1999.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Manual de Campanha C 17-20 – Forças-Tarefas Blindadas**. 3ª Edição. Brasília: Centro de Doutrina do Exército, 2002.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Manual de Campanha C 2-1 – Emprego da Cavalaria**. Brasília: Centro de Doutrina do Exército, 1999.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Manual de Campanha C 2-30 – Brigada de Cavalaria Mecanizada**. 2ª Edição. Brasília: Centro de Doutrina do Exército, 2000.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Instruções Provisórias 1-1 – Emprego da Aviação do Exército**. 1ª Edição. Brasília: Centro de Doutrina do Exército, 2000.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Instruções Provisórias 90-1 – Operações Aeromóveis**. 1ª Edição. Brasília: Centro de Doutrina do Exército, 2000.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Manual de Campanha C 7-20 – Batalhões de Infantaria**. 3ª Edição. Brasília: Centro de Doutrina do Exército, 2003.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Instruções Provisórias 1-30 – Brigada de Aviação do Exército**. 1ª Edição. Brasília: Centro de Doutrina do Exército, 2003.

BRASIL. Ministério do Exército. **Bases para a Modernização da Doutrina de Emprego da Força Terrestre - Doutrina Delta**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1996.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Instruções Provisórias 1-20 – Esquadrão de Aviação do Exército**. 1ª Edição. Brasília: Centro de Doutrina do Exército, 2003.

_____. **NOTA MINISTERIAL Nº 009**, de 08 de junho de 1982.

_____. **INSTRUÇÕES PROVISÓRIAS – Operações de Grandes Comandos**. 1ª Edição, 1995.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. **Revista do Serviço Público**, v. 47, n. 1, p. 17-44, jan.-abr. 1996. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1996/95.AdmPublicaBurocraticaAGerencial.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, jun. 2008. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill. **Entre o Estado e o Mercado: O Público Não-Estatal**. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill. **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Exposição de Motivos da Emenda da Reforma Administrativa Constitucional**. Brasília: MARE, 1995.
- BRODIE, Bernard. Strategy as a Science. **World Politics**, v. 1, n. 4, p. 558-79, jul. 1949.
- BRODIE, Bernard. Technological Change, Strategic Doctrine and Political Outcomes. In: KNORR, Klaus. (ed.) **Historical Dimensions of National Security Problems**. Lawrence: University Press of Kansas, 1976, p. 263–306.
- BRODIE, Bernard. Technology, politics, and strategy, **The Adelphi Papers**, v. 9, n. 55, 1969, pp. 21-29.
- BUZAN, B.; WAEVER, O. **Regions and Powers: the structure of international security**. New York: Cambridge University Press, 2003.
- BUZAN, B.; HANSEN, Lawrence. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: UNESP, 2012.
- BUZAN, Barry. **An Introduction to Strategic Studies: Military Technology and International Relations**. Houndmills: The Macmillan Press, 1987.
- CALDAS, Moacyr Antonio Rodrigues. **A Guerra do Golfo Pérsico: Apreciação e ensinamentos colhidos**. Monografia (Curso de Comando e Estado-Maior do Exército) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1992.
- CÂMARA, Ibsen de G. O Pensamento Estratégico Brasileiro - Projeção da Nossa Maritimidade na Estratégia Nacional. **A Defesa Nacional**, nº 688, 1980.
- _____. Papel das Organizações Não Governamentais no Cenário Ambiental Brasileiro. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 17, 1991.
- CÂMARA, Eduardo G. **A Construção Naval Militar Brasileira no Século XX**. Rio de Janeiro: SOBENA, 2011.
- CAMARA SENNA, R. J. **Grandes Desafios, Decisões Difíceis e Riscos**. 2020. 130 p. Trabalho não publicado.
- CAMPOS, M. T. **A Guerra das Falklands/Malvinas e suas Repercussões no Exército Brasileiro**. Tese de doutorado em Ciência Política. Universidade Federal Fluminense (UFF), 2011.
- CARR, E. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- CARVALHO, A. F. H. A Bacia Amazônica: Panorama atual e interesses marítimos. **A Defesa Nacional**, nº 699, 1982.
- CARVALHO, G. E. **Política externa e política comercial brasileira entre 1930 e 1942: comércio e defesa nacional**. Dissertação de mestrado em Economia Política Internacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Rio de Janeiro, 2014.
- CARVALHO, J. M. de. **A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CARVALHO, J. M. de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CARVALHO, J. M. de. Os Militares, a Constituinte e a Democracia. Presença 8, Agosto/1986. In: **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Hazar Ed., 2005.
- CASTELLO BRANCO, H. de A. **A Doutrina Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1957. Arquivo Castello Branco, Biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Caixa F45/1 - F45/14.

- CASTRO, C. **Exército e nação**: estudos sobre a história do exército brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- CASTRO, C. **A Invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- CASTRO, T. de. Haiti: Impasse Geopolítico. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 29, 1994.
- _____. MERCOSUL: Enfoque Geopolítico. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 26, 1993.
- _____. O Brasil e a Nova Ordem Mundial: Enfoque Geopolítico. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 35, 1997.
- _____. O Ser e o Não Ser do TIAR. **A Defesa Nacional**, nº 713, 1984.
- _____. Relações Brasil-Estados Unidos em Face da Dicotomia Norte-Sul e Leste-Oeste. **A Defesa Nacional**, nº 706, 1983.
- CIDADE, Francisco de Paula. **Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval (ESG), 1984. Disponível em: <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.
- CMS. MUSEU MILITAR DO COMANDO MILITAR DO SUL. Porto Alegre. Pesquisa realizada em janeiro de 2020.
- COLLIER, David. Understanding Process Tracing. **Political Science and Politics**, v. 44, n. 4, p. 823-830, 2011.
- COMANDO MILITAR DO LESTE. **Histórico da 1ª DE**. Online. <http://www.1de.eb.mil.br/historico-da-1-de>. Acesso em: 17 jan. 2022.
- CONTI, Fátima. **A história do computador e da internet**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2006. Disponível em: <http://www.ufpa.br/dicas/net1/int-h196.htm>. Acesso em: 25 mar. 2023.
- CORBETT, Julian. **Some Principles of Maritime Strategy**. In: JABLONSKY, David (Org.). *Roots of Strategy*. Mechanicsburg: Stackpole Books, 1999. p. 149-263.
- COSTA, Luiz Sérgio S. A Complexa Nova Ordem Mundial. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 29, 1994.
- COSTA, Octavio. Pequena memória de um grande homem: Como vi Castello Branco ao longo de minha vida. In: SANTOS, Francisco Ruas. **Marechal Castello Branco: Seu pensamento militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de Estratégia**. Paris: Economica, 2011.
- COVARRUBIAS, Jaime García. Transformación de la Defensa: El caso de EE.UU. y su Aplicación en Latinoamérica. **Military Review**, v. 85, nº 2, p. 3-15, mar.-apr. 2005.
- COX, Robert W. **Production, power, and world order**. New York: Columbia University Press, 1987.
- COZZA, Dino Willy da. A Geoestratégia do Brasil. **A Defesa Nacional**, v. 701, 1982.
- CPDOC. **Estado-Maior das Forças Armadas**. Verbete. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-maior-das-forcas-armadas-emfa>. Acesso em: 24 fev. 2022.
- CPDOC. **Negociação do alinhamento**. Verbete. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil/NegociacaoAlinhamento>. Acesso em: 26 fev. 2022.
- CPDOC. **Reunião dos chanceleres do Rio de Janeiro**. Verbete. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil/ReuniaoChanceleres>. Acesso em: 26 fev. 2022.

- CUNHA, Eduardo Cunha da. **Proposta de criação de uma companhia de helicópteros de ataque para o Exército Brasileiro**. Monografia (Curso de Comando e Estado-Maior do Exército) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 1991.
- DANTAS, João de Araujo R. Um Estranho Mundo Novo. **A Defesa Nacional**, v. 675, 1978.
- D'ANDURAIN, J. Verdun, ou le tournant de la doctrine française. **Revue Défense Nationale**, n. 787, 2016, pp. 37-45. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/rdna.787.0037>. Acesso em: 04 fev. 2022.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. **Militares, Democracia e Desenvolvimento: Brasil e América do Sul**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- DAVIS, Paul K. **New challenges for defense planning: rethinking how much is enough**. RAND: Santa Monica, 1994.
- DER DERIAN, J.; SHAPIRO, M. J. **International/intertextual relations: postmodern readings of world politics**. Toronto: Lexington Books, 1989.
- DINIZ, Eugênio. **Projeto Calha Norte: Antecedentes Políticos**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/militares-amazonia/txt_Eugenio_Diniz.pdf. Acesso em: 26 fev. 2022.
- DOD. **Quadrennial Defense Review Report**. 30 de setembro de 2001. Disponível em: <https://www.comw.org/qdr/qdr2001.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2023.
- DOMINGOS NETO, Manuel. Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain (org.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980, pp. 43-71.
- DONATO, Hernâni. **Dicionário das Batalhas Brasileiras**. 2ª ed. São Paulo: IBRASA, 1996.
- DOUHET, Giulio. **The Command of The Air**. Washington: AIR FORCE HISTORY AND MUSEUMS PROGRAM, 1998.
- DRYZEK, John S. Revolutions Without Enemies: Key Transformations in Political Science. **American Political Science Review**, v. 100, n. 4, p. 467-481, nov. 2006.
- DUARTE, Érico Esteves. **Estudos Estratégicos**. Curitiba: InterSaberes, 2020.
- DUTRA, Eurico Gaspar. **Discursos e Alocuções – 1947**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.
- EASTON, David. Political Science in the United States: Past and Present. **International Political Science Review**, v. 6, n. 1, p. 3-15, 1985. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1600975>. Acesso em: 25 mar. 2023.
- ECHEVARRIA, Antulio J. **Clausewitz and Contemporary War**. New York: Oxford University Press, 2007.
- ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. **Progress in International Relations Theory: Appraising the field**. Cambridge: BCSIA, 2003.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Reunião de Coordenação de Objetivos Doutrinários (RCOD)**, 2012: apresentações. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/290>. Acesso em: 29 set. 2022.
- EVERA, Stephen Van. **Guide to Methods for students of Political Science**. New York: Cornell University Press, 1997.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. **1º Grupo de Artilharia Antiaérea – Resumo Histórico**. 2016. Disponível em: <http://www.1gaae.eb.mil.br/2016-02-10-19-06-22>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. **13º Grupo de Artilharia de Campanha – Histórico da OM**. 2019. Disponível em: <https://www.13gac.eb.mil.br/index.php/historico-om>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. **O Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Online. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/exercito->

- brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=/asset_publisher/view_content&_101_assetEntryId=1556825&_101_type=content&_101_urlTitle=o-exercito-brasileiro-na-segunda-guerra-mundial&inheritRedirect=true#:~:text=Com%20a%20expuls%C3%A3o%20dos%20alem%C3%A3es,n%C2%BA%2047%2F44%2C%20de%209. Acesso em: 24 fev. 2023.
- FARAH, Camel André de G. **A Cavalaria Mecanizada da Doutrina Delta**: Propostas de Emprego e Novas Estruturas Organizacionais. Rio de Janeiro: ECEME, 2000.
- FARIA, José da C. O Projeto de Reconstrução Nacional. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 17, 1991.
- FARNSWORTH, Clyde H. Reagan impõe tarifas punitivas contra o Brasil. **The New York Times**, 14 nov. 1987.
- FARRELL, Theo; RYNNING, Sten; TERRIFF, Terry. **Transforming Military Power since the Cold War**: Britain, France, and the United States, 1991–2012. New York: Cambridge University Press, 2013.
- FARRELL, Theo; TERRIFF, Terry. **The Sources of Military Change**: Culture, politics, technology. London: Lynne Rienner Publishers, 2002.
- FENG, Liu; RUIZHUANG, Zhang. The Typologies of Realism. **Chinese Journal of International Politics**, v. 1, 2006, p. 109-134.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FERRAZ, Francisco C. A. Desmobilização e reintegração social de tropas brasileiras e americanas da Segunda Guerra Mundial: um estudo comparativo. **Antíteses**, v. 7, n. 13, p. 467-492, jan./jun. 2014.
- FERREIRA, Marcos Antônio Horta. **Nova Estrutura para a Aviação do Exército Brasileiro**: uma proposta. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2001.
- FERRIS, John. Netcentric Warfare, C4ISR and Information Operations: Towards a Revolution in Military Intelligence? **Intelligence and National Security**, v. 19, n. 2, 2004.
- FIGUEIREDO FILHO, Euclides de O. A Segurança Nacional e as Forças Armadas. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 6, 1985.
- FIGUEIREDO, Sergio D. de. A Presença Brasileira no Cenário Mundial Contemporâneo. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 24, 1993.
- FONSECA, Pedro C. D. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 1 (89), jan.-mar. 2003.
- FORTUNA, Hernani G. O Desafio Brasileiro nos Anos 90. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 24, 1993.
- _____. O Poder Marítimo como Projeção do Poder Nacional. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 23, 1992.
- FREEDMAN, L. International Security: changing targets. **Foreign Policy**, v. 10, Special Edition, p. 48-63, Spring 1998.
- FREGAPANI, Gélío Augusto B. As Guerras da Coreia, do Vietnã e das Malvinas e a Proliferação Nuclear. **A Defesa Nacional**, nº 720, 1985.
- FUCCILLE, Luís A. **Democracia e questão militar**: a criação do Ministério da Defesa. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- FURLAN NETO, Achilles. **A Aviação do Exército na Guerra de Movimento (Doutrina Delta)**: Análise da Atual Organização e Propostas para Emprego. Monografia (Curso de Altos Estudos Militares), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2000.

- GANSLER, Jacques. **Democracy's Arsenal: Creating a Twenty-First-Century Defense Industry**. Cambridge: MIT Press, 2011.
- GARTHOFF, Raymond L. **Soviet Strategy in the Nuclear Age**. Praeger Publications in Russian History and World Communism, No. 71. 283 p. New York: Frederick A. Praeger, 1958.
- GAT, Azar. **History of Military Thought: From the Enlightenment to the Cold War**. New York: Oxford University Press, 2001.
- GAT, Azar. **The Development of Military Thought**. New York: Clarendon Press of Oxford University Press, 1992.
- GAT, Azar. **The Origins of Military Thought: From the Enlightenment to Clausewitz**. New York: Oxford University Press, 1989.
- GIANNASI, Carlos Alberto. **A Doutrina de Segurança Nacional e o "Milagre Econômico" (1969/1973)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História Econômica, 2011. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-30092011-170055/publico/2011_CarlosAlbertoGiannasi.pdf
- GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- GOMIDE, A. A.; PIRES, Roberto. Capacidades Estatais e Democracia: A abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In: Gomide, A. A.; Pires, Roberto. **Capacidades Estatais e Democracia: Arranjos institucionais de políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2014.
- GRACHT, Heiko A. von der. Consensus measurement in Delphi studies: Review and implications for future quality assurance. **Technological Forecasting and Social Change**. Volume 79, Issue 8, October 2012, Pages 1525-1536. 2012
- GRAY, Colin S. **Modern Strategy**. New York: Oxford University Press, 1999.
- HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- HALL, Peter A. Systematic process analysis: when and how to use it. **European Management Review**, v. 3, n. 1, p. 24-31, 2006.
- HALL, P.; TAYLOR, R. As Três Versões do Neo-Institucionalismo. **Lua Nova**, 58, 193-223, 2003.
- HINDMOOR, A. "Rational Choice". In: MARSH, D.; STOKER, G. (Orgs.). **Theory and Methods in Political Science**. New York: Palgrave, 2010.
- HØIBACK, H. **Understanding Military Doctrine: A multidisciplinary approach**. New York: Routledge, 2013.
- HOWEY, A. W. Weaponry: The Rifle-Musket and the Minié Ball. **Civil War Times Magazine**, 1999.
- HUDSON, V. M.; VORE, C. S. Foreign Policy Analysis Yesterday, Today and Tomorrow. **Mershon International Studies Review**, 39(2), 209-238, 1995.
- HUNTINGTON, S. **A Ordem Política nas Sociedades em Mudança**. São Paulo: Forense-Universitária, 1975.
- HURRELL, A. J. **The quest for autonomy: the evolution of Brazil's role in the international system 1964 - 1985**. Brasília: FUNAG, 2013.
- JANOWITZ, M. La organización interna de la institución militar. In: BAÑÓN, R.; OLMEDA, J. (Orgs.). **La institución militar em el Estado contemporáneo**. Madrid: Alianza Editorial, 1985.
- JACCARD, J.; JACOBY, J. **Theory Construction and Model-Building Skills: A Practical Guide for Social Scientists**. New York: The Guilford Press, 2009.
- JENSEN, B. M. **Forging the Sword: Doctrinal Change in the U.S. Army**. California: Stanford University Press, 2016.

- JENSEN, R. A História e o Cientista Político. In: LIPSET, S. M. **Política e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- JERVIS, R. **Perception and Misperception in International Politics**. New Jersey: Princeton University Press, 1976.
- J.K. The Soviet General Staff Takes Stock: Changes in Military Doctrine. **The World Today**, 11(11), 492-502, 1955.
- JOÃO PAULO II. **Carta encíclica Fides et Ratio**: do sumo pontífice João Paulo II aos bispos da Igreja Católica sobre as relações entre fé e razão. 1998. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091998_fides-et-ratio.html. Acesso em: 27 fev. 2022.
- JOHNSTON, Alastair Iain. Thinking about Strategic Culture. **International Security**, Vol. 19, No. 4 (Spring, 1995), pp. 32-64.
- KENNEDY, Paul M. **The Rise and Fall of the Great Powers**: Economic change and military conflict from 1500 to 2000. Great Britain: Unwin Hyman Limited, 1989.
- KEOHANE, Robert O.; MARTIN, Lisa L. Institutional Theory as a Research Program. In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam Fendius (Ed). **Progress in International Relations Theory**: Appraising the field. Cambridge: MIT Press, 2003.
- KIER, Elizabeth. Culture and Military Doctrine: France between the Wars. **International Security**, Vol. 19, No. 4 (Spring, 1995), pp. 65-93. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2539120>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- KIEVIT, James; METZ, Steven. **Strategy and the Revolution in Military Affairs**: From Theory to Policy. Pennsylvania: Strategic Studies Institute, 1995.
- ISSINGER, Henry. **Diplomacy**. New York: Simon & Schuster, 1994.
- KUHLMANN, Paulo Roberto Loyola. **Exército Brasileiro**: estrutura militar e ordenamento político 1984-2007. Tese de doutorado em Ciência Política. Universidade de São Paulo, 2007.
- LANE, Spencer. **First world flight**: the odyssey of Billy Mitchell. Washington: Library of Congress, 2011.
- LEGRO, J.W. Military Culture and Inadvertent Escalation in World War II. **International Security**, 18: 108-42. 1994.
- LEITE, Guilherme de A. O Poder Marítimo e as Projeções do Poder Nacional. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 18, 1991.
- LEONEL, Benedito O. B. As Forças Armadas Brasileiras. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 34, 1997.
- LEONEL, Benedito O. B. Segurança e Defesa no Século XXI. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 32, 1996.
- LEXICAR BRASIL. **Avibras**. 2014. Disponível em: <http://www.lexicarbrasil.com.br/avibras/>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- LIND, William S. Understanding Fourth Generation War. **Military Review**, v. 84, n. 5, p. 12-16, September-October 2004.
- LOPES, Luiz Antonio S. **Planejamento de Transporte Militar por Aviões**. Dissertação (Mestrado em Ciências em Transportes) – Instituto Militar de Engenharia, Rio de Janeiro, 1987.
- LOURENÇÃO, Humberto José. **A Defesa Nacional e a Amazônia**: O Sistema de Vigilância da Amazônia. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2013. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279453/1/Lourencao_HumbertoJose_M.pdf. Acesso em: 25 mar. 2023.

- LUCENA, Zenildo Gonzaga Z. de. **Exército Brasileiro**: Retrato de uma Nação. Revista do Exército Brasileiro, v. 133, 3º trimestre, 1996.
- LUIS, Camila C. R. Ao Mar, **Navegar é Preciso**: O pensamento estratégico da Marinha vis-a-vis a política externa brasileira. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/Universidade Estadual de Campinas/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, 2013. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96027/luis_ccr_me_mar.pdf?sequence=1. Acesso em: 25 mar. 2023.
- LUIZ FILHO, Arlindo. Força de Paz: A Experiência Brasileira. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 31, 1995.
- LUZ, Sérgio P. da. Compreensão da Amazônia: Políticas e estratégias para integrá-la ao núcleo do Poder Nacional - inclui o desenvolvimento, a segurança e a defesa da Região. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 15, 1990.
- _____. O Cidadão Militar na Atual Sociedade. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 13, 1989.
- MAGALHÃES, J.B. Prefácio. In: RAPOSO FILHO, A. **Caxias e Nossa Doutrina Militar**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1959.
- MAHAN, Alfred T. The Influence of Sea Power upon History, 1660-1783. In: JABLONSKY, David (Org.). **Roots of Strategy**. Mechanicsburg: Stackpole Books, 1999, p. 43-149.
- MARQUES, Adriana A. **Concepções de Defesa Nacional no Brasil: 1950-1996**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2001.
- _____. Concepções Estratégicas Brasileiras no Contexto Internacional do Pós-Guerra Fria. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, nº 20, p. 69-85, jun. 2003.
- _____. **Amazônia**: Pensamento e presença militar. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo (USP).
- FILHO, João R. Martins. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gShkcQ5c7qL3kqbP4p4DnyS/?lang=pt>. Acesso em: 19 fev. 2021.
- FILHO, João R. Martins. As Forças Armadas brasileiras no pós-guerra fria. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 2, n. 3, jul./dez. 2006.
- MATTOS, Carlos de Meira. A Amazônia e a Dissuasão Estratégica. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 26, 1993.
- MATTOS, Carlos de Meira. A Importância Geopolítica da Amazônia Brasileira. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 19, 1991.
- MATTOS, Carlos de Meira. A Missão das Nossas Forças Armadas na Perspectiva da Nova Ordem Internacional. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 23, 1992.
- MATTOS, Carlos de Meira. A Nova Ordem Mundial. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 21, 1992.
- MATTOS, Carlos de Meira. A Reavaliação do Cenário Estratégico. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 27, 1994.
- MATTOS, Carlos de Meira. Estado Nação e Globalização. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 29, 1994.
- MATTOS, Carlos de Meira. **Estratégias Militares Dominantes**: Sugestões para uma estratégia militar brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

- MATTOS, Carlos de Meira. O Conflito da Globalização. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 34, 1997.
- MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019.
- MCCANN, Frank D. The Formative Period of Twentieth-Century Brazilian Army Thought, 1900-1922. **Hispanic American Historical Review**, v. 64, n. 4, 1984, p. 737-765.
- MCNEILL, William Hardy. **The pursuit of power**. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.
- MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W. W. Norton, 2001.
- MEDEIROS FILHO, Oscar. **Entre a cooperação e a dissuasão: Políticas de defesa e percepções militares na América do Sul**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 2010.
- MELO, Francisco B. Torres de. Terrorismo. **A Defesa Nacional**, v. 44, nº 692, p. 3-12, jan./fev. 1980.
- MENESES, Eurípedes Cardoso de. A Ilha da Trindade: Posto Avançado no Atlântico Sul. **A Defesa Nacional**, v. 51, nº 701, p. 3-20, jan./fev. 1982.
- MENEZES, Mário José Sotero de. **Uma solução: doutrina norte-americana, espírito alemão e tradição brasileira**. Trabalho individual (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército). Rio de Janeiro, 1965.
- MERRIAM, Charles. **A History of American Political Theories**. Chapter VIII – Recent Tendencies. Washington: The Heritage Foundation, 1903.
- MESQUITA, Alex Alexandre de. **Blindados e Doutrina Delta no combate urbano**. Uma combinação possível. Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Sousa”. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. **Doutrina Militar Terrestre**. Brasília, 2014.
- _____. **Relação dos Manuais de Campanha (C) e Instruções Provisórias (IP)**. 3a Edição. Brasília, 2004.
- _____. **Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX-Extrato)**, 2002.
- MORAES, Márcio B. A Guerra Civil na Ex-Iugoslávia. A participação do Brasil, sob a égide da ONU, na Força de Proteção da Ex-Iugoslávia. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 34, nº 127, p. 123-144, 1997.
- MORAIS, João R. G. de S. O impacto da Blitzkrieg no Exército brasileiro: reflexões sobre a doutrina francesa e alemã na revista A Defesa Nacional. In: NETO, Wilson de O. **O Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial: estudos contemporâneos**. Joinville: Editora Univille, 2020. p. 121-133.
- MORALES, João Luis R. **O emprego da guerra eletrônica nos conflitos entre as nações: focalizar o emprego da GE desde a 1ª guerra mundial até os dias atuais; destacar sua influência nos resultados dos conflitos abordados**. Monografia (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército). Rio de Janeiro, 1993.
- MORGADO, Flávio R. B.; GOMES, Milton G. F. M.; NETO, Francisco B. **As Forças Mecanizadas do Exército Brasileiro** - Uma proposta de modificação, atualização e modernização. Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Sousa”. Universidade Federal de Juiz de Fora, s/d.
- MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações: A luta pelo poder e pela paz**. São Paulo: Editora UnB, 2003. (Original publicado em 1948).
- MOREIRA, William S. Obtenção de Produtos de Defesa no Brasil: O Desafio da Transferência de Tecnologia. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v.17, n. 1, p. 127-149, jan./jun. 2011. Disponível

em:

<http://jmkssystemas.com.br/ojs/index.php/revistadaeagn/article/download/125/201117.pdf#page=128>. Acesso em: 26 mar. 2023.

MOURA, Gerson. **Relações exteriores do Brasil: 1939-1915: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Brasília: FUNAG, 2012.

NASCIMENTO, Hertz Pires do. A Abrangente Concepção de Emprego da Força Terrestre. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, v. 15, n. 2, abr./jun. 2013.

NETO, Manuel Domingos. Gamelin, o modernizador do Exército. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 3, n. 4, p. 1-24, jan./jun. 2007.

NAVES, Guido A. **Os Reflexos da Doutrina Delta para a Artilharia de Campanha**. Monografia – Curso de Altos Estudos Militares –, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 1997.

NIHART, Brooke. **Resenha do livro Soviet Military Doctrine**, de Raymond L. Garthoff. *Military Affairs*, v. 18, n. 1, p. 33-35, Spring, 1954.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

NUNN, Frederick M. Military Professionalism and Professional Militarism in Brazil, 1870-1970: Historical Perspectives and Political Implications. **Journal of Latin American Studies**, v. 4, n. 1, p. 29-54, May 1972. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/155771>. Acesso em: 26 mar. 2023.

OLIVA, Oswaldo M. A Globalização. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 32, 1996.

_____. ESG: Opções político-estratégicas para o Brasil. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 9, 1988.

OLIVEIRA, Augusto S. de. **A Doutrina Delta e os meios do Exército Brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia**. Campinas: Papirus, 1994.

OLIVEIRA, J. R. Áreas de Fricção na América do Sul e seus Reflexos na Segurança e Harmonia do Subcontinente. **A Defesa Nacional**, nº 731, p. 31-41, 1987.

OLIVEIRA, J. M. A. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. **A Defesa Nacional**, nº 699, p. 39-46, 1982.

OLIVEIRA, M. Nova Ordem, Velhos Problemas... Uma Avaliação da Conjuntura Internacional. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 29, p. 7-18, 1994.

OLIVEIRA, M. O. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.41, no.1, p. 5-22, jan./jun. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000100001&script=sci_arttext. Acesso em: 26 mar. 2023.

OLIVEIRA, V. L. **Doutrina Militar Terrestre de Emprego de Artilharia Mecanizada**. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Militares) – Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN RJ), 2019.

PAIXÃO JR, M. Breve Histórico do Estado-Maior do Exército: Implicações para a Doutrina Militar Terrestre. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, v. 2, nº 3, p. 81-100, abr./jun. 2013.

PARET, Peter. **Makers of Modern Strategy**. Princeton: Princeton University Press, 1986.

PEDROSA, Fernando V. G. **Modernização e Reestruturação do Exército Brasileiro (1960-1980)**. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

PENHA, Eli. **Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.

- PEREIRA, Valmir Fonseca Azevedo (Org.). **História do Estado-Maior do Exército 1984-1996**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1996.
- PERES, Paulo S. Comportamento ou Instituições? A Evolução Histórica do Neo-Institucionalismo da Ciência Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, out. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000300005. Acesso em: 26 mar. 2023.
- POSEN, Barry R. **The Sources of Military Doctrine: France, Britain, and Germany Between the World Wars**. New York: Cornell University Press, 1984.
- PROENÇA JR., Domício; DINIZ, Eugênio. **Política de Defesa no Brasil: Uma Análise Crítica**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- PROENÇA JR., Domício; DINIZ, Eugênio; RAZA, Salvador G. **Guia de Estudos de Estratégia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- RAHMEIER, Andrea H. P. O Nordeste Brasileiro - 1940-1941. In: NETO, Wilson de O. (Org.). **O Brasil no Contexto da Segunda Guerra Mundial: Estudos Contemporâneos**. Joinville: Editora Univille, 2020.
- RANSANZ, A. P. **Kuhn y el Cambio Científico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- REIS, P. O.; AZEVEDO, P. E. M. Uma Especulação para o Ano 2003. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 19, p. 63-73, 1991.
- REIS, P. O.; MACEDO FILHO, J. O Brasil e o Mundo. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 13, p. 71-86, 1989.
- REIS, P. O. O Brasil no mundo de hoje. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 24, p. 25-31, 1993.
- RESENDE-SANTOS, J. **Neorealism, States, and the Modern Mass Army**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- ROCHA, A. C. A. da. **O Apoio de Engenharia na Doutrina GAMA R: Uma proposta**. Rio de Janeiro: ECEME, 2000.
- ROCHA, P. G. M.; ÁVILA, J. A. V. A Brigada de Infantaria Leve na defesa circular e o combate moderno. Coleção Meira Mattos: **revista das ciências militares**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 163-182, nov. 2011. ISSN 2316-4891. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/article/view/20>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- ROCHA, S. A. A Força Terrestre: **A adequabilidade de sua doutrina militar**. Monografia (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército). Rio de Janeiro, 1973.
- RODRIGUES, F. da S. Estratégia da Presença e Evolução Militar no Brasil: Passado e Presente. **Análise Estratégica**, v. 15, n. 1, p. 31-46, dez./fev. 2020.
- ROSECRANCE, R.; STEIN, A. A. Beyond Realism: The Study of Grand Strategy. In: _____. **Domestic Bases of Grand Strategy**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1993. p. 3-21.
- RUTTAN, V. **Is War Necessary for Economic Growth? Military Procurement and Technology Development**. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- SANTOS, A. M. M. **O emprego de helicópteros nas ações de assalto aeromóvel, reconhecimento e segurança**. Possibilidades, limitações, missões, estrutura organizacional, doutrina de emprego. Monografia (Curso de Comando e Estado-Maior do Exército) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 1991.
- SANTOS, Cap. Plácido G. T. dos. **O Processo de Implantação da Guerra Eletrônica no Exército Brasileiro**. Doutrina Militar Terrestre em Revista, out.-dez. 2013, p. 27-40.
- SANTOS, F. R. **A Arte da Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

- SANTOS, F. R. **Marechal Castello Branco: Seu pensamento militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.
- SANTOS, Marcelo J. dos. **A Necessidade do Emprego da Artilharia Antiaérea de Média Altura e sua Adequação às Operações da Força Terrestre no Contexto da Doutrina Delta**. Dissertação (Mestrado em Curso de Comando e Estado-Maior do Exército) - Escola de Comando e Estado Maior do Exército, 2008.
- SCALERCIO, Marcio. **A Têmpera da Espada: Os fundamentos do pensamento das lideranças do Exército em 1968**. Acervo. Rio de Janeiro, v. 11, nº 1-2, pp. 101-106, jan/dez 1998.
- SCHMIDT, Vivien A. Discursive Institutionalism: The Explanatory Power of Ideas and Discourse. **Annual Review of Political Science**. 2008. 11: 303-326.
- SCHRAMM, Celso Krause. **A Doutrina da Batalha Ar-Terra do Exército dos Estados Unidos da América: conceitos que possam contribuir para o aprimoramento da doutrina do Exército Brasileiro**. Monografia (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército) - Rio de Janeiro, 1991.
- SENNES, Ricardo Ubiraci. **As mudanças da política externa brasileira na década de 1980: uma potência média recém-industrializada**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SERRANO, Marcelo Oliveira Lopes. **Emprego de blindados de última geração**. Monografia (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército) - Rio de Janeiro, 1993.
- SHY, John. Jomini. In: PARET, Peter. **Makers of Modern Strategy**. New Jersey: Princeton University Press, 1986.
- SILVA, Alexandra de Mello e. Desenvolvimento e Multilateralismo: Um Estudo sobre a Operação Pan-Americana no Contexto da Política Externa de JK. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 209-239, jul./dez. 1992. Disponível em: http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Silva_voll4n2.pdf. Acesso em: 26 mar. 2023.
- SILVA, Antônio Marcos Moreira Santos. **O emprego de helicópteros nas ações de assalto aeromóvel, reconhecimento e segurança**. Possibilidades, limitações, missões, estrutura organizacional, doutrina de emprego. Monografia (Curso de Comando e Estado-Maior do Exército), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 1991.
- SILVA, Daniel A. da. **A Dialética de doutrinas francesa e norte-americana no Exército Brasileiro: O caso da Força Expedicionária Brasileira**. 2015. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2015.
- SILVA, Fernando A. V. da. **O Processo de Transformação do Exército: extensão, fontes e fatores intervenientes**. 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2013.
- SILVA, Marcelle I. da Costa. **Amazônia e Política de Defesa no Brasil (1985-2002)**. 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa San Tiago Dantas (UNICAMP/UNESP/PUC-SP), São Paulo, 2004.
- SILVA, Mauro R. M da. **Providências Necessárias para Incrementar a Aeromobilidade no Contexto da Doutrina Gama-R**. Rio de Janeiro: ECEME, 2000.
- SINGELMAN, Lee. The Coevolution of American Political Science and the "American Political Science Review". **The American Political Science Review**, v. 100, n. 4, p. 463-478, nov. 2006.
- SLIPCHENKO, Vladimir I. A Russian Analysis of Warfare Leading to the Sixth Generation. Fort Sill: **Field Artillery Magazine**, outubro, 1993.
- SNYDER, Jack. **The Soviet Strategic Culture: Implications for Limited Nuclear Operations**. Santa Monica: RAND, 1977.
- SOARES, Samuel Alves. **Controles e autonomia: As Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)**. São Paulo: UNESP, 2006.

- SONDHAUS, Lawrence. **Strategic Culture and Ways of War**. New York: Routledge, 2006.
- SOUZA, Adriana B. de. **Duque de Caxias** – O Homem por trás do Monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SOUZA, Daniel F. X de. Planejamento detalhado nos exércitos brasileiro e norte-americano. **A Defesa Nacional**, (843), 2021. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/6886>. Acesso em: 07 jan. 2022.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **A guerra das Malvinas/Falklands e o pensamento militar brasileiro**: em busca da autonomia e da dissuasão. *Pasado Abierto, Revista del CEHis*, n.15, Mar del Plata, jan.-jun. 2022. ISSN 2451-6961. Disponível em: <http://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/pasadoabierto>. Acesso em: 07 jan. 2022.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação**: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964. 2006. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. O Exército Brasileiro e a Emulação dos Modelos Francês e Estadunidense no Século XX. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p.361-380, mai./ago. 2016. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/478/377>. Acesso em: 07 jan. 2022.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos, nas décadas de 1930 e 40. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XXXIV, n. 1, p. 76-91, junho 2008.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Negociando a Dependência: Relações Militares Brasil-Estados Unidos no Início da Guerra Fria. **OPIS**, Catalão-GO, v.14, n. Especial, p. 160-184, 2014.
- TANKS-ENCYCLOPEDIA. **Challenger I**. Online. Disponível em: <https://www.tanks-encyclopedia.com/coldwar/UK/Challenger-I.php>. Acesso em: 21 jan. 2022.
- TANNO, G. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.25, n.1, p.153-178, Jan./Jun. 2003.
- TAVARES, Luciano M. **Reflexos da Doutrina Delta para a Engenharia de Combate nas Operações defensivas**. Rio de Janeiro: ECEME, 1999.
- THELEN, Kathleen. Historical Institutionalism in Comparative Politics. **Annual Review on Political Science**, v.2, p.369-404, 1999.
- THUDIUM, Guilherme P. S. et al. Os Estudos de Segurança Internacional em Perspectiva Histórica: evolução teórica, regionalismo e a expansão da agenda securitária. In: XIV CONGRESSO ACADÊMICO DE DEFESA NACIONAL. **Anais**. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/osa_estudosa_dea_seguranc_aa_internacional.pdf. Acesso em: 21 jan. 2022.
- TILL, Geoffrey. **Seapower**: a guide for the twenty-first century. London: Frank Cass, 2004.
- TOFFLER, Alvin; TOFFLER, Heidi. **Guerra e antiguerra**: sobrevivência na aurora do terceiro milênio. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- TOSTA, Octavio. Geopolítica do Brasil. **A Defesa Nacional**, nº 711, 1984.
- VASCONCELOS, Waldir. Mensagem do Ministro Chefe do EMFA. **Revista da Escola Superior de Guerra**, nº 1, 1983.
- VIANA, Claudius G. de. **A Brigada de Infantaria Paraquedista**: História institucional e cultura organizacional da tropa aeroterrestre brasileira. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2020.

- VIDIGAL, Armando A. Ferreira. **A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.
- VIDIGAL, Armando A. F. Estratégia e o Emprego Futuro da Força. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, nº 32, 1996.
- _____. Integração e Segurança. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, nº 23, 1992.
- _____. Integração e Segurança. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, nº 24, 1993.
- _____. O Brasil e a Nova Ordem Mundial. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, nº 19, 1991.
- VIDIGAL, Carlos Eduardo. **Relações Brasil-Argentina: A Construção do Entendimento**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2007. Disponível em: http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/1162/1/Tese_2007_CarlosEduardo.pdf. Acesso em: 26 mar. 2023.
- VIEIRA, Gleuber. Uma Grande Evolução. **Revista do Exército Brasileiro**, Brasília, vol. 136, 1º quadrimestre, 1999.
- VISACRO, Alessandro. O escalão corpo de Exército: uma proposta para o Exército Brasileiro. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 104-119, jul./set. 2019.
- VIZENTINI, Paulo G. F. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: Multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.
- WALTZ, Kenneth. **Homem, o Estado e a Guerra: Uma análise teórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. Reading, MA: Addison–Wesley, 1979.
- WEBER, Max. A Política como Vocação. In: GERTH, H. H.; MILLS, C. Wright (Org.). **Max Weber – Ensaios de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.
- WILSON, Woodrow. **O Governo Constitucional nos Estados Unidos**. São Paulo: IBRASA, 1963.
- ZAVERUCHA, Jorge. Relações Civil-Militares no Primeiro Governo da Transição Brasileira: uma democracia tutelada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 9, n. 26, p. 162-178, out. 1994.
- ZIMMERMAN, Erin. **Think Tanks and Non-Traditional Security: Governance Entrepreneurs in Asia**. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

Entrevistas realizadas

- AMÉRICO, Flávio. Entrevista concedida a Raul Cavedon Nunes no formato de videoconferência. 16 de abril de 2021.
- CÂMARA SENNA, Roberto Jugurtha. Entrevista concedida a Raul Cavedon Nunes no formato online utilizando a aplicação Whatsapp. De 12 de maio a 24 de maio de 2020.
- MESQUITA, Alexandre De. Entrevista concedida a Raul Cavedon Nunes no formato de videoconferência. 10 de abril de 2021.
- MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. Entrevista concedida a Raul Cavedon Nunes no formato de videoconferência. 16 de julho de 2021.

VISACRO, Alessandro. Entrevista concedida a Raul Cavedon Nunes no formato de videoconferência. 5 de agosto de 2021.